



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES - PPGCTI

ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA

UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA OS
ASSENTAMENTOS POÇO TILON, CRUZEIRO E FREI DAMIÃO (APODI-RN/
(2016-2019)

MOSSORÓ-RN

2020

ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA

UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA OS
ASSENTAMENTOS POÇO TILON, CRUZEIRO E FREI DAMIÃO (APODI-RN/
(2016-2019)

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Cognição, Tecnologias e Instituições.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kyara Maria de Almeida Vieira – UFERSA

MOSSORÓ-RN
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C837 Costa, Ana Claudia de Andrade.
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA
OS ASSENTAMENTOS POÇO TILON, CRUZEIRO E FREI
DAMIÃO (APODI-RN/2016-2019) / Ana Claudia de
Andrade Costa. - 2020.
118 f. : il.

Orientadora: Kyara Maria de Almeida Vieira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Cognição, Tecnologias e Instituições, 2020.

1. Agronegócio. 2. Fruticultura irrigada. 3.
Relações de trabalho. 4. Oeste potiguar. I.
Vieira, Kyara Maria de Almeida, orient. II.
Titulo.

ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA

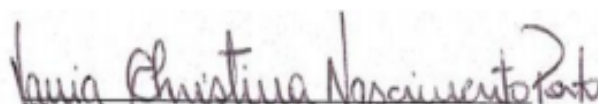
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA OS
ASSENTAMENTOS POÇO TILON, CRUZEIRO E FREI DAMIÃO (APODI-RN/
(2016-2019)

Dissertação de Mestrado Acadêmico
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Cognição, Tecnologias e Instituições –
PPGCTI da Universidade Federal Rural do Semi-
Árido – UFERSA, como requisito obrigatório para
obtenção do título de Mestre em Cognição,
Tecnologias e Instituições.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Kyara Maria de Almeida Vieira
Presidenta/Orientadora/UFERSA



Prof.^a Dr.^a Vania Christina Nascimento Porto
Examinadora (UFERSA)



Prof. Dr. Igor Simoni Homem de Carvalho
Examinador (UFRRJ)

Dedico essa dissertação para minha mãe e meu pai, razão da minha luta e da minha resistência. E aos colaboradores/as da pesquisa, foram eles/as que deram vida e significado ao estudo.

AGRADECIMENTOS

Escrevendo essas linhas, com um nó na garganta e lágrimas nos olhos me recordo como tive que ser forte para chegar até aqui. Forte por ser mulher, negra, pobre e morar em uma comunidade rural. Na verdade, nunca existiu esse dia desde a minha chegada ao mundo que não tenha precisado ser forte. Cresci ouvindo minha mãe dizer que oportunidades para pessoas como nós, os meninos lá de casa (meus irmãos) são difíceis e quando aparece, temos que agarrar com todas as forças.

Essas palavras ficaram em mim, e desde sempre o conceito de ser forte era/é presente. Ser forte para sair da minha comunidade e estudar na zona urbana; ser forte para saber lidar com o *bullying* que sofria na escola; ser forte para estudar para o vestibular; ser forte para sair de casa, mudar para outra cidade administrar a saudade do meu lugar e dos meus afetos, para cursar a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

Ser forte para estudar para as provas do mestrado, pois, sempre soube das minhas fragilidades, e abdicar dos momentos de diversão com família e amigos, era necessário. Ser forte, porque sempre tive/tenho que me destacar e estar entre os melhores, ser apenas boa, para mim, nunca foi suficiente. E quando passei nas provas, que realizei o sonho de estar em um curso de pós-graduação tive que ser forte para conciliar dois mestrados, me dividi entre as aulas, as leituras, as escritas, os problemas da vida. Tive que ser ainda mais forte para enfrentar o preconceito, a misoginia e a perseguição dentro da academia. Eu fugia dos estereótipos que ocupam aquele lugar, e isso incomoda.

Teve/tem dias que eu me sentia/sinto cansada de precisar ter que ser forte o tempo todo e só queria poder ser leve, não ter que me matar de estudar para passar de primeira em uma prova, ou simplesmente poder tomar um café sentada no alpendre de casa com minha mãe e amigos sem me sentir culpada porque deveria estar estudando. Ser forte o tempo todo dói, deixa cicatrizes que nem a glória das conquistas apagam.

Sei que essa não é uma realidade só minha, que se coadunam com tantas outras por aí a fora. Essas também, não são linhas de vitimíssimo, são só

sentimentos os quais quis compartilhar com vocês leitores/as, e os quais nunca comentei sobre eles com ninguém.

Porém, é importante destacar que embora tenha passado por tantas dificuldades, nunca estive só. O apoio incondicional da minha família, meus amados irmãos que, embora sentissem a minha ausência, sempre estiveram ali para mim com todo amor que eu precisava.

Toda gratidão a Mãinha e Painho, que são minha fortaleza, motivo pelo qual escolhi esse caminho, por eles e para eles são todas as minhas vitórias e meu amor; sem eles eu nada seria, eu nada teria, pois de todos dos títulos que tenho e dos que ainda virão, ser filha de vocês é o maior deles, ter crescido com o exemplo de humildade e honestidade me fortaleceram na caminhada.

Ao meu namorado Rodolfo, meu amor, companheiro de todas as horas, você foi bálsamo nos momentos de desespero. Embora toda dificuldade, toda saudade, toda distância que precisamos enfrentar, chegamos a mais um momento, juntos. Obrigada meu amor, por todo apoio e por todo amor.

Nessa caminhada ora dolorosa, ora feliz, encontrei pessoas que foram fundamentais no processo. Ao PPGCTI e ao CNPq por ter financiado minha bolsa de pesquisa, me dando oportunidade de conhecer, aprender e permanecer na universidade e no curso; a UFERSA que me acolheu e se tornou minha segunda casa; a alguns professores/as, obrigada por cada conhecimento compartilhado.

Minha turma do mestrado como um todo. Mas, em especial, toda minha gratidão às meninas: Marília que me ensinou muito sobre calma e fé, nos meus momentos de desespero, sua palavra amiga foi afago ao meu coração; Layra, pela sua alegria contagiante que, em muitos dias cinzas, iluminava com seu sorriso, seu jeito simples de ver as coisas me fazia acreditar que tudo daria certo; Ana Paula me ensinou sobre coragem, sobre dedicação, compromisso e sobre objetividade; Aninha me ensinou que posso ser agressiva sem deixar de ser gentil, que em muitos casos eu preciso me impor para ser respeitada, sendo uma das pessoas mais inteligentes que eu tive o prazer de conhecer e conviver ao longo desses dois anos; Rannah, que para mim é inspiração, ela consegue ser a pessoa mais braba e mais doce em fração de segundos, ela foi minha confidente nos meus piores momentos, foi uma luz quando eu só via escuridão. Ela é clareiras na vida daqueles/as que a

tem por perto. Muito obrigada, meninas, por tanto. Vocês são o verdadeiro significado de sororidade.

Agradeço, em especial, aos trabalhadores e trabalhadoras do campo que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Sem essas pessoas esse trabalho não seria possível. Elas são símbolo da resistência, da luta pela terra e pela vida, da capacidade de seguir buscando alternativas mesmo que o mundo diga não.

Agradeço também a minha banca, que mesmo em momentos caóticos aceitaram nosso chamado. A Vânia Christina Nascimento Porto, por mais uma vez estar presente nesse momento e por trazer ricas contribuições ao nosso trabalho desde a qualificação; sua defesa dos povos do campo e das pessoas menos favorecidas deixa frutos que nem imagina. Ao professor Igor Simoni Homem de Carvalho por ter aceito nosso convite, em trazer um olhar outro para nossa pesquisa, e pela luta em comum junto à Licenciatura em Educação do Campo. Desejo que os laços se estreitem e seja o começo de novas parcerias e amizade.

Por fim, agradeço a ela, minha orientadora e minha amiga Kyara (Ky). Que esteve comigo em todos os momentos. Kyara significa “claro, brilhante, ilustre”. Dona Auxiliadora não poderia ter lhe dado um melhor nome. Você é pura luz, e foi a minha em tantos momentos que eu pensei em desistir. Ky, acreditou em mim mais do eu mesma, me aceitou com todas as minhas fragilidades, me ensinou sobre ética, sobre generosidade e gentileza. Mesmo nos momentos que eu queria te matar por cobrar tanto de mim (entre risos e lágrimas) e achava que não poderia dar mais nada, você fazia com que eu percebesse que aquele não era o meu melhor, me fazendo continuar.

Uma paraibana que conquistou meu coração, que fez de Mossoró sua casa e do campo seu oxigênio, uma paraibana que me inspira, que me motiva, que me faz querer ser como ela, ou pelo menos um terço do que ela é. Uma profissional e um ser humano incrível, raro. Que sorte a minha que o universo te colocou no meu caminho, sem você essa pesquisa e concluir dois mestrados ao mesmo tempo não teria sido possível. Obrigada, por ser tanto, e por ter me ensinado grande parte do que sei.

Sigo, na certeza de que precisarei continuar sendo forte, que ainda não posso fraquejar, ainda há muito o que conquistar e preciso agarrar todas as oportunidades, e dar sempre o meu melhor. A vida para mulheres, pretas, pobres, camponesas

continuará sendo difícil; eu serei resistência, continuarei sendo (sobre)vivente nessa vida. Continuarei a seguir, por mim, por elas, por nós, pelo povo camponês. Hoje, se encerra mais um ciclo e a filha dos agricultores Dona Joana e de Seu Manoel, defende pela segunda vez sua dissertação de mestrado mostrando que é possível quebrar os paradigmas e que existe vida e luta no Sertão Potiguar.

RESUMO

A prática da agricultura tem modificado a natureza. As relações entre o meio ambiente e as pessoas têm tido transformações constantes, notadamente a partir do processo conhecido como a “modernização da agricultura”. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar: Quais as implicações da expansão do agronegócio para as comunidades rurais de Poço de Tilon, Frei Damião e Cruzeiro localizadas no município de Apodi-RN? Como desdobramento, nossos objetivos específicos pretendem analisar: (A) identificar o perfil das empresas e áreas ocupadas pelo cultivo da fruticultura irrigada nas comunidades rurais da chapada do Apodi-RN; (B) analisar a relações de trabalho das mulheres e homens jovens que trabalham nas empresas de fruticultura irrigada na região de Apodi-RN; (C) investigar a presença de mulheres nas empresas e os impactos sobre a saúde das pessoas envolvidas com o agronegócio. Para atingir os objetivos da pesquisa fizemos revisão bibliográfica, buscando dialogar com alguns autores/as, a exemplo de Raquel Rigotto (2016), a partir da qual discutimos os conceitos de meio ambiente e saúde da população camponesa; Fleury (2010), que nos possibilitou compreender o conceito das relações de trabalho no campo; Delgado (2012) que analisa a contra hegemonia do agronegócio no campo; Richardson (1999), Eckert e Rocha (2007) que nos deram aporte na compreensão sobre o método de pesquisa qualitativa e como proceder com a pesquisa de campo. Metodologicamente, aplicamos questionários com moradores da comunidade e realizamos entrevistas semiestruturadas com funcionários/as e ex-funcionários/as das empresas de fruticultura irrigada. Em seguida foi realizado a tabulação dos dados para a construção do trabalho final. Com os nossos resultados, podemos perceber que houve degradação do meio ambiente com as ações das empresas de fruticultura irrigada, alterações na dinâmica das relações sociais e de trabalho, influenciando negativamente na saúde dos/as trabalhadores/as e moradores/as da região em virtude do contato direto com os agrotóxicos. Concluimos que, embora as empresas interfiram na economia nacional e local, sua presença tem ocasionado sérios problemas para as comunidades nas quais estão alocadas e conseqüentemente para a populações camponesas.

Palavras-chave: Agronegócio. Fruticultura irrigada. Relações de trabalho. Oeste potiguar.

ABSTRACT

The practice of agriculture has changed nature. Relations between the environment and people have been constantly changing, notably from the process known as the “modernization of agriculture”. Therefore, this study aims to investigate: What are the implications of the expansion of agribusiness for the rural communities of Poço de Tilon, Frei Damião and Cruzeiro located in the municipality of Apodi-RN? As a result, our specific objectives aim to analyze: (A) to identify the profile of companies and areas occupied by the cultivation of irrigated fruit in the rural communities of the Chapada do Apodi-RN; (B) to analyze the labor relations of young women and men who work in irrigated fruit companies in the Apodi-RN region; (C) investigate the presence of women in companies and the impacts on the health of people involved in agribusiness. In order to achieve the objectives of the research, we performed a bibliographic review, seeking to dialogue with some authors, such as Raquel Rigotto (2016) from from which we discussed the concepts of environment and health of the peasant population; Fleury (2010), which enabled us to understand the concept of work relationships in the field; Delgado (2012) who analyzes the counter hegemony of agribusiness in the countryside; Richardson (1999), Eckert and Rocha (2007) who contributed to the understanding of the qualitative research method and how to proceed with the field research. Methodologically, we applied questionnaires to residents of the community and conducted semi-structured interviews with employees and former employees of the irrigated fruit companies. Then the data were tabulated for the construction of the final work. With our results, we can see that there was degradation of the environment with the actions of irrigated fruit companies, changes in the dynamics of social and work relations, negatively influencing the health of workers and residents of the region due to direct contact with pesticides. We conclude that, although companies interfere in the national and local economy, their presence has caused serious problems for the communities in which they are located and, consequently, for peasant populations.

Keywords: Agribusiness. Irrigated fruit growing. Work relationships. West potiguar.

LISTA DE GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico 1. Fonte: Sinan, IBGE e Agrofit.....	40
Imagem 1. Fonte: Google Earth	56
Imagem 2. Fonte: Google Earth	57
Imagem 3. Fonte: Google Earth	59

LISTA DE ABREVIATURAS

Sistemas Agroflorestais - SAFs

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE

Projeto de Assentamento – PA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Radar da Amazônia - RADAMBRASIL

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA

Universidade de São Paulo – USP

Produto Interno Bruto- PIB

Agência Nacional da Água – ANA

Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX

Comunidades Eclesiais de Base - CEBS

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Encontro Nacional de Agroecologia – ENA

Organização Mundial da Saúde – OMS

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN

Equipamentos de Proteção Individual – EPI

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

SUMÁRIO

PRIMEIRO CAPÍTULO	15
1. INTRODUÇÃO: AS PROMESSAS DA NOVA ERA, IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA O SEMIÁRIDO POTIGUAR	15
1.1 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS E O CAMINHAR DA PESQUISA	25
1.2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O IMPACTO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI	32
1.3 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO.....	41
1.4 HÁ VIDA E ESPERANÇA PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AGROECOLOGIA NO BRASIL.....	45
SEGUNDO CAPÍTULO	49
2. O OLHAR DE DENTRO RESSIGNIFICADO ATRAVÉS DO OLHAR DE FORA: OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA E SUAS RELAÇÕES COM AS EMPRESAS	49
2.1 ÁREAS OCUPADAS PELO CULTIVO DA FRUTICULTURA IRRIGADA EM COMUNIDADES RURAIS DE APODI-RN	51
2.2 NARRATIVAS SOBRE EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	62
TERCEIRO CAPÍTULO	75
3. RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE NOS CAMPOS DE FRUTICULTURA IRRIGADA NA CHAPADA DO APODI	75
3.1 A EXPERIÊNCIA FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES GÊNERO.....	75
3.2 AGRONEGÓCIO EM EXPANSÃO E A SAÚDE CAMPONESA	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
5. REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	109
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	109
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO E FOTO.....	112
QUESTIONÁRIO.....	114
ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	115
ANEXO	117

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO: AS PROMESSAS DA NOVA ERA, IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA O SEMIÁRIDO POTIGUAR

Coragem e suor, assim se constituiu o espaço que estudar: comunidades rurais do Oeste Potiguar especificamente os Projetos de Assentamentos Poço Tilon¹, Cruzeiro e Frei Damião. Sonhos de uma selva humanamente de pedra. A Chapada do Apodi é conhecida pelas suas riquezas; em tempos de outrora a extração do petróleo era “a menina dos olhos” do capital.

É de fundamental importância destacar que as Comunidades Rurais citadas pertencem ao município de Apodi-RN. Apodi é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião da Chapada do Apodi, na mesorregião do Oeste Potiguar e no Polo Costa Branca. De acordo com a estimativa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2017, sua população é de 36.323 habitantes, sua área territorial de 1.602,477 km.

Os primeiros habitantes do Apodi foram os índios Tapuias Paiacus, pertencentes ao grupo étnico cultural Tarairiú. Seguido por Alonso de Almirante de Espanha, e seus companheiros de viagem: João de lá Cosa e Américo Vespúcio, que chegaram à desembocadura do rio Apodi no dia 24 de junho de 1760, tomando estas terras o nome de Missão de São João do Apodi. Como destaca Sousa (2019, p. 37):

No ano de 1760 os fazendeiros pediram ao governo para retirar os índios de Apodi, dando a estes a oportunidade de viver da agricultura em outro local. Logo, os proprietários ocupavam os espaços dos indígenas Tapuia e alteravam sua forma de viver. Cada vez mais a pecuária penetrava no interior e arrancavam as terras livres dos índios.

De acordo com a autora supracitada essa tomada de terras dos povos indígenas se deu devido à reclamação dos criadores de bovinos. Forçando a migração dos mesmos para cidade vizinha para que as terras produtivas da região do Apodi ficassem com os fazendeiros.

¹ Disponível: https://www.familysearch.org/wiki/pt/Apodi,_Rio_Grande_do_Norte_-_Genealogia em: Acesso em 18 jul. 2019.

Após a catequização dos índios os mesmos foram transferidos para outras regiões, ficando extinta a presença dos indígenas na localidade. Recentemente um grupo de pessoas que se auto reconhecem como indígenas estão reivindicando as demarcações de terras na busca de ressignificar a história com a construção do Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi, através do Museu Luiza Cantofa que de acordo com Sousa (2019, p. 47) “[...] tem como objetivo, retratar a história e a valorização da arte e da cultura dos indígenas Tapuias Paiacus, primeiro grupo indígena que habitou na região.

Apodi é conhecido por ser um município marcado pela forte atuação na agricultura familiar, mostrando grande potencial econômico relacionado com a produção agroecológica e sustentável. Essa produção vem sendo ameaçada, inicialmente pelo Projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi, denominado pela população e movimentos sociais como sendo o “Projeto da Morte”, tendo em vista que vem desapropriando famílias de suas casas e comunidades para a implementação de projetos de irrigação. É de fundamental importância destacar que

No Vale e Chapada do Apodi, está concentrada uma das mais fortes e organizadas cadeias produtivas do território potiguar; destacando-se a produção de arroz, frutas, hortaliças, mel de abelha, castanha de caju, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, criação de galinhas e várias outras atividades (DOSSIÊ PROJETO DA MORTE, 2012, p. 18).

Apodi é conhecida pela produção agroecológica; foi criada na cidade uma feira livre de agricultura familiar para os produtos dos mesmos serem comercializados. De acordo com o Dossiê (2012, p. 25) esse projeto (“Da morte”) que visa lucros “[...] ameaça às experiências desenvolvidas por pequenos agricultores e agricultoras, que tornaram a região da Chapada do Apodi uma referência nacional e internacional de convivência com o Semiárido e de produções agroecológicas”.

Dentro desse contexto pela disputa de território, a população camponesa da cidade de Apodi, juntamente com ONG’S e movimentos sociais têm se manifestado e lutado contra os desmandos, através de movimentos, marchas, campanhas de visibilidade com diversos grupos políticos na tentativa de parar esse projeto que insiste em expulsar os/as camponeses/as de suas terras.

Os mais afetados com a implementação do projeto da morte tem sido os Projetos de Assentamentos. De acordo com o INCRA (2017) o município de Apodi

possui, 15 (quinze) Projetos de Assentamento, dos quais um (1) foi criado em 1989, dez (10) no decorrer da década de 1990 e quatro (4) entre os anos de 2000 a 2005.

A Chapada do Apodi/RN até os anos de 1970 era caracterizada por grandes latifúndios. Contudo, no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, surgiu um processo de organização popular das/os agricultoras/es de Apodi, em decorrência dos trabalhos realizados pelas igrejas, principalmente a igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dando início, assim, à criação de Associações Comunitárias nas comunidades rurais (PINTO, 2018, p. 14).

Ainda parafraseando Pinto (2018), a economia desse município se baseia, principalmente, na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas sustentáveis, bem como na criação de ovinos e caprinos, e na produção de mel que vem sendo ameaçada pelo uso de agrotóxicos.

Sobre a preservação das abelhas, o Professor Doutor Lionel Gonçalves (2017) em uma matéria publicada pela revista *Institutos Humanos*² destacou:

O Nordeste responde por 1/3 de toda a produção apícola do país. É lá, também, segundo o professor, que se encontra a situação mais crítica para a existência das abelhas. Além das agressões ao meio ambiente, o semiárido da região sofre com a falta de investimento em tecnologias menos agressivas. “[...] No Rio Grande do Norte, líder nacional de produção de melões, os produtores pagam valores irrisórios aos apicultores, conta o pesquisador, e promovem a morte das abelhas pelo excesso de agrotóxicos”.

São dados preocupantes que embora não seja o objeto do estudo é de suma importância ser mencionado para que os/as leitores/as tenham conhecimento das consequências provocadas pela industrialização em massa da agricultura.

Voltando para a contextualização das comunidades pesquisadas com o decorrer do tempo, novos estudos, novas perspectivas, outra fonte de recurso foi descoberta na região: a extração do calcário. Em outras palavras, metaforicamente falando, foi descoberta uma selva de pedra, e chegam na localidade as empresas de mineração, com as promessas de uma "nova era". Utilizamos esse termo para fazer menção ao que algumas pessoas consideram como sendo o desenvolvimento, um “novo tempo de novas oportunidades” chegando às comunidades rurais. A estratégia do discurso de anunciar um “novo tempo” seria a tentativa de redenção das empresas pelas promessas falhas do desenvolvimento.

² Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570936-pesquisador-explica-por-que-agrotoxicos-sao-principais-culpados-por-desaparecimento-de-abelhas>. Acesso em: 05 de Jan de 2021.

Do pó do sertão, do solo rachado, sem investimentos e tantas expectativas de vida, cuja fonte de renda principal fora a agricultura, e em tempos de estiagem as pedras que os moradores quebram para fazer paralelepípedos e vender abaixo do custo; um trabalho duro e pesado, mas, a única forma de garantir o sustento da família. Então só resta a “fé na vida”, coragem e a esperança. As promessas das “nova era” divulgadas pelas empresas de mineração passam a ser vistas como “progresso”, a tão sonhada e esperada oportunidade de dias melhores.

Para uns, a “modernização”, para outros, a busca do lucro. Tudo aproxima e separa: as relações, as visões, o convívio. Então convencem os colonos, arrendam a terra e começam a explorá-las. De início, uma pequena “benfeitoria”: a construção da estrada que dá acesso aos lotes. A vegetação é rasgada, arrancada, queimada. Os animais já não sabem para onde ir: seu *habitat* sendo destruído. No lugar da macambira (*Bromelia Laciniosa*), o barro; no lugar do mufumbo (*Combretum leprosum*), a brita. E assim dar-se início a “revolução” na comunidade de Poço Tilon.

As mudanças são efetivadas, o dinheiro começa a modificar a vida financeira das pessoas da comunidade, as oportunidades de trabalho enchem os olhos. Os mais velhos agradecem o tempo de bonança e os mais novos, as vezes despertam o senso crítico: será mesmo a modernização, ou destruição? O tempo passa, as ilegalidades tornam-se visíveis, as empresas são proibidas de explorar, as pessoas perdem seus empregos, os donos das terras veem seus lotes destruídos, e a esperança de tempos melhores mais uma vez é reduzida a pó. Só que dessa vez um pó improdutivo, um pó que trouxe o “progresso”, mas que o levou. E só restou destruição! A coragem continua, a força de vontade, os sonhos, embora frustrados, continuam. A selva de pedra desbravada, já não tem mais tantos encantos como tinha. O pôr do sol que era trivial por trás da mata seca da caatinga, já não tem mais o mesmo brilho. As flores silvestres que enfeitavam os caminhos já não existem mais. O campinho onde a meninada jogava bola, agora é só um depósito de blocos de pedra que fora extraído para comercializar.

Só restam buracos deixados pelas escavações acumulando água, pedras amontoadas, e natureza destruída. Ficaram buracos também nas relações, alguns laços foram desfeitos, outros surgiram, tudo mudou, não é mais como antes. Outros meios de produção continuam a chegar na comunidade: agora a fruticultura irrigada. O mesmo processo se inicia: produções distintas com finalidades iguais, o lucro.

Enquanto isso, para nós moradores não há muito o que se fazer a não ser seguir viagem, com a esperança de que um dia as flores voltem a brotar e o "progresso" tão sonhado seja pensado numa outra perspectiva.

Todo esse cenário acima descrito se conecta com as repetidas falas sobre desenvolvimento ou modernização da agricultura, esta que vem se transformando ao longo do tempo, incentivada pela agregação de meios tecnológicos, modificando sua estrutura e um modelo de desenvolvimento. Dentre essas modificações se encontra a fruticultura irrigada, um estilo, que segundo Oliveira, et al., (2013) vêm crescendo no Nordeste brasileiro, e que a caatinga é o bioma nordestino que mais vem sofrendo grandes impactos ao longo dos anos pela ação de empresas de fruticultura irrigada.

Também segundo Mata et al., (2015), o desmatamento para a inserção de novas áreas de produção tem impactado negativamente essas regiões. É possível observar as modificações a partir da ecologia das paisagens que, de acordo com Martins et al., (2004, p. 22), “pode ser caracterizada pelo seu foco sobre padrões e a heterogeneidade espacial: como caracterizá-lo, sua natureza, e como muda com o tempo”. De acordo com o autor a ecologia das paisagens tem um papel importante nas tomadas de decisões sobre as áreas a serem priorizadas para conservação.

Visualmente é possível observar as modificações da paisagem ocasionada pelo avanço da agricultura “moderna”; a prática agrícola que inclui o desmatamento e as queimadas tem afetado em suma o ecossistema, fato preocupante, tendo em vista as agressões provocadas às populações camponesas. Sobre a agricultura “moderna” Balsan (2006, p.126) afirma que:

A agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não importando os recursos naturais. O que se tinha como meta era produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível. O “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes.

Esse modelo de agricultura tem apresentado lucros significativos para empresas subsidiadas pelos cofres públicos. Porém, além de prejudicar as relações socioambientais, tem afetado também as relações sociais dessas pessoas, uma vez que em muitos casos ocorre a desapropriação das terras desses sujeitos em virtude de promover a produção da agricultura industrial.

Também segundo Mata et al., (2015), o desmatamento para a inserção de novas áreas de produção tem impactado negativamente essas regiões. Visualmente é possível observar as modificações da paisagem ocasionada pelo avanço da agricultura dita “moderna”; a prática agrícola que inclui o desmatamento e as queimadas têm afetado em suma o ecossistema, fato preocupante, tendo em vista as agressões provocadas às populações camponesas. Sobre a agricultura “moderna” Balsan (2007, p. 20) afirma que:

A agricultura convencional ou agricultura “moderna” se insere no Brasil na década de 1960 inspirada pela “Revolução Verde” que proporcionou uma mudança significativa na agricultura, com a industrialização e mecanização, além de uma nova relação social e econômica com a sociedade.

Esse modelo de agricultura tem gerado enriquecimento significativo para as empresas que fomentam o agronegócio, porém é algo a ser questionado, porque além de prejudicar as relações socioambientais, tem afetado também as relações sociais dessas pessoas, uma vez que em muitos casos ocorre a desapropriação das terras desses sujeitos em virtude de promover a produção da agricultura industrial. Segundo Fernandes (1998, p. 09):

O agronegócio envolve as atividades de produção agrícola propriamente dita, isto é, lavouras, pecuária e extração vegetal; como também as atividades ligadas ao fornecimento de insumos, as relacionadas com o processo agroindustrial e as que dão suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor.

É necessário mencionar que existe outro tipo de produção diferente do agronegócio que é a agricultura tradicional, realizada por agricultores/as, considerada na literatura e nos moldes da modernização como sendo “arcaico”, realizadas por “pequenos/as” agricultores/as, porque ainda utilizam ferramentas manuais, fazem mutirões para plantio e colheita. Porém, existem propostas de agricultura não industrial com dimensões variadas, como por exemplo os sistemas agroflorestais (SAFs)³, que são consórcios de culturas agrícolas com espécies que podem ser utilizadas também para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. De acordo com Souza et al., (2017, p. 39)

³ Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs#:~:text=SAFs%20para%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20s%C3%A3o,temporal%20pr%C3%A9%20estabelecido%2C%20com%20alta>. Acesso em: 27 de out de 2020.

Os SAFs são opções importantes e extremamente viáveis como modelo agrícola, para grandes, médios e pequenos produtores rurais, podendo fornecer benefícios diretos e indiretos. Os sistemas agroflorestais são a imitação da cobertura vegetal da floresta, devendo, por isso, ser altamente diversificados. Essa perspectiva favorece a recuperação da produtividade dos solos anteriormente degradados.

Essa prática é peculiar dos produtores rurais que visam um meio mais sustentável. Esse tipo de produção é considerado como agricultura de pequenos impactos, pois buscam priorizar a diversidade e o ciclo da terra, agregando conhecimentos acumulados ao longo de gerações a partir de suas experiências de vidas.

As pessoas que vivem no campo, mais especificamente no Oeste Potiguar, têm a caatinga como meio de sobrevivência. Um ambiente rico, fonte de renda para suas famílias, que produzem e vendem produtos artesanais e agroecológicos, como chapéu de palha, cera de carnaúba, óleo de oiticica, castanha de caju, e outros produtos, todos advindos da Caatinga.

Mas, esse estilo de vida tem se modificado ao longo dos anos nas áreas rurais, e isso se dá por diversos aspectos. A agricultura desenvolvida em meados dos anos de 1999 na comunidade de Poço Tilon e comunidades vizinhas era gerida por pequenos/as agricultores/as e suas famílias de forma tradicional. Praticando a agricultura de existência, utilizando os recursos que eram possíveis para o trabalho com a terra, diversificando a área agrícola, produzindo o necessário para a sobrevivência de todos os envolvidos.

Observamos que o avanço da agricultura industrial na região tem afetado as dinâmicas culturais da comunidade e isso se dá em virtude da “nova era”, tendo em vista que para muitas pessoas, as empresas são vistas como um avanço. Então nos questionamos: “o avanço” tão falado, comemorado e defendido por muitos viria acompanhado do desmatamento da caatinga, da contaminação do solo, da água, do ar? A “modernização” para algumas pessoas seria o silenciar dos passarinhos e a morte das diversificadas espécies de árvores que enfeitam o nosso meio e o lugar que chamamos de casa? Se sim, precisamos rever esse “tipo” de modernização e avanço. Como cita Castilho (2010, p. 126):

A modernização se apresenta como um projeto da modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade. Como expansão do modo de produção capitalista pelos lugares. [...] Nesse sentido, os atores hegemônicos, renovam constantemente os instrumentos e as relações de produção assim como

os discursos (do que a ciência não se isenta) que justificam e até “naturalizam” a modernização como um processo necessário ao “progresso social”.

Partindo desta premissa podemos dizer que a modernização se configura como autoritária, pois cria um sistema de valores que precisam ser revistos já que não nos cabe mais. A modernização é marcada como uma nova etapa na história ocidental, provocando uma aceleração das transformações. De acordo com o dicionário Houaiss e Villar (2001, p. 1941) a modernização “[...] é o ato ou efeito de modernizar é tornar-se moderno, acompanhando a evolução e as tendências do mundo atual”. Ou seja, trata-se de algo novo, que não existia, e que precisa ser incorporado, vivenciado, ou consumido, nos levando a pensar que a modernização também se traça no cenário ideológico necessário para “progresso”. Dessa forma destacamos que o conceito de modernização é amplo, já que está relacionado a um agrupamento de mudanças que se forjam nos meios de produção, na estrutura econômica, política e cultural de uma sociedade.

Dito isto, o nosso objeto surgiu a partir de um estudo prévio no qual verificamos que a comunidade de Poço Tilon hoje comporta quatro empresas que exploram os recursos naturais, atraídas pelos solos férteis e pela disponibilidade de água, advinda do aquífero Jandaíra⁴. Os principais produtos cultivados na região são: melão, melancia, mamão e banana, com o objetivo de atender o mercado internacional, tendo a maior parte desses produtos exportados. Já o material “de refugo⁵” é vendido no comércio local.

Assim, a finalidade do presente estudo foi investigar as questões socioambientais referentes ao modelo dito desenvolvimentista que está se instaurando em comunidades rurais localizadas na região de Apodi-RN.

Pretendeu-se como objetivo geral, analisar a expansão do agronegócio no Oeste Potiguar e suas implicações para as populações do campo localizadas no município de Apodi-RN (2016 a 2019). Como objetivos específicos: (A) identificar o

⁴ O aquífero Jandaíra, segundo Vasconcelos (et al, 2008) é o mais explorado da região, localiza-se na porção superior da sequência carbonática da Formação Jandaíra, constituindo um aquífero livre, heterogêneo, anisotrópico e de circulação cárstica. Possui uma área aflorante de 1.245 km². Estudos indicam que o aquífero pode chegar a 600m na porção mais profunda da Bacia Potiguar nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/27685/17940> Acesso em: 21 Jul. 2019.

⁵ São as sobras, ou seja, as frutas consideradas fora do padrão que estejam pequenas, maduras, que não apresentam um aspecto que está dentro dos critérios de qualidade para a importação.

perfil das empresas e áreas ocupadas pelo cultivo da fruticultura irrigada nas comunidades rurais da chapada do Apodi-RN; (B) analisar a relações de trabalho das mulheres e homens jovens que trabalham nas empresas de fruticultura irrigada na região de Apodi-RN; (C) investigar a presença de mulheres nas empresas e os impactos sobre a saúde das pessoas envolvidas com o agronegócio. Mais precisamente nas comunidades de Poço de Tilon, Projeto de Assentamento Cruzeiro e Projeto de Assentamento Frei Damião todas localizadas no município de Apodi-RN.

Como justificativa destacamos que a prática da agricultura tem modificado a natureza para satisfazer a economia do país e com isso, as relações com o meio ambiente, e entre este e as pessoas. Dessa forma, acredita-se que o significativo crescimento da produtividade das diversas culturas agrícolas tenha uma forte correlação com os avanços tecnológicos para que haja uma exploração maior dos recursos naturais.

Percebemos que a natureza é o setor primário de sustentação da humanidade, desde produções agrícolas até os materiais que dão suporte a nossa vida. Assim, Gonçalves (2006) discute sobre os meios de produções agrícolas, especificamente para o desenvolvimento da agricultura irrigada, e afirma que essa prática tem feito com que a natureza seja percebida como uma “natureza que não é natural”, pois estão envolvidos processos de criação pelo homem, no qual é destituída as suas relações sociais, materiais e culturais.

Nesse sentido, a fruticultura vem crescendo no Nordeste, como destaca Vidal e Ximenes (2016, p. 18): “A Região responde por 27% da produção nacional de frutas, destacando-se em diversos cultivos como coco, goiaba, mamão, manga, maracujá, abacaxi e melão”. O Rio Grande do Norte e o Ceará juntos produzem 75% da produção brasileira de melão (AQUINO, 2017). Segundo o IBGE (2016), o Rio Grande do Norte é o primeiro no ranking nacional da produção de melão, com 354.793 toneladas, e Mossoró, Tibau e Apodi juntos produzem 288.600 toneladas de melão; já a melancia, Mossoró, Apodi e Baraúna produzem juntas 106.500 toneladas da fruta.

Analisando o crescimento do número de empresas nas comunidades, compreendendo a dinâmica empregada em suas atividades, observando e problematizando as mudanças na forma do uso da terra nas comunidades,

justificamos a importância da nossa pesquisa, tendo em vista que os debates sobre o agronegócio estão crescendo, no entanto, pensar sobre os riscos ocasionados por essa forma de produção agrícola ainda se faz de forma relativamente tímida, especificamente sobre as localidades que foram nosso recorte espacial de pesquisa. Como destaca Rigotto et al., (2014, p. 01):

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados. Entre 2007 e 2011, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)⁶, houve um crescimento de 67,4% de novos casos de acidentes de trabalho não fatais devido a agrotóxicos, e o coeficiente de intoxicações aumentou em 126,8%, crescimento este maior entre as mulheres (178%).

Essas ações prejudicam a saúde das pessoas que residem no campo, agora com agravo incisivo nas mulheres, como destaca a autora. Por isso se faz necessário estudo para analisar a qualidade de vida desses sujeitos, tendo em vista que estão em contato direto com os agrotóxicos. Então voltamos à questão inicial abordada: qualidade de vida para quem? Que tipo de modernidade é essa que está sendo apresentada? São questionamentos que buscaremos responder no decorrer da pesquisa.

A partir da pesquisa sobre estudos que tratam da temática, não foram encontrados materiais que versam sobre os impactos ocasionados pelo agronegócio nessas localidades, o que dá originalidade ao objeto proposto. A pesquisa apresenta relevância social contundente, pois realizou coleta de dados sobre relações de trabalho, saúde e o bem-estar dos sujeitos que residem no campo, além dos impactos para o meio ambiente.

Dentro desse contexto de leituras e indagações foi levantada a seguinte problemática: Quais as implicações da expansão do agronegócio para algumas comunidades rurais de Poço de Tilon, Cruzeiro e Frei Damião localizadas no município de Apodi-RN?

⁶ O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, anexo V - Capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/> acesso em: 17 Jul. 2019.

1.1 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS E O CAMINHAR DA PESQUISA

É fundamental destacar a importância de nossos/as colaboradores/as: mulheres e homens que trabalharam ou trabalham em empresas de fruticultura irrigada, com faixa etária entre 18 a 40 anos. Essa escolha se deu ao fato de que esse é o público que ocupa os postos de trabalhos nas empresas da região. É importante salientar que essa análise nos possibilitou identificar a porcentagem de mulheres que desenvolvem atividades no agronegócio.

Aproximadamente um grupo de 100 familiares reside nas localidades. Assim, o quantitativo de pessoas que foram entrevistadas dependeu: (i) de um levantamento prévio com os/as moradores/as das comunidades estudadas; (ii) Da receptividade dos mesmos em participar do estudo. Estimou-se uma amostragem de, no mínimo, seis pessoas. Foram entrevistados cinco pessoas, três mulheres e dois homens.

A escolha do gênero masculino se deu em virtude de que não saberíamos se na época da pesquisa de campo haveria mulheres em atividades, tendo em vista que as atividades são por safra. E também por identificarmos que, nessas comunidades, há uma quantidade considerável de homens jovens na faixa etária entre 18 a 35 anos que abandonaram os estudos para trabalhar nas empresas. Esse foi um fator importante, considerando que os mesmos, possivelmente, não terão formação que possibilite buscar outro meio de trabalho quando as empresas não estiverem mais no local.

A escolha do gênero feminino se deu em virtude de que as mulheres são historicamente excluídas; mesmo desenvolvendo as mesmas atividades que os homens, ganham menos, e dificilmente ocupam cargos de decisão⁷. Nas empresas de fruticultura irrigada não é diferente: as mulheres desenvolvem vários tipos de serviços, mas, não são reconhecidas pelo seu trabalho. Podemos constatar que o número de mulheres trabalhando nessa área é inferior aos homens, isso ocorre por acreditarem que as mulheres não têm a mesma habilidade que os homens para

⁷ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2018 as mulheres enfrentam desafios na progressão de carreira. Segundo a pesquisa, elas ocupam 26% dos cargos de diretoria, 23% dos postos de vice-presidentes e 16% dos cargos em conselhos. No Brasil elas têm, em média, apenas 19% dos cargos de liderança em empresas. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazer-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 07 de set de 2020.

certos tipos de atividades (cortar os fios de banana, pulverizar, carregar os carros com os produtos), e isso poderia vir a prejudicar a produção.

Nesse sentido, o interesse por trabalhar com mulheres surgiu da curiosidade em investigarmos como as mesmas se sentem mediante o fato de desenvolverem trabalhos diferentes dos homens, além de identificarmos quais atividades desenvolvem, o que mudou em suas vidas, como enxergam a presença das empresas na comunidade.

Algumas leituras apontam que as mulheres são as mais prejudicadas por essas atividades que desvalorizam seu trabalho, como mostra a pesquisa de Rigotto et al., (2014, p. 01): “O coeficiente de intoxicações aumentou em 126,8%, crescimento este maior entre as mulheres (178%)”. Esse dado nos mostra que além de terem sua mão de obra desqualificada, ainda correm um sério risco de vida. Portanto, acreditamos que trabalhar com esse público ouvindo suas impressões e expectativas, será inovador, e poderemos contribuir com a visibilidade do trabalho das mulheres.

A pesquisa foi desenvolvida nas comunidades de Poço Tilon, Cruzeiro e Frei Damião situadas às margens da BR 405, localizadas entre os municípios de Apodi-RN e Felipe Guerra-RN.

A comunidade do Poço Tilon historicamente se originou de uma fazenda denominada Fazenda Miraselva. Com o passar dos anos, a comunidade ganhou seu nome devido a um poço que existia na fazenda, que pertencia ao Senhor Tilon Gurgel do Amaral, um coronel que detinha em sua posse a terra e a água, figura pública de grande influência na região. O Projeto Frei Damião é oriundo da luta da reforma agrária.

No ano de 1990, o Programa de Reforma Agrária, e o Movimento Pastoral da Terra chegaram à localidade onde hoje é o P.A Frei Damião, juntamente com um grupo de pessoas que queriam ocupar a terra que estava improdutivo. A ocupação se deu de forma pacífica, através de um acordo do dono da terra com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

No ano de 2000 iniciaram a construção das casas e no mesmo ano os colonos passaram dos barracos para casas de alvenaria, realizando o sonho de ter um pedaço de chão para sobreviver. O nome do lugar foi um morador que sugeriu, por ser devoto do santo. Todos acataram.

O Projeto de Assentamento Cruzeiro surgiu no ano de 2003, mas os colonos só tomaram posse da terra em 2005. O processo de compra, venda e construção das terras durou 2 anos. O projeto teve uma configuração diferenciada. Não se deu a partir de negociações do INCRA, foi através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. De acordo com o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento esse programa

Oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma. Quem tem esse direito são trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, com idade entre 18 e 65 anos, que comprovem ter experiência de, no mínimo, cinco anos em atividades rurais nos últimos 15 anos (BRASIL, 2020).

Cinco pessoas foram em busca desse benefício junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Apodi e conseguiram a liberação e a legalização das terras. No projeto de assentamento existem 10 casas. Dos primeiros moradores apenas 3 continuam no local, os demais repassaram para outras pessoas. O nome do projeto foi escolhido porque na casa do antigo dono da terra tinha um cruzeiro indicando que ali havia falecido um de seus filhos. Em homenagem ao mesmo os moradores decidiram colocar o nome, Projeto de Assentamento Cruzeiro.

As comunidades citadas têm como principais atividades econômicas a agricultura e extração de calcário, tendo em vista que o minério é abundante na região. Além dos benefícios sociais do Programas Bolsa Escola e Bolsa Família. Vale frisar que o acesso a água se dá por meio de poços artesanais feitos pelas prefeituras para abastecer as comunidades.

As referidas comunidades estão localizadas sobre rochas sedimentares, sendo a extração uma atividade que gera renda. O processo de extração não é mecanizado, as atividades são árduas para quem as executa, pois são desenvolvidas manualmente, já que os trabalhadores quebram pedras com marretas, uma a uma, e comercializam a baixo custo para serem utilizadas em calçamentos.

As comunidades citadas ficam localizadas no semiárido do Oeste Potiguar, na região da Chapada do Apodi. O bioma predominante da localidade é a Caatinga,

segundo Albergaria et al., (2019, p. 145) podemos encontrar na região a presença das seguintes espécies:

Nome popular	Nome científico
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>
Cumaru	<i>Amburana cearenses</i>
Catingueira	<i>Cenostigma pyramidale</i>
Ipê	<i>Handroanthus</i>
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeirojurema</i>
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>
Marmeleiro	<i>Cydonia oblonga</i>
Mufumbo	<i>Combretum leprosum</i>
Mulungu	<i>Erythrina verna</i>
Xique-xique	<i>Pilocereus gounellei</i>
Quixabeira,	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>
Moróró	<i>Bauhinia forficata</i>

Fonte: Autora

Todas essas espécies estão ameaçadas pelo desmatamento resultante da produção da fruticultura irrigada.

O presente estudo se desenvolveu com o auxílio dos métodos da pesquisa qualitativa, buscando valorar a qualidade do que fora dito e coletado. Segundo Minayo (2001, p.10), “[...] para a sociedade ocidental a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade”.

No entanto, continuamos incessantemente garimpado novas perguntas e buscando respostas em nome dessa ciência que não é feita só em laboratórios. Para nós, cientistas sociais, nosso laboratório é o meio, as pessoas, os fatos resultantes das ações humanas. Para Denzin e Lincoln (1998, p. 3) a pesquisa qualitativa pode ser definida como:

[...] Uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam

o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Dessa forma podemos dizer que a pesquisa qualitativa advém da fenomenologia dialogando com a dialética no qual revolucionaram o modo de se operar ou conduzir as pesquisas durante a década de 1970. Esse método está relacionado a diversos campos do saber, entre eles: a história, antropologia, sociologia, economia, psicologia, biologia, ciências sociais, educação entre outros. É conhecida também como “estudo de campo”, “observação participante”, “entrevista qualitativa”, “abordagem de estudo de caso”. Como salienta Richardson (1999, p. 90) a pesquisa qualitativa “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

Dentro desse contexto, destacamos que as personagens principais da pesquisa foram os/as colaboradores/as, pois são eles/as que dão vida e poesia a escrita. A metodologia escolhida para respaldar o estudo preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, subjetivos, descrevendo a complexidade da representatividade dos sujeitos sobre determinados fatos, aqui demarcados pela presença do agronegócio no Oeste Potiguar.

A partir dos estudos desenvolvidos pode-se observar que, de acordo com o que cita Boni e Quaresma (2005, p. 69), as pesquisas qualitativas começaram a se ampliar no fim do século XX quando alguns antropólogos desenvolveram estudos sobre as sociedades tradicionais. Em decorrência disso, a Escola de Chicago tornou-se um dos principais núcleos de pesquisas sociológicas do século XX. A partir de seus diversos instrumentos, esse método possibilita uma multiplicidade de alternativas para corroborar com a investigação a qual nos propomos a desenvolver com esta pesquisa. Sobretudo porque nos possibilita lançar um olhar mais aprofundado a respeito do fenômeno em questão em conjunto com ponto de vista dos/as colaboradores/as e do material coletado.

No delineamento da pesquisa utilizaremos variados suportes para a coleta de dados. O estudo seguirá os seguintes passos: revisão bibliográfica, mapeamento

da região a qual o estudo será desenvolvido, entrevistas semiestruturadas, análise documental, tabulação e análise dos dados.

No primeiro momento foi feita uma análise bibliográfica dos trabalhos publicados na área com relevância científica para respaldar o estudo; vale frisar que essa revisão aconteceu em todo o percurso da pesquisa. Em seguida, cartografamos as empresas de fruticultura irrigada existentes nas proximidades das comunidades acima citada, e depois fizemos a escolha das empresas nos quais desenvolvemos o estudo.

No segundo momento buscamos contato com pessoas que trabalham ou já trabalharam nas empresas de fruticultura irrigada, para fazermos as entrevistas semiestruturadas compostas por roteiro de perguntas, a fim de coletar o maior número de informações possíveis. As entrevistas foram feitas por meio de áudio através do aplicativo *WhatsApp*, contando com ajuda de familiares nas vezes em que nossas/os colaboradoras/as não tinham prática com o uso de aplicativos.

Entramos em contato com os mesmos, e explicamos como seriam as entrevistas, que estas tratariam dos trabalhos nos campos de fruticultura irrigada. Eles/as concordaram em participar do estudo, a hora foi determinada pelos mesmos. As perguntas foram enviadas por áudio e os/as colaboradores/as responderam, devido ao momento que estamos vivenciando que impede o contato em virtude do COVID-19. É importante ressaltar que os/as colaboradores/as foram informados/as da pesquisa e do que se tratava, que seus nomes seriam resguardados se assim desejassem.

No terceiro momento iremos escolher imagens de satélites da região que estejam disponíveis no domínio público para analisarmos se houve mudanças, observando a área ocupada pelo cultivo das empresas de fruticultura irrigada, a fim de construirmos um mapa⁸ da região que possa demonstrar a extensão do território utilizado por tais empresas e seus efeitos.

Após a coleta de informações, iniciamos o cruzamento das fontes para podermos tabular os dados e assim começamos nossa viagem para dar sentido ao texto, incrementando com a fala e os sentimentos das pessoas, grafando linhas

⁸ Considera-se mapa como sendo a representação plana, geralmente em escala pequena, da área delimitada por acidentes naturais (bacias, planaltos, chapadas, etc), político administrativos, com fins temáticos, culturais ou ilustrativos. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/43/CARTOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 08 jul.2019.

entre teoria e empirismo, resignificando o que fora dito, porque acreditamos que o papel do/a pesquisador/a seja tecer, moldar, mostrar o que não era perceptível antes da pesquisa.

A pesquisa se constitui no exercício do olhar (ver), do escutar (ouvir), e do sentir, porque se a fala e a história do outro não nos toca de alguma maneira, não se pode construir um texto singular, rico de conhecimento, porque aquilo que nos toca de forma profunda provoca afetos que podem ser expressos em forma de texto. Como traz Eckert e Rocha (2007, p. 2):

[...] a pesquisa impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta.

Toda pesquisa foi desenvolvida a partir dos preceitos éticos, em que colaboradores/as da pesquisa estarão devidamente resguardados/as. Antes de toda e qualquer ação foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que tanto pesquisadora quanto os/as colaboradores/as estivessem amparados pelo Comitê de Ética⁹. Todos os procedimentos ocorreram em horários favoráveis aos colaboradores/as, pois compartilhamos do pensamento de Palácios et al., (2002, p. 23) quando diz:

A análise crítica de riscos e benefícios é fundamental. Para realizar qualquer projeto de pesquisa que envolva ser humano, o pesquisador tem, obrigatoriamente, que refletir sobre os aspectos éticos da sua conduta projeto de pesquisa para tentar responder a uma inquietação ou a uma demanda específica, mas também deve ter a preocupação sobre as consequências do que está propondo.

Para tanto, cientes dos riscos que traz uma pesquisa, tratamos de tomar cuidado para evitar prejudicar os sujeitos envolvidos no processo, tendo em vista que o método escolhido prioriza a subjetividade, os sentimentos, o olhar, e o sentir do outro. Buscamos a partir desse olhar resignificar o que foi dito de forma que o/a leitor/a conheça as experiências das comunidades e das pessoas que residem no campo. Tendo em vista que essas pessoas precisam ser (re) conhecidas e valorizadas, tendo suas histórias, seus meios de vidas e os seus lugares respeitados para além dos efeitos do capitalismo.

⁹ A pesquisa só foi desenvolvida após a aprovação da mesma pelo Comitê de Ética. (Ver Anexo I, p, 119-120)

1.2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O IMPACTO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI

O meio ambiente vem sendo modificado pela industrialização de atividades agrícolas não convencionais (ASSIS, 2006). Isso implica diretamente nas transformações que o planeta vem sofrendo. Uma das modificações é o desmatamento no semiárido potiguar que prejudica a vegetação da caatinga levando algumas espécies à extinção.

Buscamos respaldo no estudo realizado por Franca-Rocha et al., (2007) que apontou dados de suma importância para construirmos o nosso trabalho. O estudo analisado teve como objetivo principal avaliar a cobertura vegetal remanescente existente no Brasil do bioma caatinga. Com isso os autores observaram que ainda existia 21, 16% de remanescente de área intacta do Bioma Caatinga, no Brasil, com uma área de 17.506.647,22 milhões de hectares de vegetação intacta do bioma, de uma área original de um total do Bioma Caatinga de 82.724.245,74 milhões de hectares. Esses dados foram comparados pelos autores com dados apontados pelo Projeto Radar da Amazônia, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (RADAMBRASIL/PNUD/FAO/IBAMA), que desenvolveu um seu levantamento no ano de 1984 (FRANCO-ROCHA et al, 2007).

O RADAMBRASIL apontava a existência de uma área da caatinga intacta de 65%, enquanto o PNUD/FAO/IBAMA em 1990 quantificou 41,5% da área virgem do bioma (FRANCA-ROCHA et al., 2007). Os autores apontam uma perda de cobertura vegetal no bioma da ordem de 500 mil hectares por ano. Com os dados apresentados no estudo é possível perceber que o grande dano causado ao bioma caatinga ao longo dos anos são reflexos das ações humanas.

O estado do Rio Grande do Norte é coberto por duas vegetações, mata atlântica e a caatinga, como podemos observar na figura a baixo:



Figura 1 - Fonte: Inventário Nacional do RN

Como se pode perceber o Bioma caatinga é o que prevalece no Rio Grande do Norte. No que diz respeito a área estudada, de acordo com Marinho et al., (2015, p. 18) a área de “[...] Caatinga pode ser estimada em 34.920,3 hectares, as vegetações existentes nessa região são típicas de áreas mais baixas e abertas, com vegetação de porte mais baixo, representada pela caatinga arbórea arbustiva”.

O Estado do Rio Grande do Norte vem se rendendo ao capital gerado pela produção de fruticultura irrigada. Essa produção exacerbada pode provocar transtornos para a saúde da população, especificamente os/as trabalhadores/as que exercem funções nas empresas e os/as moradores/as das comunidades rurais em que estão situadas as empresas.

De acordo com Pessoa e Rigotto (2012, p. 66), a economia do Brasil relacionada à expansão das fronteiras agrícola e a produção do agronegócio é considerada por muitos como precursora de melhorias e qualidade de vida para os sujeitos. No entanto, essas ações implicam no uso excessivo e insustentável do território e dos recursos naturais. Alier (2007, p. 08) destaca:

Hoje se exalta o mercado como mecanismo racional de aplicação e pretende-se, inclusive, que os problemas ecológicos surjam da ausência de racionalidade mercantil privada. Como no caso do mal chamado “tragédia dos bens comuns”. Pelo contrário, o ponto de vista dos ecologistas nos leva a duvidar dos benefícios do mercado. O mercado impõe uma busca de ganhos, o que leva o uso mais eficiente dos recursos naturais.

Comungando da ideia do autor supracitado, representantes do mercado capitalista, como é esperado, não fomentam a criação de movimentos ecologistas que denunciem atos danosos e agressivos com o meio ambiente. Como é o caso

das empresas do agronegócio que produzem de forma irresponsável para satisfazer o mercado global, além do mercado interno. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)¹⁰ da Universidade de São Paulo (USP) pode-se observar que:

[...] Em 2018, o PIB-volume do agronegócio, calculado pelo critério de preços constantes, cresceu em todos os segmentos. O PIB-volume do agronegócio teve alta de 1,87% em 2018, com elevações de 5,17% para insumos, de 0,41% para o segmento primário, de 1,97% para a agroindústria e de 2,31% para os agros serviços (CEPEA, 2019).

São números significativos para o PIB. Porém, o que nos propomos analisar são os impactos socioambientais que resultam da produção de todo esse lucro, pois se o setor empresarial tem gerado bons resultados, para a natureza e para as populações do campo tem trazido danos preocupantes. Para Alier (2007) a expansão do capitalismo traz consequências para o meio ambiente e principalmente para pessoas pobres. A busca pelo aumento dos lucros ocasiona exploração do trabalho; a oferta de mão de obra barata que se dá com mais intensidade pela falta de emprego, acaba aumentando a desigualdade social.

O que ocorre é que a agricultura é tratada como um mercado industrial lucrativo que aumenta as finanças para os grandes empresários. Ou seja, esse modelo de agricultura é gerenciado por corporações transnacionais que se preocupam tão somente com a economia e os lucros, tendo como álibi a chamada “modernização da agricultura”. Segundo Aguiar (1986, p. 02), num texto que continua bastante atual:

Entender, portanto, a modernização da agricultura brasileira como uma simples mudança da base técnica é simplificar, em muito, o seu significado. É importante levar em consideração que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim sendo, dentro do seu processo de modernização deve-se dar significado maior à sua transnacionalização e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro.

Essa lógica de “modernização” da agricultura é materializada no agronegócio e sua expansão no Nordeste brasileiro, composto por territórios ricos em água

¹⁰ Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-fecha-2018-com-estabilidade.aspx> Acesso em: 14 de set de 2020.

subterrânea e com um solo fértil, permitiu o cultivo da fruticultura irrigada voltado para exportação em grande escala, gerando nas localidades empregos e postos de trabalhos. Porém, nos questionamos: que tipo de emprego e que tipo de trabalho estão sendo ofertados? A agricultura tradicional, também gera emprego e postos de trabalho, porém, a diferença está da qualidade do trabalho, nas ferramentas utilizadas. Os agricultores/as trabalham para si, para manter seus custos e preservar sua existência, todo excedente da colheita pertence a eles/as.

Dentro desse contexto faz-se necessário diferenciar emprego de postos de trabalhos. Para Tolfo e Bahry (2007, p. 02), “[...] O trabalho tem como finalidade criar valores de uso, cuja preocupação maior esteja na valorização do capital, e o emprego é relativo a um tipo particular de trabalho econômico remunerado e que é regido por um contrato de base jurídica”. O que não ocorre nos campos de cultura irrigada pois a maioria dos/as trabalhadores/as não tem emprego formal, eles/as têm postos de trabalho. Para Pessoa e Rigotto (2012, p. 67):

[...] há consequências sobre a produção associadas à exploração do trabalho de moradores e migrantes e à contaminação ambiental, promovendo impactos na saúde humana, ocasionando mortes, intoxicações agudas e efeitos crônicos dos agrotóxicos, entre outros agravos.

Podemos observar que a promessa de uma “melhoria de vida” está condicionada ao adoecimento dos/as trabalhadores/as e destruição do ambiente, pois é consideravelmente grande a quantidade de agrotóxicos usada para acelerar a produção e o desenvolvimento das plantações.

Para tanto precisamos compreender que os moldes da produção agrária hegemônica no Brasil iniciam-se com o avanço do capitalismo no campo, agravado com a “revolução verde” que, segundo Araújo (2005, p. 39), “[...] consistiu na introdução de máquinas e implementos agrícolas, associada à utilização intensiva de defensivos químicos, fertilizantes, sementes híbridas e outras inovações semelhantes”.

Esse novo modelo de desenvolvimento tinha na tecnologia a alternativa superior a qual dominaria a natureza gerando crescimento sem se importar com os danos causados nem tão pouco com os limites naturais, “modernizando” a agricultura, a partir do estabelecimento de relações desonestas com a natureza e com o trabalho humano. O uso dos agrotóxicos é herança desses

“desenvolvimentos agrícolas” que, no Brasil, começou a ocorrer no fim da década de 1960. Podemos dizer que esse foi um marco para o aumento de doenças, da exploração de trabalho e dos impactos ambientais relacionados a esse tipo de produção agrária.

A busca por lucros amplia o uso dos agrotóxicos, e estes vão tirando lentamente a vida dos seres vivos, alimentando ainda mais os sistemas técnicos capitalistas que exercem influências diretas na vida das pessoas. Vivemos em um dos países que mais consomem veneno, tudo isso em virtude da expansão do agronegócio. De acordo com a ABRASCO (2015):

O Ministério da Agricultura liberou mais 21 agrotóxicos para utilização industrial, ou seja, produtos que serão usados como matéria-prima na elaboração de pesticidas para os agricultores. Já são 197 registros neste ano. Entre os produtos listados, chama atenção a liberação de 6 registros para o dicamba, um herbicida que teve a comercialização suspensa nos Estados Unidos por matar lavouras vizinhas. Em relação ao ritmo de liberação, as autorizações feitas em 2020 perdem apenas para 2018 e 2019, quando o governo registrou a maior quantidade de produtos desde o início da série histórica, em 2005.

Essa é mais uma evidência que os maiores produtores do país não têm preocupação com a saúde e com o bem-estar da população, e sim, com lucros que terão com o consumo e com a comercialização dos produtos. Nesse sentido concordamos com Barros (2018, p. 20) quando destaca que “[...] a crescente do capital na agricultura foi em decorrência da sua crise desencadeada nos anos 1970, que forjou um novo ciclo de acumulação ou a mundialização e a financeirização, integrando o capital em escala mundial, através das empresas multinacionais e transnacionais”.

Ou seja, as relações do capital não estão sendo implantadas apenas nos países ricos, e sim, em várias partes do mundo onde as empresas se instalam. Essa reformulação se configura como sendo a nova ordem do capital que vem gerando uma nova divisão do trabalho e uma reorganização territorial da produção capitalista fomentada pelas empresas do agronegócio. Empresas essas que têm um tempo de permanência limitada, já que para produzirem em grande escala ocasionam a esgotamento da terra e dos recursos naturais.

Um dos fatores que indicam um crescimento das empresas do agronegócio é a construção dos perímetros irrigados. De acordo com a Agência Nacional da Água (ANA), o perímetro irrigado é o sistema planejado para o suprimento ou a

drenagem de água em empreendimento de agricultura irrigada, de modo programado, em quantidade e qualidade, podendo ser composto por estruturas e equipamentos de uso individual ou coletivo de captação, adução, armazenamento, distribuição e aplicação de água. Dessa forma, percebemos que as empresas vieram em busca do solo fértil, da água abundante no subsolo e da mão de obra barata. Mas, isso não é particularidade só das comunidades rurais do município. De Apodi. Como nos mostra Rigotto et al (2016, p. 125), alguns estados do Nordeste têm forte presença dos perímetros irrigados:

[...] A análise mais abrangente de uma Política Nacional de Irrigação, referenciando os impactos ocasionados com a implantação de cinco perímetros irrigados sobre a saúde e o ambiente no Ceará-CE e no Rio Grande do Norte-RN, visto que tais projetos constituem a estratégia mais relevante do Estado à suposta escassez de água no semiárido. São eles: PI Jaguaribe-Apodi - PIJA (CE), PI Tabuleiro de Russas – PITS (CE), PI Baixo Acaraú - PIBAc (CE), PI Baixo Açu – PIBA (RN) e PI Santa Cruz do Apodi – PISCA (RN). Instalaram empresas nacionais e transnacionais do agronegócio, com ampla produtividade de frutas destinadas à exportação e ao mercado interno.

O rápido avanço das agroindústrias resulta na transnacionalização rural deixando sequelas graves para o ecossistema. Essa expansão afeta também o convívio social dos sujeitos, tendo em vista que muitas vezes são expulsos de suas terras para que os empresários possam explorá-las. Uma vida é deixada para trás, não são só terras, são histórias que vão sendo consumidas para satisfazer as exigências do capitalismo, ficando apenas as memórias dos tempos de outrora quando se vivia em seus lugares sem medo e sem preocupação de terem suas vidas deturpadas por pessoas desconhecidas.

Delgado (2012) aborda questões pertinentes sobre a contra hegemonia, destacando que as questões agrárias de 1980 devem ser observadas sob a ótica da globalização, conceito este que traz em primeiro plano a exportação como um projeto maior de hegemonia que acumula o capital e conseqüentemente limita o desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva surge o enfrentamento ao agronegócio e ao uso dos agrotóxicos como sendo uma questão emergente na discussão, principalmente nas questões de saúde. A Fiocruz, através do programa SINITOX (2017), publicou dados sobre os níveis de contaminação por regiões. Observamos que na região Nordeste as cidades que sofrem com maior índice de intoxicação humana são: Fortaleza com 4068, montante de 5,34 %; Aracajú com 3591,

montante de 4,72%; João Pessoa com 1357, montante de 1,78%; e Natal com 206, montante de 0,27%. Como salienta a Fiocruz (2018, p. 59):

Há ainda o impacto dos agrotóxicos sobre a saúde humana expresso em custos de tratamento para pessoas intoxicadas. Pesquisa realizada no Paraná concluiu que, para cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos, U\$ 1,28 seria gasto apenas para o tratamento das intoxicações agudas no SUS.

Como podemos perceber as empresas do agronegócio não estão preocupadas com o tanto de veneno que as pessoas estão ingerindo nem tão pouco estão interessadas no contexto social nos quais estão inseridas, nem com a gravidade dos danos ambientais. É possível avaliar a partir dos dados destacados que já se fazem as negociações pensando nos gastos que irão ter com a saúde, porque são produtos altamente tóxicos e danosos para os seres vivos. Esses são os moldes da agricultura convencional pautada numa produção intensiva proporcionada e cultivada pelo agronegócio. Como destaca Pereira (2015, p. 08):

Com o crescimento do agronegócio, o Brasil aumentou o volume de exportação de produtos primários para os países mais industrializados, e a região Nordeste se inseriu no mercado mundial nas últimas décadas com a fruticultura irrigada. A implantação de perímetros irrigados com recursos públicos tem provocado a desapropriação de pequenos proprietários, a valorização das terras e a consequente compra de terras nas regiões mais férteis por empresas nacionais e internacionais.

De acordo com Primavesi (2008, p. 2-4) a agricultura orgânica produz alimentos mais saudáveis do que aqueles produzidos pela agricultura praticada pelo agronegócio, pois não faz utilização de fertilizantes químicos, buscando uma forma de cultivo amigável com o ecossistema.

A lei federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 no artigo 3º considera produto de agricultura orgânica ou produtos orgânicos, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local (LIMA E SABINO 2010, p. 10).

Podemos destacar que os produtos orgânicos são produzidos em uma maior escala, encontrando-se em vários supermercados.

Já a produção agroecológica tem uma característica diferente:

[...] se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, além das questões políticas, sociais, culturais, ambientais e éticas. Engloba ciência, e conhecimento tradicional. Parte dos princípios humanos, preocupando-se com a saúde das pessoas e com a conservação do nosso planeta. Trabalhar ecologicamente significa

manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida (PRIMAVESI, 2008, p. 2-4).

As práticas de agricultura pautados na agroecologia incorporam as questões sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas. Buscando respeitar a interação entre os seres vivos não utilizando agrotóxicos. Dentro desse contexto é importante também compreender as bases da agricultura familiar. Segundo Savoldi e Cunha (2010, p. 25):

[...] A agricultura familiar não é entendida como trabalho familiar. O que a distingue da maioria das formas sociais de produção como familiar é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, que produz subsídios para sobrevivência da família. Gerando formas de rentabilidade para os mesmos.

Destacamos a importância da agricultura familiar para os sujeitos que sobrevivem dela e para o país. Embora seja uma atividade de extrema necessidade, ainda é desacreditada por defenderem que não tem rentabilidade e que a produção é pouca. De acordo com os autores supracitados, cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar, resultado de práticas tradicionais e do conhecimento popular.

Ao darmos continuidade aos estudos sobre a expansão do agronegócio no Rio Grande do Norte, percebemos a intensidade com que as empresas de fruticultura irrigada se espalharam no Estado; percebemos que o aumento dos índices de pessoas assalariadas nas regiões em que estão instaladas as empresas é significativa. Porém, as consequências dessa experiência já podem ser verificadas, como bem podemos observar no gráfico abaixo:

Comercialização* de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha) e incidência de intoxicações por agrotóxicos – Rio Grande do Norte, 2007 a 2013

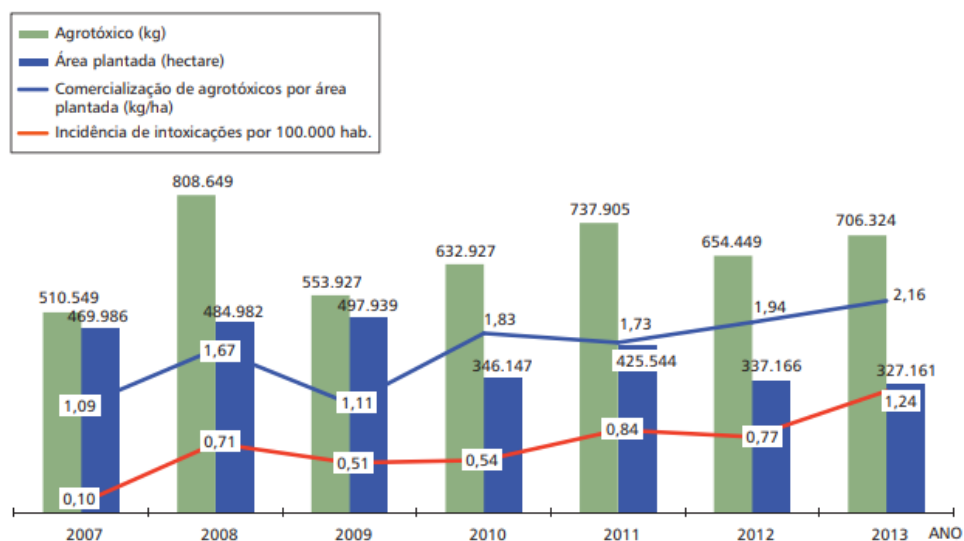


Gráfico 2. Fonte: Sinan, IBGE e Agrofit.

Esses dados provocam questionamentos, que já observamos que no ano de 2013 os índices de intoxicação aumentaram consideravelmente: Que tipo de desenvolvimento é esse, que mais mata do que promove qualidade de vida? Com que finalidade foi pensado esse “avanço”? Seria mesmo “o agro pop”¹¹? Ou seria a morte? Essas indagações podem ser respondidas destacando que esse modelo de desenvolvimento que não beneficia as populações (incluindo as populações do

¹¹ A expressão “O agro é pop” é utilizado em uma propaganda de televisão para divulgar o agronegócio, disseminando para a sociedade a ideia que o agronegócio é algo positivo e moderno. De acordo com Santos et al (2018, p. 49) A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” teve início em junho de 2016. Até o dia 22 de setembro de 2018, foram lançadas 57 peças. As peças têm como formato padrão a apresentação da importância dos produtos agrícolas vindos do campo para consumo da sociedade brasileira. Além disso, enfatizam a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimentada na economia. As três funções da televisão nos processos de acumulação de capital e na reprodução ideológica do capital são a publicidade, a propaganda e o programa. Desse modo, observa-se que a propaganda, dentro da campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, busca criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que oculta as desigualdades presentes no Brasil rural e, consequentemente, valoriza a concentração fundiária. A audiência e o processo de constituição de formação de opinião de massa da Rede Globo de Televisão, consegue construir uma imagem positiva de sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso. Ocultando os lados negativos da produção que só visa o capital. Disponível em Revista Epitec. [file:///C:/Users/Ana/Downloads/10910-30967-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/10910-30967-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 23 nov. 2019.

campo), foi pensado a partir da lógica capitalista, no qual só prioriza a rentabilidade, o lucro.

1.3 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Uma das questões que precisa ser abordada refere-se as relações de gênero na produção do agronegócio, que seguindo os padrões dos demais tipos de trabalho estabelece divisões sexuais precarizadas e desiguais. Segundo Rocha e Rigotto (2017, p. 68):

As mulheres concentram-se nas atividades relacionadas com a última fase do processo, no interior da packinghouse – um galpão no qual as frutas, movidas por meio de esteiras rolantes, passam por processos que vão da lavagem ao empacotamento. [...] existe divisão sexual do trabalho na packinghouse; (casa de embalagem) no entanto, há mulheres trabalhando no campo, principalmente no plantio de mudas. Essa diferença possivelmente ocorre pela especificidade do plantio de melão, que exige procedimentos cuidadosos delicados e habilidades geralmente atribuídas às mulheres.

Podemos destacar que as mulheres por muito tempo foram tratadas como sexo frágil sendo proibidas de desenvolver determinadas atividades que seriam destinadas aos “homens”, ficando com tarefas consideradas mais “delicadas”. Essa característica pode ser observada no que pontua a autora na citação acima. Diante desse contexto, avaliando critérios da economia capitalista a partir do feminismo, percebemos que um dos aspectos se detém em compreender a divisão sexual do trabalho, que em muitos casos se configura como formas de opressão contra as mulheres. Como cita Faria (2002, p. 13):

A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres. Já a economia dominante não só desconsidera, invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas.

No campo do trabalho as mulheres são desvalorizadas; podemos destacar que a divisão sexual do trabalho tem por característica a determinação prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Segundo Kergoat (1996, p. 67) “[...] essa divisão de trabalho tem dois princípios organizadores: O da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de

mulheres) e o da hierarquização (Um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher)”.

Observamos a partir dessa concepção que a divisão sexual do trabalho tem uma longa trajetória. Historicamente é atribuído às mulheres o trabalho referente ao cuidado, cuidar da casa, dos filhos do marido. Aos homens prover a renda e o sustento. Não estamos querendo dizer que as mulheres não trabalhavam. Ao contrário, queremos mostrar que os trabalhos das mesmas não eram/são reconhecidos. Desse modo, destacamos que a divisão não tem a ver apenas com o sexo biológico; embora essa divisão seja balizada em características biológicas, ela foi constituída socialmente. As mulheres são capazes de desenvolver toda e qualquer função, assim queiram e tenham condições. E os homens pode exercer o cuidar do outro, já que uma ação não exclui a outra. Essas noções nos levam a perceber a permanência das desigualdades de gênero.

Outro fator que precisa ser discutido é o risco de saúde que essas mulheres correm ao estarem em contato direto com os agrotóxicos:

Um fator agravante das condições insalubres é a convivência com produtos químicos desconhecidos e agrotóxicos. A modernização agrícola tem como uma de suas características fundamentais a utilização intensiva de produtos químicos como fertilizantes, fungicidas, herbicidas, acaricidas, entre outros. Esses produtos são utilizados não apenas nos campos, mas também na fase final de tratamento das frutas. Antes de seguir para exportação, elas recebem novos 'banhos' de veneno, o que é realizado de forma muito próxima às mulheres e, em alguns casos, são aplicados por elas mesmas (ROCHA E RIGOTETO, 2017, p. 69).

Além de terem tratamento inferior ao dos homens em seu ambiente de trabalho, de muitas vezes passarem o dia fora de casa para garantir seu sustento, as mulheres são submetidas a insalubridades e riscos de vida, uma vez que estão em contato direto com venenos e produtos químicos. Por isso fez-se necessário um estudo detalhado sobre as relações de trabalho nas referidas empresas para visualizarmos as condições as quais estão submetidos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras.

As relações contemporâneas de trabalho ligadas ao processo capitalista chamado de “modernização da agricultura”, são direcionadas para beneficiar o latifúndio e os grandes proprietários, voltados para os complexos agroindustriais e para o mercado externo. Conseqüentemente, com a modificação das relações de trabalho, amplia-se o assalariamento parcial e precário. Em outras palavras, há o

aumento dos trabalhos ofertados “por época”, ou safra, conhecido também por sazonalidade. Como destaca Fleury (2010, p. 15):

A invenção da máquina a vapor, na Europa do século XVIII, e a sua aplicação na indústria e, posteriormente, na agricultura alteraram, não só os métodos de trabalho, como, também, as relações de trabalho. A exploração sistemática dos trabalhadores ocasionou o nascimento de duas classes, cujos interesses são antagônicos: a proletária e a capitalista. A classe capitalista impõe ao proletariado a orientação a ser seguida.

Os produtores que viviam/vivem no meio rural passaram a trabalhar de forma assalariada perdendo a autonomia no controle de suas terras, moradia, das relações com o trabalho. A industrialização no campo deixou poucas opções para os/as camponeses/as: ou ficam no campo e trabalham para os grandes proprietários; ou vão procurar meios de vida nas cidades. Silva (1996, p. 04) destaca que “[...] o trabalhador passa de papel ativo e integral do artesão para o de um trabalhador parcial na manufatura, até atingir a passividade do operário, que apenas vigia a máquina”. Essas mudanças advindas com o capitalismo fazem com que o trabalhador parcial gere mais lucro e maior benefício para o patrão em virtude da jornada de trabalho excessiva:

[...] O trabalhador volante tem o máximo interesse pessoal em executar as tarefas, o mais rápido possível, para receber o valor correspondente, o que permite ao empresário uma elevação da intensidade do trabalho acima do normal. Além do mais, é conveniente e necessário que o trabalhador prolongue a jornada de trabalho, a fim de aumentar o salário, mesmo que, para isso, multiplique seus próprios braços com os da mulher e filhos menores (AGUIAR, 1986, p.111).

Com a “modernização” da agricultura ocorreram mudanças significativas. Podemos dizer que estamos vivendo a efetivação do que significava as promessas da “nova era”, dos “novos tempos”, mas que para os povos do campo promovem os mais diversos tipos de produção e exploração, inclusive nas relações de trabalho. Como afirma Elias (2017, p. 35):

[...] A região Nordeste apresenta hoje a dicotomia entre uma agricultura tradicional e uma agricultura científica, apresentando-se esta última em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros pontos luminosos (SANTOS, 2000) em pleno semi-árido (sic), especialmente nos seus vales úmidos (São Francisco, Açú, Jaguaribe), da mesma forma que nos cerrados (sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia). Estes espaços são incorporados diferentemente na nova divisão interna e internacional do trabalho agrícola globalizado, expandindo-se formas intensivas de produção.

Assim também ocorre no Rio Grande do Norte a partir das mudanças já mencionadas acerca da reorganização do trabalho no setor do agronegócio. Certamente sabemos que essas empresas oferecem empregos para as pessoas, mas, isso não basta. É necessário saber quais as condições de trabalho as quais as pessoas estão submetidas. E as consequências da implementação dessas empresas do agronegócio.

Mesmo com essas mudanças, existem pessoas que pretendem continuar morando no campo, vivendo de suas plantações e de suas produções, a exemplo dos/as agricultores/as familiares que tentam manter sua forma de trabalho longe das amarras dos grandes proprietários. Todavia, muitas pessoas vêm nas empresas um meio de sobrevivência. Uma vez que os investimentos para a produção da agricultura familiar são muito pouco comparados aos recursos destinados para o agronegócio. De acordo com Junior (2019, p. 20):

Os recursos do plano safra de 2019/2020 foram destinados 35 bilhões para investimento que se dá via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para ser distribuído da seguinte forma: 16 bilhões para custeio, 16 bilhões para investimento e 3 bilhões para habitação rural. Já para as empresas do agronegócio foram destinados 222 bilhões. A produção prevê meios alternativos de financiamento para grandes produtores, maior apoio a pequenos e médios e R\$ 1 bilhão para seguro rural.

Podemos observar a discrepância significativa nos investimentos destinados a agricultura familiar e para agricultura empresarial. Mediante esse cenário, é certo que o agronegócio se prolifera por mais áreas. Pregando a implantação da modernização, ao chegarem nas localidades mais “carentes de assistência” e ricas em matéria prima, as pessoas vêm nessas empresas a oportunidade de terem uma renda fixa todos os meses, com a chance de possuírem o que antes não tinham. Isso acaba favorecendo para que entrem na lógica do capital, embora em condições de risco.

Diante disso, instala-se um dilema: o que dizer a um dono de terra, que antes mal ganhava o sustento para sua família, sem condições de explorar sua terra, e que passou a ter seu terreno arrendado por uma quantia X todos os meses, podendo proporcionar “melhoria” para sua família? Como explicar para uma pessoa que o agronegócio vai extrair todos os recursos naturais existentes na sua terra e vai contaminar tudo e todos a sua volta e depois irá embora? Como argumentar contra um Estado poderoso que financia o agronegócio?

Por não termos respostas para vários questionamentos, por considerarmos que a existência de um mercado de trabalho “formal” relacionado às empresas do agronegócio norte rio-grandense é muito recente; por buscarmos uma análise mais fundamentada e consistente, é que entendemos ser necessário efetuar a pesquisa de campo para podermos lançar um olhar mais complexo, crítico e reflexivo acerca dos pontos até aqui destacados sobre a presença do agronegócio no Oeste Potiguar.

1.4 HÁ VIDA E ESPERANÇA PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AGROECOLOGIA NO BRASIL

O cenário poético do sertão nos inspira a falar sobre sua realidade. A beleza da caatinga do Semiárido Potiguar está para além do que os olhos podem enxergar. Observar a mata cinzenta, se esverdeando no período chuvoso com as primeiras gotas de água, nos faz lembrar um cenário idílico que vem sendo transformado pelo “progresso”. Progresso esse que nos propomos a estudar, e dentro dessa investigação cabe fazer um histórico sobre a ciência que questiona o significado ou como se caracteriza esse “progresso” que é a agroecologia.

Segundo Petersen e Almeida (2006) a agroecologia é a ciência que busca estudar o funcionamento do agroecossistema. Tendo como princípio o uso consciente dos recursos naturais, preservando a biodiversidade e sustentabilidade. É importante salientar que esse método busca valorizar os saberes populares e as práticas dos agricultores e agricultoras das comunidades tradicionais, promovendo aproximações entre o conhecimento popular e o desenvolvido nas instituições de pesquisa científicas.

O estudo sobre essa nova ciência é recente. Podemos dizer que o movimento agroecológico brasileiro teve início no final da década de 1970. Esse movimento surge de um conjunto de ações que foram protagonizadas por organizações não governamentais, movimentos sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Dentro desse contexto é importante destacar que a CEBS teve atuação fundamental na consolidação da agroecologia brasileira, no período de brutal

repressão aos movimentos que reivindicavam a reforma agrária. Segundo Petersen e Almeida (2006, p. 15):

[...] As práticas culturais locais, das iniciativas inovadoras das famílias e das formas de convívio social e cooperação voltadas para otimizar o uso dos recursos locais para a construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais foram fundamentais. Muitas das alternativas técnicas hoje consagradas na agroecologia foram promovidas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças.

Podemos perceber que a luta agroecológica começa a provocar em algumas pessoas uma nova visão de convívio com o meio ambiente. Pessoas que não concordavam/concordam com os métodos de uso agressivo a terra. Nos anos de 1980 houve um maior vislumbre dos movimentos populares, sua reorganização proporcionou a construção de entidades de assessoria aos agricultores e a criação de espaços mais amplos de discussão.

Com uma discussão mais ampla surgem as contestações à industrialização da agricultura que visa tão somente o lucro e seus impactos ambientais negativos. Uma reflexão sobre a perda de biodiversidade, incluindo a diversidade de sementes, desmatamento, degradação dos solos, e contaminação ambiental pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Esse movimento se configura como sendo de suma importância para fortalecer a luta dos/as agricultores e agricultoras pela preservação das suas terras.

No início dos anos 1990 o conceito de agroecologia é incorporado de forma enfática no Brasil como um desenvolvimento da ideia de uma agricultura alternativa para ir de encontro a agricultura convencional, provocando mudanças significativas nas abordagens metodológicas de estudos visando a produção agroecológica. Como nos ensina Gliessman (2000, p. 20):

[...] O enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

Nesse sentido a agroecologia é o caminho para contrapor o sistema capitalista das indústrias agrícolas, se preocupando também com o contexto social,

as relações humanas. O trajeto da luta agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores responsáveis por tecer essa história, respeitando a relação com o manejo e conservação dos recursos naturais.

A proposta agroecológica parte de um universo amplo de organizações, movimentos e redes com trabalho em diversos campos, como por exemplo em áreas da saúde, soberania e segurança alimentar, economia solidária, feminismo, cuidados ambientais, dentre outros. São pautas importantes defendidas por aqueles/as que acreditam numa melhor condição de vida.

O I Encontro nacional de agroecologia (ENA, 2018) teve como principais encaminhamentos o fortalecimento das redes estaduais e regionais de agroecologia e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia.

A ANA foi fundada no ano de 2002 como um dos desdobramentos do I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O momento era favorável para uma articulação nacional devido à incorporação de referenciais agroecológicos por movimentos sociais, como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e movimentos feministas; pelas críticas direcionadas aos transgênicos; pelo surgimento de iniciativas agroecológicas promovidas pelo poder público (Projeto Lumiar2); emergência de percepções ambientalistas; valorização da agricultura familiar pela sociedade; o crescimento do mercado de orgânicos e o debate sobre a lei de certificação; contexto de debate eleitoral (2001-2002), que aqueceu a discussão em torno da reforma agrária, agricultura familiar e tecnologias alternativas (CHECHI, 2017 p. 11).

A partir do encontro que deliberou pautas de fundamental importância para agroecologia pode-se contar com a realização de políticas e programas públicos com vistas a melhorar as precárias condições dos/as agricultores e agricultoras familiares de muitas regiões. Dentro desse contexto podemos observar que a Agroecologia passou a ser discutida por um número crescente de instituições. Para tanto compreende-se que essa nova forma de fazer ciência acopla o saber popular e dá ressonância o que realmente importa que é a vida dos sujeitos. De acordo com Viana et al (2019, p. 45) “[...] a agroecologia emerge como uma ciência pela real sustentabilidade no campo, capaz de agregar conhecimentos, agentes multidisciplinares e movimentos sociais, por isso também é um movimento e uma prática”.

E a agroecologia vem transformando histórias no sertão potiguar. Nas comunidades rurais do município de Apodi-RN que têm uma ligação forte com a agricultura familiar e conseqüentemente com a agroecologia:

Apodi conta atualmente com uma Feira de Agroecologia e Economia Solidária. Esta tem como objetivo o fortalecimento da participação dos produtores atuando como comerciantes de seus produtos diretamente ao consumidor, além de mobilizar as reuniões mensais de planejamento da referida feira (informação verbal). Feira essa que, segundo a coordenadora, conta com a participação de 19 unidades familiares, em média 02 membros de cada família e 12 grupos, que em média são compostos por 08 pessoas. Nessa feira os agricultores familiares comercializam seus produtos diretamente para o consumidor, evitando a inserção dos atravessadores (OLIVEIRA et al., 2014, p. 02).

Nesse processo podemos perceber que a atuação social vem construindo uma cadeia de desenvolvimento sustentável, em que os sujeitos atuam como personagem principal para alavancar e idealizar projetos de vida. Nesse processo os apodienses contam com apoio de instituições nas quais os/a agricultores e agricultoras familiares são assistidos e trabalham no enfoque agroecológico, incentivando e mostrando a importância da agroecologia para o meio rural e para seus atores. Essa mobilização por um meio ambiente sustentável e ecológico vem sendo ameaçado pelas empresas do agronegócio.

Justamente nessa região do município onde se encontra a maior evolução da agricultura familiar, um projeto de tal porte destruirá qualquer resquício de uma agricultura familiar, uma vez que a maioria dos agricultores familiares serão expulsos de suas terras, e os que ficarem não terão condições de produzir em meio a um projeto de irrigação que exclui qualquer chance de desenvolvimento de agricultura familiar (OLIVEIRA et al., 2014, p. 05).

Dentro desse contexto de lutas e reconhecimento da agroecologia no campo empírico e científico, vão se fortalecendo as parcerias com inúmeros agricultores e agricultoras. Que buscam saúde, qualidade de e a valorização do meio ambiente, fazendo uso de técnicas tradicionais que respeitam o tempo e os recursos que tem disponível a sua volta, valorizando a vida dos/as camponeses e o conhecimento tradicional, compartilhando experiências e saberes adquiridos com a vivência cotidiana. Mostrando que a agricultura familiar é possível, é viável e é rentável para aqueles/as que utilizam dela como meio de existência sem a necessidade de agredir o meio ambiente e saírem de seus lugares de pertença onde estão suas histórias, raízes e afetos.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. O OLHAR DE DENTRO RESSIGNIFICADO ATRAVÉS DO OLHAR DE FORA: OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA E SUAS RELAÇÕES COM AS EMPRESAS

A nossa pesquisa foi desenvolvida em comunidades rurais, no interior do Rio Grande do Norte. Quando estava na entrevista de seleção do mestrado, me perguntaram do que eu não abriria mão na minha pesquisa. Sem nenhuma dúvida respondi que não abriria mão de estudar o campo, sobre o meu lugar de pertencimento, lugar estereotipado e negligenciado historicamente pelos gestores públicos e por uma cultura que o urbano como lugar do que há de melhor.

Pesquisar sobre o campo, é poder ressignificar histórias de vida de pessoas que lá residem. Não acreditamos em uma ciência neutra, a qual o pesquisador/a precisa estar distante do seu objeto. Porém, se faz necessário manter o compromisso ético com a pesquisa, e seguir as regras do fazer acadêmico. Todas as entrevistas foram realizadas em um momento muito delicado para o mundo devido a pandemia COVID-19¹².

Mesmo consternados com perdas e pelo medo, os/as colaboradores/as se prontificaram em nos ajudar, em dialogar sobre seu ambiente de trabalho. Em virtude disso e de outros conflitos fomentados pela política do agronegócio que não

¹² A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Os sintomas mais comuns são: febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos. As formas de prevenção são: Praticar a higiene das mãos e respiratória é importante em todos os momentos e é a melhor maneira de proteger aos outros e a si mesma (o). Sempre que possível, mantenha uma distância de pelo menos 1 metro entre você e os outros, principalmente se você estiver ao lado de alguém que tosse ou espirra. Evitar estar em aglomerações e só sair de casa se necessário. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=e%20tr%C3%A1fego%20internacional.-,Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020%2C%20a%20COVID%2D19%20foi,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. Acesso em: 19 de out de 2020.

cabe citar no estudo, achamos por bem preservar a identidade dos mesmos. Dessa forma iremos usar nomes fictícios para identifica-los. Durante a discussão iremos identificá-los como: Ester, Esperança, Aurora, Carlos e Pedro, moradores/as da região, que trabalham nas empresas (ver Quadro I).

Quadro 1: Identificação dos colaboradores/as

Nome	Idade	Endereço	Estado civil	Local de Trabalho	Vínculo empregatício
Carlos	31 anos	Poço de Tilon	Casado	Empresa 1	Trabalha fixo de Carteira assinada
Esperança	23 anos	Poço Tilon/São Manoel	Solteiro	Empresa 2	Trabalhou de carteira assinada por uma safra (6 meses).
Pedro	27 anos	Poço de Tilon/Cruzeiro	Solteira	Empresa 3	Trabalha de forma sazonal
Ester	35 anos	Poço Tilon	Casada	Empresa 1	Trabalhou de forma sazonal
Aurora	20 anos	Frei Damião/Poço de Tilon	Solteira	Empresa 4	Trabalhou de forma sazonal

(Fonte: Autora)

Existe nessas áreas de plantios irrigados na região, diferentes tipos de plantação sendo desenvolvidas. Tais diferenças perpassam tanto pelas técnicas que são utilizadas nas propriedades quanto pelos tipos de cultura que são desenvolvidas, quais mercados são alcançados e quantos/as trabalhadores/as estão empregados no processo.

Dessa forma, consideramos importante situar o/a leitor/a sobre os tipos de culturas que são produzidas nas empresas. Observemos o quadro abaixo:

Quadro 2: Produção das empresas.

EMPRESAS	TIPO DE PRODUÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO
Empresa 1	Banana, mamão milho	É comercializado no mercado local e para cidades vizinhas, Açu, Areia Branca, e outros estados, Ceará, Recife.
Empresa 2	Melão	A colaboradora não sabe informar.
Empresa 3	Banana, jerimum, Mamão	Apodi, Felipe Guerra. CEASA de Fortaleza-CE
Empresa 4	Banana, mamão, milho	É comercializado no mercado local e para cidades vizinhas, no bairro Alecrim em Natal, na Cobal de Mossoró. Areia Branca.

(Fonte: Autora)

2.1 ÁREAS OCUPADAS PELO CULTIVO DA FRUTICULTURA IRRIGADA EM COMUNIDADES RURAIS DE APODI-RN

Estamos vivendo um momento atípico nos últimos meses. A frase clichê de que são tempos difíceis nunca fez tanto sentido. Um tempo em que tudo é incerto, em que as relações precisaram ser repensadas e o modo como conduzir a vida teve que ser ressignificada. Esse período caótico lembra o que diz Rolnik (2011): “Nada é estático, tudo muda”. Mudou, está mudando, novas ferramentas de trabalho novas perspectiva de vida. O mundo parou, porém, tivemos que continuar a caminhada.

Mesmo em tempos de trabalho remoto, demos continuidade com a produção de conhecimento, fazendo ciência. Nesse período tivemos que conviver com a ausência do outro. A ciência nos permite, dentro desse novo contexto, experienciar coisas novas, mesmo que cada um no seu lugar.

Essa mudança repentina deu-se em todos os âmbitos. Urbano e rural, para as populações do campo conviver com essa nova rotina tem sido desafiadora. Os meses de maior produção no sertão foi ligeiramente interrompido por algo ainda desconhecido, o COVID-19.

Mesmo diante desse contexto de incertezas demos continuidade a pesquisa. Ao fazermos o levantamento das empresas de fruticultura presente na região, mais precisamente no Sitio Poço de Tílon, Assentamento Frei Damião e Cruzeiro, constatamos que existem quatro empresas com plantações alocados entre essas comunidades, ocupando áreas distintas.

Para falarmos dessas localidades é importante trazer o conceito de lugar e espaço, com isso a diferença entre ambos. Para Certeau (1998, p. 201) o lugar é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade”. Ou seja, um lugar por vir a ser apropriado, ocupado. Que as pessoas constroem seus laços e seus próprios significados, para tanto, o deslocamento dado a um lugar, pode ter vários significados a depender de quem estar a observar ou a ocupar.

Já o espaço é definido “[...] pelos sujeitos que moldam os lugares e os transformam, inserem e inscrevem nestas camadas simbólicas uma extensa rede de significados” (CERTEAU, 1998, p. 201). Percebemos que os espaços e lugares estão ligados com as ações humanas, entre elas o discurso, este que atribui significados aos lugares tornando-os espaços. Entre esses discursos há aqueles que defendem a ideia da necessidade da “modernização e desenvolvimento” do agronegócio.

De acordo com Porto e Milanez (2009) o modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo adotado no Brasil concretiza, em ritmo acelerado, a sua inserção no mercado internacional através das *commodities* que estão relacionados com a expansão de diferentes campos lucrativos em todo o território brasileiro, como por exemplo a produção de fruticultura irrigada no Nordeste com vistas à exportação.

Esse modelo de “desenvolvimento econômico” está ocupando lugares com natureza rica e solo propício. O solo fértil do semiárido potiguar, as terras dos camponeses desassistidos pelo Estado e a água doce abundante da Cidade do Apodi levaram essas empresas as pequenas comunidades rurais de Poço de Tílon,

Cruzeiro e Frei Damião, hoje rodeadas por empresas do agronegócio. Rigotto e Teixeira (2009, p. 13) destacam que:

A expansão do agronegócio vem resultando em diversas implicações, questões relacionadas às dimensões do trabalho, ambiental e da saúde. Resultando em uma extensão de efeitos como: concentração de terras, deslocamentos da população; a violência; o comprometimento da segurança alimentar; mudanças nas práticas sociais e laços de vida comunitária; imposição de novos hábitos culturais; mudanças na dinâmica de cidades vizinhas, com a formação de “favelas” rurais; uso intensivo de novas tecnologias de mecanização e de insumos (fertilizantes e agrotóxicos); relações e condições de trabalho precarizadas com baixa remuneração; descumprimento da legislação trabalhista; intensificação do trabalho; exposição a situações de risco à saúde; redução da biodiversidade e dos serviços ambientais; degradação do solo pela monocultura e risco de desertificação; elevado consumo de água; contaminação do ar e de águas superficiais e subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos; exposição das comunidades do entorno das fazendas à contaminação pelos agrotóxicos utilizados de forma intensiva.

No Nordeste brasileiro uma das formas de inserção do agronegócio nas comunidades rurais são os perímetros irrigados, que, segundo Pontes et al., (2013, p. 15) “[...] são áreas delimitadas pelo Estado e implementadas de uma infraestrutura (canais, piscinas etc.) voltada a implantação de projetos públicos de agricultura irrigada”. No Sertão Potiguar as empresas compram as terras a um preço inferior ao merecido. E começam a exploração com a falsa promessa do progresso.

Porém, vale salientar que nas comunidades estudadas não ocorre dessa forma: são empresas privadas que compram ou arrendam a terra diretamente dos proprietários. Furam poços nos terrenos e a partir de então começam a produção.

O território da Chapada do Apodi tornou-se objeto de pesquisas científicas de variadas instituições devido ao grande número de empresas que estão presentes no local. Esses impactos podem ser considerados por uns negativos e por outros positivos. Como por exemplo para o setor econômico, como destaca Locatel (2018, p. 01):

O território potiguar, logo, uma fração do território entendido como totalidade, apresenta um conjunto de objetos técnicos e recursos naturais que possibilitam a realização de atividades agrícolas lucrativas, tanto para a produção de gêneros alimentícios, voltados ao mercado interno, matérias primas para o setor agro energético, como produtos para a exportação, porém com especificidades quando comparado a outras frações do território nacional.

Partindo dessa perspectiva podemos perceber que a utilização do território potiguar é bastante diversificada. Nas comunidades de nossa pesquisa o território é utilizado tanto para produção visando existência, quanto para exportação visando o capital.

A propagação dessas empresas causa uma nova dinâmica no uso do território, se sobrepondo a um modo cultural que já estava estabelecido nas comunidades rurais. Como por exemplo, a produção para o autoconsumo, pois com a disseminação das empresas, a produção para existência vem deixando de existir.

As tranquilas comunidades de Poço de Tilon, Cruzeiro e Frei Damião tornaram-se agitadas, movimentadas. A mata, as flores da caatinga, os campos de macambira, os pereiros que ornavam o pôr do sol no final da tarde não existem mais. Tudo isso deu lugar a estrada que dá acesso aos lotes de terras que hoje recebem as plantações das frutas. Pessoas estranhas entram e saem da comunidade, para trabalhar nas empresas. Jovens, moradores da comunidade iniciaram o trabalho no oásis do progresso chamado fruticultura irrigada.

Pautada nos elementos da globalização, a fruticultura irrigada é pensada no contexto de estruturação produtiva do capital que se insere o Semiárido Potiguar. Podemos dizer que se trata também de um processo de reestruturação econômica do Rio Grande do Norte. Dentro desse contexto se faz necessário compreendermos o que se discute sobre a categoria território, tendo em vista que é uma referência ao objeto de estudo.

É importante destacar que de acordo com Silva (2015, p. 01) “[...] a categoria território, tem na sua etimologia a origem do Latim (*territorium*), derivada do vocábulo latino “terra”, significando uma parcela de terra apropriada e administrada”. Compreendemos que o território é marcado pelo domínio e poder exercido de acordo com suas intencionalidades. Tendo em vista que o território é o produto estabelecido por essas relações. Como destaca Fernandes (2009, p. 206-207):

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. [...] O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território.

Diante disso acontece a desterritorialização e a territorialização dos lugares que detém recursos para exploração do capital, e o campo, historicamente, é um dos alvos. Podemos entender esse processo a partir das grandes empresas que se territorializam em diferentes lugares na busca das vantagens, como é o caso do local estudado. O território em questão é um lugar em que estão as paixões, os poderes, as forças, os sonhos e também as fraquezas dos/as moradores/as.

Como salienta Raffestin (1993, p. 144): “[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por um ator, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Isso acontece com as práticas do cotidiano vivido através das ações desenvolvidas pelo sujeito. A ocupação de uma localidade transcende o material podendo ser observada em outros aspectos. Como cita Albuquerque Junior (2008 p, 108):

[...] o que faz um supermercado não é apenas suas paredes e prateleiras, mas as relações humanas, as relações sociais, as redes de códigos sociais e culturais que ali se desenrolam. São as práticas que trabalham este espaço, que o tornam vivência e experiência, são os sentidos que seus praticantes lhe dão, são os desejos, fantasias, sonhos, imagens que sobre ele se projetam, que constitui como espaço social, cultural e histórico.

A partir da metáfora abordada pelo autor podemos perceber que o espaço é, de certa forma, a matéria-prima que é ocupado e transformado pelas pessoas. Essas modificações podem ser referentes a diversidade, portanto, o espaço como totalidade está em constante transformação.

Santos (2016, p. 02) destaca que “[...] espaço e território são coisas distintas e cabe a cada um o seu próprio conceito”. Não podemos compreender o espaço e território que está sendo estudado sem antes nos apropriarmos das discussões já existentes para reinterpretá-los e inseri-los dentro daquilo que nos propomos a fazer. Dessa perspectiva, Santos (2006, p. 77) afirma:

Com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas

Compartilhando da visão do autor, podemos perceber que o espaço é preexistente a qualquer ação. O espaço é a matéria-prima que é ocupado e transformado pelos agentes sociais, ou seja, as pessoas. Segundo Santos (2016, p. 03):

[...] A natureza não pode ser confundida com a “natureza do espaço”, composta por historicidade, resultante de ações humanas, de modo que as transformações são dinâmicas no espaço, o qual corresponde a uma unidade na diversidade, portanto, espaço como totalidade e em constante transformação.

Podemos dizer que essa dinâmica de transformação está imbricada com as relações sociais estabelecidas/construídas nas localidades, estas que são modificadas com os processos culturais ao longo do tempo. Observemos a Imagem 1 abaixo:



Imagem 1. Fonte: Google Earth

A imagem data de janeiro de 2000 disponibilizada pelo Google Earth, são imagens abertas ao público. Podemos identificar na imagem que a vegetação ainda não tinha sido tão agredida. As áreas divididas na imagem, são referentes aos lotes de terras dos moradores. Nesse ano tinha ocorrido a construção das casas do Assentamento São Manoel e Frei Damião, e depois, no ano de 2003, o Assentamento Cruzeiro. Percebemos a partir das entrevistas que os moradores de ambas as comunidades têm como referencial de pertencimento a comunidade de

Poço de Tilon. Por terem sido construída no entorno, quando perguntados onde moram usam a comunidade citada como referência.

É importante destacar a mudança da paisagem com as casas, os/as moradores/as que sobreviviam da agricultura e da extração da pedra. O começo do ano (janeiro) para os/as sertanejos/as é o início da preparação da terra para iniciar a plantação. Separar a área, limpar o mato do local e aguardar as primeiras chuvas para começar a plantação. A imagem do aplicativo capturou essa fase da região.

O meio rural é hoje um contexto amplamente estudado, seja pela educação, pela ocupação das terras, ou outras questões. O fato é que pessoas que não conhecem a realidade dos moradores locais, ditam uma realidade e elencam “coisas” que julgam faltar no espaço e denomina de “desenvolvimento”.

A interação das pessoas com o meio em que vivem ocasiona mudanças, como falamos anteriormente. Entre essas mudanças, está a degradação. Essa não é uma realidade longínqua, distante. Observemos a Imagem 2:

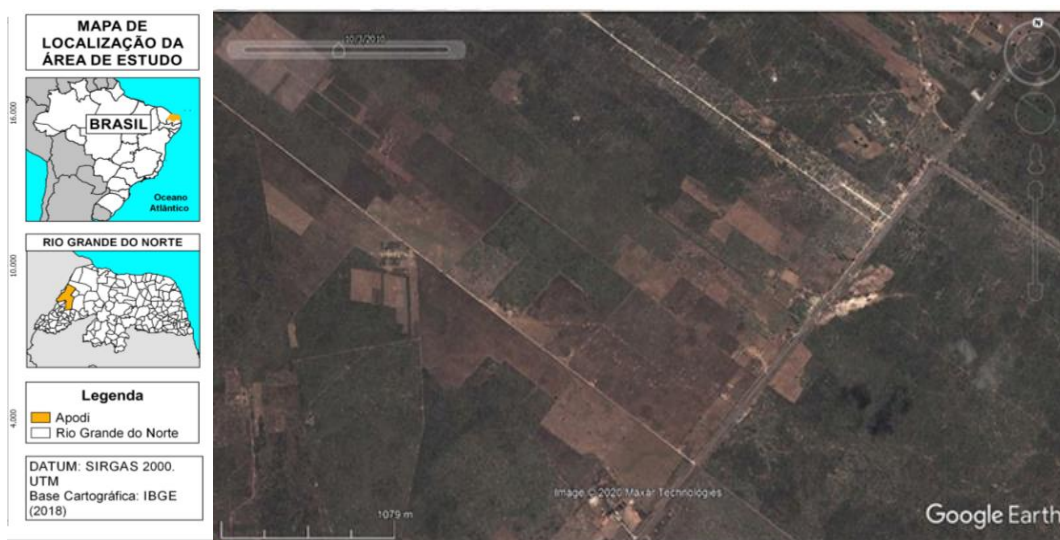


Imagem 2. Fonte: Google Earth

A imagem data do mês de janeiro do ano de 2010. Dez anos depois da primeira imagem. Podemos observar que grande parte da vegetação ainda está intacta. Espécies preservadas, como animais, *Dasyus novemcinctus* (Peba), *Tupinambis teguixin* (Tejo), *Iguana iguana* (Iguana), eram comuns nessas regiões. Além de árvores medicinais, como *Commiphora leptophloeos* (imburana), *Sideroxylon obtusifolium* (Quixabeira branca), dentre outras que hoje são raras de

encontrar. Um território pouco usado pelo homem, que ainda não conhecia as tecnologias da agricultura industrial.

Até o ano de 2015 os/as moradores/as do Sítio Poço Tilon, Frei Damião e Assentamento Cruzeiro não conheciam as empresas de fruticultura irrigada. Viviam em um lugar de água pura e solo fértil. Desde então esse cenário vem mudando. Em 2016 chegou às comunidades a primeira empresa. Uma novidade para as pessoas que vivem nessas localidades. É visto por muitos como a oportunidade de empregos, e melhoria de vida.

De fato, se olharmos pela ótica da rentabilidade, trouxe oportunidades de trabalho para alguns. Porém, o que queremos analisar nessas linhas grafadas é o uso do espaço e os impactos causados nos mesmos. Para Santos (2006, p.3 4):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Dentro dessa perspectiva destacamos que esses aspectos tidos como novos se configuram como sendo uma descoberta do que envolve o cotidiano. É necessário fomentar o exercício de olhar em volta. Visualizar o entorno nos fazendo refletir sobre ele, nos enxergando como sujeitos ativos para, dessa forma, poder também transformá-lo.

Esse cenário viria ser transformado logo em breve. Não temos dimensão do tanto que o território fora utilizado até buscarmos uma visão de fora, ou seja, uma imagem de cima. Na imagem podemos ver como a região e quanto a caatinga foi devastada. Observemos agora o cenário atual das comunidades:

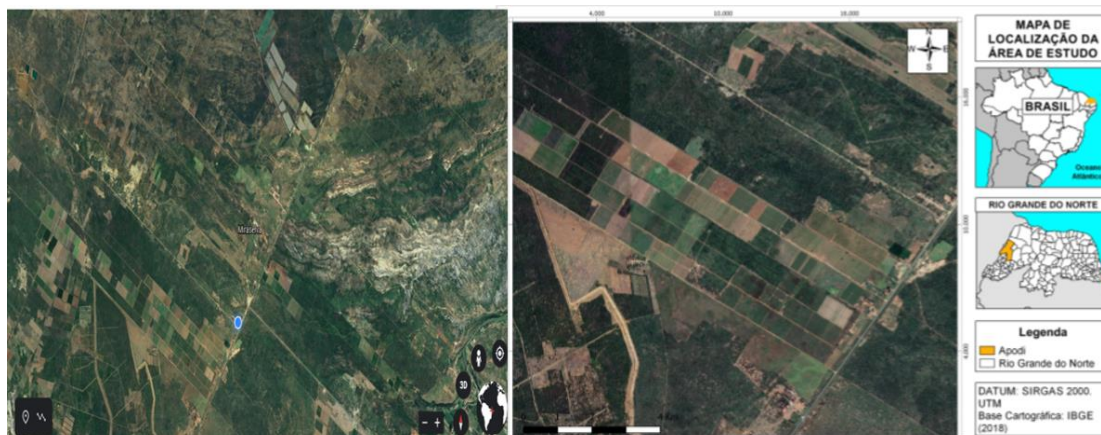


Imagem 3. Fonte: Google Earth

A imagem data o mês de janeiro do ano de 2020. Podemos observar a extensão de área que já foi ocupada pelas empresas de fruticultura irrigada na região. Através das imagens é perceptível a devastação que a caatinga vem sofrendo durante esse período de exploração. Abreu et al., (2017, p. 05) destacam que “as análises espaciais podem ser visualizadas por diferentes sensores, um exemplo de ferramenta gratuita para análise multitemporal é o Google Earth, por ser uma ferramenta de fácil acesso”. De acordo com os autores a ferramenta pode ser utilizada para variados fins como por exemplo: expansão territorial, análise da dinâmica estrutural da área urbana e rural dentre outras atividades que podem ser observadas. Utilizamos essa ferramenta para desenvolver as análises das mudanças do território pesquisado.

Nas imagens são de janeiro de 2020, podemos observar uma grande mudança na paisagem. Grande parte do território das comunidades fora ocupado pelas empresas de fruticultura irrigada. Na imagem podemos identificar o lado esquerdo e o direito da região estudada. As três comunidades estão rodeadas pelas Empresas. É inevitável destacar que essas empresas mudaram a dinâmica do local, não só visualmente. Para Santos (2006 p. 30) “[...] a relação entre a sociedade e um conjunto de formas materiais e culturais estão intrinsecamente ligadas”.

As localidades podem ser entendidas como um produto social em constante mudança, dessa forma podemos dizer que a sociedade sofre mudanças, e conseqüentemente os espaços sofrem alterações. Novos elementos, novas pessoas, novas técnicas, novos olhares e vivências são incorporados no lugar, demonstrando o poder da dinâmica social.

Essa nova dinâmica de agricultura, de produção, vem mudando as relações sociais da comunidade. Antes, era possível observar os alpendres cheios, as pessoas conversando no finalzinho da tarde. Sorrisos, história de outrora compartilhadas entre os amigos. As debulhas de feijão nas casas dos vizinhos, era uma festa, uma forma de confraternização. Essas memórias nos fizeram lembrar das épocas de colheitas, às 19 horas era sagrado, Mãinha cedo fazia o chá de canela, ficávamos embriagados com aquele aroma. Depois de coado colocava na garrafa. Em seguida vinha o café. De repente, um falava lá do alpendre: “Só o cheiro do café já pagou a viagem”. Essas lembranças trouxeram saudades, dessas coisas que não tem acontecido mais naquelas localidades.

Tudo mudou: as conversas nos alpendres hoje são raras, as debulhas de feijão não acontecem mais. As pessoas estão parando de plantar de forma tradicional/manual. Quando plantam não tem mais as reuniões, as pessoas estão cansadas do dia duro de trabalho nas empresas.

O relato citado de memórias afetivas de outros tempos são estopim para outras narrativas, a exemplo do impacto ambiental que tem acontecido na região: cinco anos que as comunidades e o meio ambiente sofrem agressões com a “modernização” da agricultura. Segundo Carvalho (1996, p. 26):

A essa lógica podem ser associados impactos ambientais danosos, tais como o esgotamento e a perda de solos, a contaminação de alimentos, água e ar, a eliminação de inimigos naturais e o aumento da resistência de pragas e doenças aos produtos fitossanitários, causando desequilíbrios favoráveis a maior incidência desses agentes.

As imagens apresentam a vasta ocupação: em 2010 tínhamos uma área cujo cultivo era de baixo impacto e não interferia de forma agressiva no ecossistema; mas, essas ações podem ser sentidas futuramente, os danos estão a caminho. Balssan, (2006, p. 142) destaca que “[...] O ser humano como agente modificador da paisagem é responsável por impactos na superfície da terra, atuando nos meios físico, econômico e social”. Não há um equilíbrio, não se compensa aquilo que é tirado da natureza. Podemos dizer que são plantas artificiais que não produzem o que o ecossistema necessita, ou seja, de forma natural.

Dessa forma, podemos destacar que essa manipulação ambiental que vem ocorrendo no território das comunidades estudadas pode dar origem a um desequilíbrio ecológico, por inúmeros motivos: desde o desejo de bem-estar social

esperado pela população, o uso excessivo de insumos que prejudica a qualidade de vida dos/as moradores, até a busca por lucro que é o real motivo da instalação das empresas na região.

O meio ambiente responde aos elementos naturais e artificiais que propicia o equilíbrio do desenvolvimento de todas as formas de vida. Andrade e Romeiro, (2009, p. 04) destacam que “[...] os ecossistemas são sistemas que englobam as complexas, dinâmicas e contínuas interações entre seres vivos e não vivos em seus ambientes físicos e biológicos, nos quais o homem é parte integral”. A partir disso começa os processos das funções ecossistêmicas. Para os autores supracitados:

As funções ecossistêmicas, podem ser definidas como as constantes interações existentes entre os elementos estruturais de um ecossistema, incluindo transferência de energia, ciclagem de nutrientes, regulação de gás, regulação climática e do ciclo da água (GARCIA, 2013, p. 11).

Acreditamos que a instabilidade do meio ambiente parte também da ação humana. Dessa forma o equilíbrio do solo está ligado com outras dinâmicas naturais, como por exemplo o clima. Qualquer mudança, por menor que seja, pode afetá-lo, o que inclui as vastas plantações fomentadas pelo agronegócio. Sambuichi et al., (2012, p.20) destaca que:

Os impactos ambientais causados pela atividade agropecuária decorrem principalmente de dois fatores: da mudança do uso do solo, resultante do desmatamento e da conversão de ecossistemas naturais em áreas cultivadas, e da degradação das áreas cultivadas, causada por práticas de manejo inadequadas.

Partindo dessa perspectiva, de que esse tipo de produção agride o meio ambiente em virtude do uso excessivo de agrotóxicos, este que é considerado um agente potente de contaminação de solo e conseqüentemente um dos maiores contribuintes para os impactos ambientais (poluição da água, do ar e do solo, perda da fauna e da flora, dentre outros). Assim, faz-se necessário compreender como se dá esse processo de preparação de solo para iniciar a plantação de fruticultura irrigada.

Tendo feito essa observação sobre as áreas ocupadas nas comunidades é importante compreender como se dá a dinâmica das empresas. Para isso procuramos dialogar com pessoas que trabalham ou já trabalharam nas empresas, afim de colher informações sobre suas rotinas de trabalho e sua visão/opinião sobre o mesmo. Vale salientar que foram essas pessoas que deram vida a pesquisa, e

fizeram desse estudo possível, mesmo vivenciando tempos caóticos concordaram colaborar com nosso estudo.

2.2 NARRATIVAS SOBRE EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES DE TRABALHO

Após feito esse levantamento, buscamos entrar em contato com as/os colaboradores/as, explicamos do que tratava o estudo, e quão significativo seria se pudessem colaborar com o nosso estudo. Inicialmente se mostraram tímidos, alegando que não saberiam falar “*nada que prestasse*”. E nós destacamos que não, que eles/as eram tão sábios, que o nosso trabalho só seria possível se eles participassem. E aceitaram.

Em meio a risos tímidos, fala mansa, foram respondendo o que perguntávamos. Contudo, como destaca Guimarães Neto (2005, p. 35): “São essas práticas que dão significado a essas vidas ou a essas histórias”. Em outras palavras, são esses sujeitos que dão cor, vida e ressonância a pesquisa.

Marcamos o dia da nossa conversa. Nosso primeiro entrevistado foi Carlos, um jovem que desde muito cedo começou a trabalhar. Essa é uma realidade comum nas comunidades rurais. Por falta de estímulo, e escolas na região, pela necessidade de contribuir com a renda familiar, algumas pessoas acabam por iniciar cedo no trabalho, desistindo de estudar.

Iniciamos nossa conversa perguntando se ele trabalha ou já trabalhou em empresas de fruticultura irrigada. Ele respondeu: “[...] *sim, trabalho no momento, há um ano e meio*”. Ele nos contou que ficou sabendo do trabalho pelos amigos. Questionamos como foi a abordagem para iniciar na empresa: “[...] *Foi um dos gerentes que veio me chamar para trabalhar, ele sabia que eu estava interessado, precisando de emprego*”.

Carlos é tratorista na Empresa 1 e trabalha com carteira assinada. Destaca que: “[...] *esse foi o meu primeiro contato com projeto*”. Perguntamos o que faz um tratorista, e ele disse que: “[...] *um tratorista, Claudinha, faz preparo de solo, pulveriza, colhe, faz tudo*”. A partir da fala de Carlos, observamos que sua função de tratorista é só no registro da carteira de trabalho, mas a realidade é que ele faz o que tem de demandas.

Um trabalho muito precário, a carteira assinada, salário em dia, faz com que o trabalhador não questione a/as exploração(ões) a que pode ser submetido. Quando perguntado sobre sua rotina de trabalho respondeu: “[...] *trabalho de sete às onze e de uma às cinco. E às vezes quando passa ele paga hora extra, é R\$ 7,50 a hora*”. Uma rotina intensa de trabalho.

Poderíamos nos perguntar se não era mais fácil trocar de trabalho ou procurar outro meio de sobrevivência? Porém, Kortz (2014, p. 02) alerta que:

Não se diga que é fácil abandonar ou trocar de emprego, ou ramo de atividade, eis que, para muitos a mudança significa um conjunto de ações que, por vezes, não se está disposto a cumprir. Ainda que o trabalhador seja qualificado o bastante para encarar um novo desafio, a efetivação das escolhas, bem como o custo benefício lateja em sua mente.

Quando perguntado sobre seu trabalho antes de estar na empresa, Carlos destacou: “[...] *trabalhava alugado, carregando carro de pedra, de paralelepípedo*”. Se comparamos a rotina de trabalho podemos perceber que o mesmo antes desenvolvia atividades pesadas, porém, irregular. E um trabalho de carteira assinada lhe dá estabilidade e direitos, embora os riscos sejam maiores. Carlos nos diz que o projeto lhe deu oportunidade que antes ele não tinha:

[...] *É Claudinha, eu recebo meu salário em dia, né? Quando eu carregava carro era incerto, dia vinha, dia não vinha. Eu ganhava 20 ou 30 reais só por carrego. Pra mim é muito melhor, sustento minha família.*

Acreditamos que a fala do nosso colaborador perpassa a ótica capitalista a qual se constitui a partir de um sistema que se organiza através do processo de produção voltado para a expansão, a acumulação e a reprodução de riquezas. Para fomentar a riqueza a sociedade burguesa necessita da mão de obra barata. Para Bordignon et al., (2009, p. 06):

No capitalismo a força de trabalho foi transformada em uma mercadoria e o processo de acumulação de capital, ocorreu paralelamente a intensificação da exploração sofrida pelo trabalhador e ao intenso uso de tecnologia de ponta [...] intensificou-se as relações voltadas para o processo de produção e acumulação de capital, trazendo como consequência uma exploração exagerada de sua força de trabalho.

A partir do que salienta os autores supracitados dialogando com a temática em questão podemos perceber que essa mão de obra barata e descartável é o que ocorre nas empresas situadas nas comunidades rurais pesquisadas, que trabalham de forma sazonal, sem direitos, podendo ser dispensados a qualquer momento.

Essa exploração resulta na geração de riquezas e acumulação do capital enquanto o/a trabalhador/a lida com condições precárias de trabalho devido à falta de opção nas comunidades rurais.

Com isso ocorre as mudanças e estratégias de convivência no campo, como por exemplo as novas dinâmicas de trabalho que envolve rotina e conseqüentemente as relações sociais dos sujeitos. Podemos dizer que essas mudanças se dão em virtude do processo de globalização. Que trouxe a industrialização tecnológica para vários âmbitos, inclusive para o meio rural. Seus efeitos podem ser percebidos nos “novos” métodos de produção, e nas relações de trabalho precárias nas empresas. Para Veiga (2004, p. 07):

Os diferentes desempenhos econômicos e sociais das áreas rurais têm sido vistos como "processo de globalização". A explicação para o sucesso ou não sempre se volta para interdependências entre diversos fatores-chave do processo de “desenvolvimento” que estão "inextricavelmente ligados às oportunidades e ameaças colocadas pela globalização.

Podemos perceber que esse processo de globalização (ou de “modernização” camponesa) trouxe mudanças, mas, não impede formas atualizadas de exploração em seus ambientes de trabalho. Ou seja, alavancou a mão de obra barata em busca de lucros que é o modelo fomentado pelo capitalismo.

Tendo feito nossa primeira entrevista, buscamos contato com nossa segunda colaboradora. Esperança, uma doce jovem que gentilmente se disponibilizou a conversar conosco. Ela nos relatou que trabalhou na Empresa 2 por 6 meses. Foi sua primeira experiência de trabalho. Perguntamos como ficou sabendo da vaga de trabalho e a mesma nos disse: “[...] fiquei sabendo através de minha mãe. Ela foi atrás de trabalho ficou sabendo dessa vaga e eu fui atrás”. Quando perguntada sobre sua função na empresa, disse:

Eu era trabalhadora rural, eu fazia tudo. Eu limpava, botava etiquetas nas frutas, eu e minhas colegas. Quando não tinha melão no PEC a gente ia para o campo. [...] PEC é para onde vai toda a fruta para ser lavada e colocada nas embalagens, as etiquetas. No campo é onde a gente emaca o melão, vira o melão. Emaçar é o mesmo que virar. (ESPERANÇA, 2020).

A mesma nos relata que trabalhou de carteira assinada, recebeu todos os seus direitos quando saiu da empresa. Perguntamos por que ela saiu, se foi por conta própria, ao que respondeu: “[...] não, foi a empresa que dispensou, eles trabalham (sic) por safra. A safra é 6 meses, depois eles demitem”.

Observamos que a empresa utiliza do modo de trabalho sazonal, aquele realizado temporariamente em curtos períodos. Como a época de colheita ocorre a cada seis meses, as empresas contratam trabalhadores/as para suprir essa demanda. Segundo Tessari (2010, p. 91):

A sazonalidade do trabalho agrícola, gera necessidades intermitentes de trabalho, criava períodos de pico e de baixa solicitação de trabalhadores, gerando uma demanda instável por trabalho. Para o trabalhador que tinha acesso à terra esta demanda irregular por mão de obra permitia-lhe que ofertasse seu trabalho para as outras propriedades de maneira irregular o que, por sua vez, significava-lhe possibilidade de complementação da renda. No entanto, para o trabalhador que não tinha acesso à terra e que não conseguia arrumar ocupações que pudesse intercalar às ocupações intermitentes da lavoura, ela significava (des) emprego temporário.

Esperança nos diz que na empresa só existe hora para entrar, mas para sair, não. “[...] *Era hora extra por cima de hora extra*”. Porém a mesma relata que recebiam pelo tempo que passava do horário de trabalho. Dentro dessa perspectiva podemos destacar que não se trata apenas de receber o valor das horas extras, existem outras questões a serem discutidas, tendo em vista que é imposto aos empregados que os mesmos cumpram as horas. Segundo Kortz (2014, p. 02):

Os empregadores, atualmente, vêm desordenadamente e com habitualidade exigindo que o trabalhador cumpra hora extra. Isso porque, a demanda exigida pelo mercado de trabalho faz com que se trabalhe mais e se contrate menos. Como se sabe, é mais benéfico pagar horas extras do que contratar um novo empregado. E, se houver compensação pelo banco de horas, legalmente permitido, fica mais simples para o empregador.

Isso pode gerar alguns malefícios para os funcionários das empresas, como por exemplo o desgaste físico e psicológico. Como podemos observar na fala de nossa colaboradora: “[...] *E era muito ruim, se no PEC não era nada bom imagina no campo, no sol, posição que acaba com a coluna, né? É uma experiência que não é muito boa*” (ESPERANÇA, 2020).

A partir da narrativa de nossa colaboradora, tem-se um trabalho exaustivo, doloroso. Porém, a necessidade material, em muitas circunstâncias, força os sujeitos a se submeterem a essa exposição. Uma jovem, nascida no interior do Rio Grande do Norte, de uma comunidade rural sem perspectiva de vida, vê nessas empresas uma oportunidade de obter sua independência financeira. Ao ter contato com a realidade se decepciona, ou questiona a forma de trabalho, a exploração dos sujeitos.

Após a entrevista com Esperança buscamos contato com nosso terceiro colaborador, a qual chamamos de Pedro, que trabalha na Empresa 3. Ele prontamente aceitou participar do estudo. Era noite, ele tinha acabado de chegar do serviço, perguntei se não era melhor deixar para o outro dia, mas, ele quis conversar logo.

Pedro é o mais novo de 3 irmãos, nasceu na cidade de Apodi, e cresceu na comunidade de Poço de Tilon, morou alguns anos em São Paulo, porque a família foi em busca de melhorias, tendo em vista a situação precária em que viviam. Depois de alguns anos regressaram, moram na comunidade numa casa cedida pelo tio até hoje.

Essa conversa me trouxe a memória tempos outros: estudei a 6^o e a 7^o série do fundamental com ele, mas, infelizmente ele desistiu de continuar na escola para poder trabalhar. Sempre quando nos reuníamos, antes da pandemia, quando nos encontrávamos para tomar uma cerveja, ele dizia que tinha muito orgulho de mim, porque eu tinha terminado a faculdade, eu era uma pessoa importante, diferente dele que não tinha muita importância, nasceu para trabalhar no pesado.

Sempre disse a ele que não era tarde, ele é jovem poderia continuar os estudos, se formar. Mas, que eu também tenho orgulho do homem que ele vinha se tornando, íntegro, de bom coração. E que diploma contribui na formação, mas, não é o mais importante. Não diz o valor das pessoas, tem muito doutor que não tinha/tem um terço da educação dele. Sempre que nos encontramos ele faz esse relato.

Ao conversar com Pedro essa reminiscência era latente: eu em busca de mais um título para minha carreira acadêmica, porém esse título só virá graças à colaboração dele. Isso ratifica o que disse a ele no nosso último encontro, não é diploma que define a pessoa, embora seja muito importante a formação escolar e universitária, ele deixou/deixa na minha vida o cuidado para comigo e a oportunidade de dar vida a nossa pesquisa.

Ao iniciar o diálogo perguntamos a ele se trabalha ou já havia trabalhado nas empresas, que respondeu:

“[...] já trabalhei com mamão, banana, e jerimum. E melancia também, atualmente, com banana e jerimum, nós tamos (sic) trabalhando”. “[...] Esse de agora vai fazer 3 meses. Mais, faz uns três anos que eu já trabalho, só nos projetos (PEDRO, 2020).

Ele ainda destacou que antes de trabalhar nesse atual emprego ele trabalhou em mais duas empresas. Perguntamos como era a relação de trabalho, e ele nos destacou: “[...] *Sempre trabalhei na diária. Carteira assinada eu nunca trabalhei, não*”. Quando questionado o valor da diária ele disse que recebia 50 reais.

Podemos observar a partir da fala do nosso colaborador que não há uma troca justa de trabalho. Além de ganhar pouco, não existe direitos e seguridade, para quem presta esse tipo de serviço. Segundo Alves et al., (2015, p. 74):

A Consolidação das Leis Trabalhistas, Constituição Federal de 1988 e demais normas trabalhistas são voltadas a assegurar a relação de emprego, no caso, aquelas pessoas físicas que configuram ser empregados. E com isso prevê requisitos dessa configuração para só assim o determinado empregado ter direitos e benefícios, ou seja, jornada de trabalho, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias, entre outros.

A partir do que pontua o autor, percebemos que esse tipo de trabalho que Pedro realiza pode ser considerado informal, sem condições que assegurem direitos. O que estamos vendo atualmente com essa constante “renovação” da agricultura capitalista, é o aumento produtivo da matéria prima existente no campo tendo como base a precarização no trabalho ofertado, ocasionando diretamente a mão de obra barata no meio rural.

Dentro dessa perspectiva destacamos que a agricultura capitalista traz no seu cerne a concentração de terras e a exploração do meio social e ambiental. Nessa nova configuração de “desenvolvimento”, o agronegócio representa para muitos a geração de riquezas e oportunidades. Dentro desse contexto buscando compreender como se dá essa dinâmica de trabalho buscamos ouvir outras pessoas, outros trabalhadores/as outros relatos.

Contatamos nossa quarta colaboradora, Ester. Uma jovem mulher superando uma jornada dupla de trabalho para ter sua independência. Ela nos disse: “[...] *no momento estou sem trabalhar por causa da pandemia, mas eu já trabalhei sim, trabalhei durante 9 meses*”. A mesma destaca que ficou sabendo do trabalho através de amigos.

Questionamos como era a relação de trabalho com o projeto, ao que ela destacou: “[...] *eu trabalhava arrendado, Claudinha. O meu ganho é por dia, o dia que eu trabalho, eu ganho*”. Destaca ainda que ganhava 44 reais por dia. Se observamos que o valor da diária é inferior as outras empresas (que varia entre 44 e 50 reais). Isso tem impacto na vida dos/as trabalhadores/as. De acordo com

Campos e Batista (2013, p. 03) “[...] com a “modernização da agricultura”, há uma maior utilização de agrotóxico como forma de aumento da produtividade. Acabou por maximizar também a exploração da mão de obra”.

É a lei da oferta e da procura: se você não quer, tem quem queira. Então nos questionamos, como lutar contra? Sendo que os trabalhos nesses lugares possuem diferentes leituras: para uns, oportunidade, para outros, exploração. Perguntamos a nossa colaboradora se ela achava que as empresas trouxeram algum benefício, e ela destacou: “[...] *Claudinha, eu acho que sim, porque gerou muito emprego, né? Quase todo mundo da comunidade teve oportunidade de trabalhar*”.

A afirmação da mesma está relacionada ao financeiro. Ester antes trabalhava em casa e não tinha remuneração. Podemos relacionar ao fato de que o trabalho que as mulheres desenvolvem em casa, que é chamado de trabalho “reprodutivo”, não tem visibilidade nem reconhecimento para o sistema capitalista. Para Melo e Cartilho (2009, p. 05):

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa *divisão sexual do trabalho* reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado "trabalho produtivo") e as mulheres dividem seu tempo "naturalmente" entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito "trabalho reprodutivo").

A presença masculina ainda é predominante em algumas esferas de trabalho, como por exemplo na agricultura convencional. Embora as mulheres venham ganhando cada vez mais espaço e ocupando lugares de trabalho considerado “produtivo” para o sistema capitalista, é importante destacar que elas não foram dispensadas das tarefas “reprodutivas” (cuidados: de casa, família) tendo que, muitas vezes, conciliar com as exigências de um emprego assalariado. Para Kergoat (2009) isso ocorre porque a política social colabora com a manutenção desse pensamento. Podemos perceber que isso é voltado para as mulheres, mães trabalhadoras. E não para homens, pais trabalhadores.

Ao relacionar o posicionamento da autora supracitada, com a realidade das trabalhadoras que desempenham funções na agricultura convencional, percebemos que trabalhos ofertados às mulheres estão relacionados ao trabalho reprodutivo. A colaboradora nos diz que trabalhava com mais 3 mulheres e sua função era:

“[...] Eu arrumava as caixa das fruta, quando as pessoa vinha buscar as caixa de fruta. E também, eu fazia a limpa dos pés, dos mamãozinho pequenininho, tirando as folhas. Os talo seco quebrado”. “[...]. É eu trabalhava nesse manuseio, porque era mais maneiro né? Para nós mulher. Tinha outros serviços mais pesado. Mais aí era os homens que fazia. Nos ficava nessa parte” (ESTER, 2020).

Essa narrativa nos mostra outro fato para além da precarização do trabalho. Mostra a desvalorização do trabalho das mulheres, as colocando em serviços que exigem certas habilidades as quais acreditam que as mulheres não têm condições de desenvolver tão bem quanto homens. Para Cavalcanti et al., (2006, p. 130):

Enquanto os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho, as mulheres se inserem apenas de forma precária e pontual, embora no discurso [...] haja o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves como adubação e cata baratas. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, obedientes e limpas, apesar destas características serem fundamentais para poucas atividades na agricultura do platô.

É sabido que existe uma desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho, que está atrelado também a questões culturais, sociais, econômicas e políticas no decorrer da história. Como bem cita a autora, são atribuídas as mulheres trabalhos secundários, passivos. Podemos dizer que essa atribuição está relacionada ao preconceito atribuído aos gêneros, em que o masculino é colocado como superior ao feminino. Colocando o homem no centro do contexto produtivo, a quem a sociedade legitima como dominador. De acordo com os autores supracitados, o homem é dito como o detentor da força, o único capaz de desenvolver as atividades “pesadas” relacionadas a fruticultura irrigada.

É importante destacar que as mulheres veem lutando contra essas desigualdades, ganhando espaços antes ocupados somente pelos homens. Essa conquista tem lhes garantido a inserção no mercado de trabalho e menor dependência econômica e social dos mesmos. De acordo com D’alonso, (2008, *apud* Baylão e Schettino 2014, p. 05);

As mulheres deixaram de ser apenas donas-de-casa e passaram a ser não somente mãe, esposa e também operária, enfermeira, professora e mais tarde, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, bancária entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era masculino.

Após concluir o diálogo com Ester, partimos para entrevistar outra colaboradora. Dessa vez uma jovem de 20 anos, a qual chamamos de Aurora. Que

quer dizer claridade que aponta o início da manhã ou simplesmente as primeiras manifestações de qualquer coisa; princípio. Escolhemos esse nome porque essa foi a sensação que tivemos ao desenvolver a entrevista. Uma moça que abriu mão de estudar em um Instituto Federal para trabalhar.

Abriu mão de um sonho que é comum para as pessoas de sua idade. Todo sonho é o princípio de algo. Estudar era o sonho de Aurora. Porém, teve que interromper para dar seguimento a outro sonho, no qual ela viu claridade, oportunidade. Aurora destacou: “[...] *Eu só estudava, no IFRN. Aí tranquei para trabalhar, mas vou voltar quando tudo isso passar, vi que não dá futuro*”. Ao perguntarmos o motivo de ela achar que não dava futuro, ela respondeu: “[...] *Eu, acho um trabalho muito pesado, para pouca remuneração, sabe? Além dos venenos que já me fizeram ficar doente, ir para o hospital, por isso*”.

Podemos perceber, a partir das outras narrativas a qual se coadunam com a fala de Aurora, que é um trabalho que exige muito do sujeito uma rotina que vai de 6h às 11h e das 13h às 17h30min. Para além do tempo exige força, e preparo psicológico. Ou trabalha, ou estuda.

Ao perguntamos como ela ficou sabendo da vaga de trabalho ela destacou: “[...] *Através de vizinhos e amigos que me informaram, nunca tinha trabalhado em um outro projeto, essa foi a primeira vez*”. Quando perguntada qual sua relação com a empresa e qual sua função, a mesma pontuou que:

*[...] Eu trabalhava na diária, eu ganhava no dia que eu ganhava. 44 reais
[...] eu trabalhava no campo, colhendo frutas. Depois levava para o galpão
para lavar e colocar nas caixas.*

Percebemos que o trabalho feminino ofertado para as mulheres nos campos de cultura irrigada não tem uma diferença, quase todas desenvolvem o mesmo trabalho “maneiro”, como dizem as colaboradoras. Não são trabalhos que ocupam posição de destaques são trabalhos sazonais que por outro lado são vistos pelas mesmas como sendo algo positivo (em partes) pelo fato de terem o seu próprio dinheiro. Ao concluirmos a nossa entrevista com a atenciosa Aurora, percebemos uma série de fatores que originaram indagações as quais buscaremos esclarecer ao decorrer do trabalho.

Após apontar algumas características e particularidades sobre nossos/as colaboradores/as, podemos fazer algumas observações a partir de suas narrativas.

Como, por exemplo, que a fruticultura irrigada ocasionou uma mudança na vida das mulheres e dos homens trabalhadores/as, que antes não tinham muita perspectiva de vida a não ser sair do seu lugar de origem. Como destacou Pedro: “[...] *Antes dos projetos eu trabalhava na construção civil, né! Vivía em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. No meio do mundo a”*.

Queremos analisar os impactos que essas empresas proporcionam no meio ambiente e na vida dos sujeitos. Um desses impactos a serem pontuados é a precarização do trabalho dos mesmos. A partir do que fora dito acima pelo/as nossos/as colaboradores/as percebemos que de 5 entrevistados apenas 2 trabalha/trabalhou de carteira assinada, sendo um de curto prazo por um período de 6 meses, tendo seus direitos assegurados caso ocorra alguma eventualidade. Aqueles/as que trabalham por safra ou de forma arrendada/sazonal são prejudicados, tendo em vista que não tem nem um direito trabalhista, como por exemplo férias, décimo terceiro e questões relacionados a saúde.

Para situar melhor o/a leitor/a se faz necessário contextualizar o que seria o trabalho por safra. De acordo com Batista e Campos (2013, p. 57):

O Contrato de Safra se configura como um contrato por prazo determinado, geralmente curto prazo, tem uma duração fixa dependendo da safra que esteja. [...] Este tipo de contrato é composto pela maioria dos direitos relativos a um contrato por tempo indeterminado dentre eles carteira assinada, décimo terceiro salário, férias, um terço de férias. A diferença do contrato de safra para um contrato por tempo indeterminado é que no contrato de safra o trabalhador tem direito a uma indenização referente ao período de quebra de contrato. Esse valor corresponde ao salário que seria recebido em metade do tempo ainda em vigência no contrato.

Uma de nossas colaboradoras destacou que trabalhou por safra na produção de melão: “[...] *a empresa que dispensou, eles trabalham por safra. A safra é 6 meses, depois eles demitem*” (ESPERANÇA, 2020).

Para Cavalcanti et al., (2006, p. 15) o trabalho nos campos de cultura irrigada “constatam a precarização do mercado de trabalho por meio da redução do nível de emprego e da flexibilização das relações trabalhistas”. Dessa forma, com a expansão do trabalho terceirizado acaba proporcionando mão de obra barata. Muitos empregos são oferecidos de forma irregular.

Dessa forma se faz necessário destacar algumas irregularidades que foram observadas a partir da narrativa, como por exemplo, o uso de equipamentos de proteção individual. De 5 entrevistados apenas dois destacaram que usam o

equipamento, porém, só quando vão fazer a pulverização. Quando perguntados se recebem ou recebiam materiais adequados para desenvolver o trabalho, responderam:

Carlos: [...] *Eu e meu parceiro usa calça, camisa, luva, um avental e um respirador.*

Esperança: [...] *A gente só tinha bota, macacão e toca. Luva, máscara, nada disso.*

Pedro: [...] *tem a roupa, luva, tem que usar né, mascara. Tem a roupa adequada do veneno.*

Ester: [...] *A gente sempre comprava os materiais necessários. Bota, luva, tudo.*

Aurora: [...] *Não, a gente que comprava mesmo, não tinha nada disso, não.*

Nota-se que embora os/as trabalhadores/as estivessem/estejam diariamente em contato com produtos fortes e ofensivo à saúde, recebiam/recebem os equipamentos apenas quando iam/vão fazer a pulverização e os demais compravam/compram seus próprios equipamentos. Essa negligência, visível também nos campos de fruticultura desconsideram que:

Os equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva (EPCs) são essenciais em qualquer atividade industrial. Não é à toa que diversas Normas Regulamentadoras (NR-4, NR-6, NR-10, NR-12 e NR-33) abordam o seu uso e importância. Entre os benefícios está, em primeiro lugar, a saúde e segurança do trabalhador por meio da proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais (TOSMANN, 2019, p. 01)¹³.

De acordo com o que cita o autor, além de ser essencial, o uso dos EPIs é regulamentado pela lei. Dessa forma podemos destacar que os/as funcionários/as trabalham sem proteção estando suscetíveis a riscos. No entanto, faz-se necessário enfatizar que não temos como propósito a tarefa de formular proposições e encaminhamentos organizativos para as empresas pesquisadas. Fazemos o movimento de analisar o déficit no segmento de trabalhadores/as dos campos de fruticultura irriga. A nós interessa saber/informar/discutir, como se dão as relações de trabalhos ofertadas entre empregador e empregado. E até aqui apareceu as contradições do que é tido como desenvolvimento rural moderno.

Podemos perceber que para as comunidades pesquisadas essa “modernidade” está vindo através das frutas que estão sendo produzidas e comercializadas, tanto na venda local quanto nos estados vizinhos. Como falado

¹³Disponível em: <https://revistacipa.com.br/artigo-importancia-da-fiscalizacao-do-uso-de-epis-e-epcs/> acesso em: 28 de out de 2020.

anteriormente essa produção vem trazendo consequências para região. Dentre eles a desapropriação, o uso do território e os impactos no solo.

Perguntamos aos colaboradores/as como se dava o preparo do solo para iniciar a produção, Carlos disse: “[...] é uma barra, eu e um parceiro no caso. Eu opero o trator e ele opera a barra. [...] A barra é que proveriza [pulveriza]. A grade é que corta a terra para plantar”. O questionamos se nesse preparo de solo ele utiliza insumos químicos e o mesmo respondeu:

Claudinha, quem coloca o veneno é o meu parceiro que fica na barra, com a roupa e tudo. São 5 tipos de veneno que coloca, mas eu só tô lembrado de 3 agora que é; Mustande, Suedy, provado¹⁴. Os outros dois eu num tô lembrado não.

O outro colaborador, Pedro, que respondeu o seguinte:

[...] Eles cortam com o trator, depois bota esterco, né? Ai quando vai plantar, bota o adubo junto com a planta”. [...] Tem vários tipos de veneno, agora eu não entendo não, sabe? Tem um tal do Pereiro lá que o bicho é forte. Não é todo mundo que se dá com veneno, não.

De acordo com Peres e Moreira (2003, p. 36), “A larga utilização de agrotóxicos no processo de produção agropecuária, entre outras aplicações, tem trazido uma série de transtornos e modificações para o ambiente”, como a contaminação de seres vivos e a acumulação nos segmentos bióticos e abióticos dos ecossistemas. As comunidades rurais estudadas estão rodeadas de empresas que usam diariamente vários tipos de agrotóxicos. Segundo Braibante e Zappe (2012, p. 12):

Considerando que a capacidade de determinada substância causar morte ou algum efeito sobre os animais depende da sua concentração no corpo do indivíduo, a dose letal é expressa em miligrama da substância por quilograma da massa corporal. A toxicidade de uma substância também pode variar de acordo com o modo de administração, e os rótulos dos produtos são identificados por meio de faixas coloridas. [...] A aplicação incorreta de agrotóxicos pode causar efeitos agudos e crônicos nos organismos vivos.

A partir do que nos relata os nossos colaboradores observamos o uso direto dos agrotóxicos pesados no solo causando a contaminação. Como relatou Pedro,

¹⁴ Provado 200 SC é um inseticida sistêmico para controle de diversas pragas para a cultura da alface, algodão, alho, banana, batata, berinjela, cebola, citrus, crisântemo, couve, feijão, gérbera, goiaba, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pepino, pimentão, poinsétia, tomate e uva. Disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/produtos/provado> Acesso em 07 de nov de 2020.

“o veneno é muito forte”. Na Empresa 1, onde Carlos trabalha, utilizam 5 tipos de veneno que, ao serem utilizadas nas plantações, contaminam a terra, a água, as plantas, os animais e os seres humanos. E embora a literatura científica tenha uma vasta obra sobre contaminação ambiental por agrotóxicos e seus resíduos o Brasil utiliza uma quantidade considerável de produtos. De acordo com o site Brasil de Fato¹⁵ (2020) o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo desde 2008.

Apesar da grave crise de saúde pública que atinge o país, o governo Bolsonaro continua aprovando a utilização e comercialização de novos agrotóxicos. O Ministério da Agricultura liberou mais 22 substâncias. Agora, no total, são 150 novas autorizações apenas neste ano.

Mediante esse contexto percebemos que além da contaminação do solo existe também os impactos ambientais com a ocupação das áreas de fruticultura irrigada. Todavia, esses impactos também se estendem para outras esferas, como as relações de gênero e a saúde, objeto de nossas discussões no próximo capítulo.

¹⁵ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>. Acesso em: 14 de out de 2020.

TERCEIRO CAPÍTULO

3. RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE NOS CAMPOS DE FRUTICULTURA IRRIGADA NA CHAPADA DO APODI

O mercado de trabalho é um eficiente mecanismo de produção e reprodução do machismo e da exclusão social. De acordo com Campos (2009, p. 10) “(...) nos municípios em que o agronegócio é a base da economia as mulheres são as maiores vítimas desse processo que se intensificou na década de 1990”. Para a autora isso significa dizer que o recorte de gênero é desigual no processo de contratação de mulheres para se trabalhar na referida área.

Além disso, outro aspecto que podemos destacar é que há várias campanhas¹⁶ nas mídias que defendem que o agronegócio é fundamental para expansão econômica do país. Porém, se faz necessário destacar que essa expansão não significa somente o aumento econômico, com geração de empregos e novas tecnologias instaladas no campo brasileiro. Reflete também no aumento da utilização de insumos agrícolas, venenos para eliminar “pragas” que ameaçam a cultura, além de fertilizantes que contribuem para o aceleração da colheita. Tais práticas estão atreladas também à saúde. Portanto, nesse capítulo, objetivamos discutir sobre as experiências das mulheres e as questões da saúde vividas a partir da chegada das empresas do agronegócio nas comunidades pesquisadas.

3.1 A EXPERIÊNCIA FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES GÊNERO

De acordo com a pesquisa desenvolvida nas comunidades rurais podemos perceber que existe uma precarização para com a mão de obra dos/as trabalhadores/as das empresas de fruticultura irrigada, incluindo o trabalho feminino. A expansão das empresas nas localidades de Poço de Tilon, Cruzeiro e Frei Damião tem buscado de forma ainda “tímida” a mão de obra das mulheres das

¹⁶ Campanhas de incentivo e valorização do agronegócio disponíveis em: <https://www.abagr.org.br/valorizacao-da-imagem-do-agronegocio>; <https://economia.estadao.com.br/blogs/agricola/lancada-campanha-para-valorizar-o-agronegocio-brasileiro>; <https://abapa.com.br/mais-noticias/agronegocio-lanca-campanha-pela-valorizacao-do-setor>; <https://tvterraviva.band.uol.com.br/noticia/100000894596/somos-agro-campanha-de-valorizacao-do-agronegocio.html?mobile=true>. Acesso em: 15 de out de 2020.

comunidades. A fruticultura ofereceu para algumas mulheres a “oportunidade” da independência financeira, como destaca uma das colaboradoras da nossa pesquisa: “[...] *antes eu só fazia os serviços de casa, né? E hoje em dia, depois do projeto eu consegui também comprar o que eu tinha vontade. Devido eu tá ganhando bem, ganhando mais*” (ESTER, 2020).

A partir do que nos diz a nossa colaboradora podemos fazer algumas observações. A primeira é que, de fato, as empresas deram o que antes a mesma não tinha: a oportunidade de ter seu próprio dinheiro e de ter suas próprias coisas. A segunda é como o trabalho que as mulheres desenvolvem em casa, os afazeres domésticos, são desvalorizados. Quando ela destaca que “*só fazia o trabalho de casa*” aponta a desqualificação e a negação do seu trabalho. Como se lavar, passar, cozinhar, arrumar casa fosse um não trabalho, ou um trabalho menor. Dialogando com Monteiro et al (2018, p. 11) pode-se destacar que:

Frequentemente nomeadas como "trabalho doméstico" ou "serviço doméstico", essas atividades têm sido historicamente atribuídas à mulher, surgindo como um encargo específico do papel de gênero feminino e revestido com as características da invisibilidade social, em um misto de papéis naturalizados e tarefas desqualificadas ou desvalorizadas socialmente.

A partir do que nos destaca os autores, podemos frisar que o trabalho é uma prática milenar, cultural e social, que algumas pessoas desenvolvem. Inclusive o trabalho doméstico. Que não deveria ser atribuído só as mulheres. Essa mulher enfrentava uma dupla jornada de trabalho que é naturalizada pela sociedade. O trabalho na fruticultura abriu outra porta proporcionando mudança na posição de ocupação das mulheres trabalhadoras, que passaram a protagonizar outros papéis.

As mulheres que contribuíram com a nossa pesquisa destacaram que as empresas trouxeram mudanças e oportunidades que antes elas não tinham referente as questões financeiras. Porém, as mesmas questionam qual o custo dessas mudanças. Como bem podemos observar nas narrativas a seguir:

[...] *Eu acredito que assim, foram muitas oportunidades de emprego né, porque assim, a gente mora numa comunidade que não tem oportunidade, não é tão bom, sabemos disso, mas eu acredito que trouxe oportunidade, mesmo não achando certo, não gostando, não querendo, mas era o que tinha. Eu não sei definir* (ESPERANÇA, 2020).

[...] *De certa forma trouxe emprego para algumas pessoas daqui, que precisam sobreviver, né? Mas por outro lado, se a gente analisar, destruiu*

muito o meio ambiente. Quando termina a produção fica só o campo seco, sem vida (AURORA,2020).

Podemos perceber que as trabalhadoras tinham/tem o conhecimento que desenvolviam um péssimo trabalho, em condições precárias, com drásticos efeitos para o meio ambiente, cuja remuneração era pouca. Ester destacou que “O valor dá diária é 44 reais”, Aurora disse que: “A diária é 44 reais”. O fato de precisarem do trabalho, não as impediu de observar aspectos da precarização do trabalho e das consequências nefastas para o meio ambiente.

Outros aspectos importantes foram percebidos no decorrer das conversas, como por exemplo que o mercado de trabalho para mulheres na fruticultura funciona através da oferta sazonal de empregos. Ou seja, por safras, desenvolvendo trabalhos secundários, como podemos identificar com a fala das colaboradoras:

Eu arrumava as caixas das frutas, quando as pessoa (sic) vinha buscar as caixa de fruta. E também, eu fazia a limpa dos pés de mamãozinho pequenininho, tirando as folhas. Os talos seco (sic), quebrado (ESTER, 2020).

Eu era trabalhadora rural, eu fazia tudo. Eu limpava, botava etiquetas nas frutas, eu e minha colegas. Quando não tinha melão no PEC a gente ia para o campo (ESPERANÇA, 2020).

Eu trabalhava no campo, colhendo frutas. Depois levava para o galpão para lavar e colocar nas caixas (AURORA,2020).

Destacamos que é um trabalho secundário porque não houve nem um relato de que haviam mulheres ocupando cargo de tratorista, gerente, encarregada de área, irrigadora. As tarefas destinadas a elas continuam sendo aquelas relacionadas ao cuidado, à limpeza, ao zelo e a delicadeza, caracterizando o que fora dito anteriormente sobre o que seria trabalho de homem e trabalho de mulher dentro das empresas, o que responde

A associação das habilidades especiais das mulheres para as atividades produtivas com as “qualificações femininas”. Oriundas da esfera reprodutiva socialmente desprestigiada, desvalorizada e subalternizada (CAVALCANTI, 2006, p. 9).

Isso nos faz acreditar que os estereótipos de fragilidade atribuídos às mulheres levam os donos das empresas a contratarem as mesmas para fazerem o serviço que exige “delicadeza”, ou seja, o cuidado com as mercadorias. Contudo, não queremos dizer que esse trabalho desenvolvido pelas mulheres não seja importante, mas se faz necessário apontar que existe uma naturalização referente

ao trabalho das mulheres que as colocam como incapazes de desenvolver tarefas para além dos cuidados (como também associam tarefas aos homens que exigem força, por exemplo). Kergoat (1996, p.01) aponta que:

As “qualificações femininas”, agora apropriadas pela esfera produtiva, são fruto de um processo contínuo de aprendizado, realizado ao longo da vida das mulheres, que se desenvolve tanto a partir da experiência do trabalho doméstico, quanto dos saberes compartilhados com mulheres trabalhadoras de gerações anteriores.

Percebemos que as relações de gênero interferem culturalmente nas formas de inserção de mulheres em ambientes de trabalhos. Identificamos ainda que o mercado de trabalho vinculado à fruticultura nas comunidades rurais da cidade de Apodi-RN absorve a força de trabalho de mulheres e homens de maneira diferenciada, tendo em vista que existe uma discrepância significativa na quantidade de funcionários homens e mulheres, como demonstrado na Quadro III, abaixo, que foi construído a partir dos dados relatados pelos nossos/as colaboradores de acordo com a áreas que os/as mesmos/as desenvolvem suas atividades:

EMPRESA	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	HOMENS	MULHERES
Empresa I	25	20	5
Empresa II	20	16	4
Empresa III	115	101	14
Empresa V	3	3	0

(Fonte: Autora)

É perceptível a pouca contratação, como apresentado no quadro acima. Podemos identificar que há uma notória diferença quanto à presença de homens e mulheres nesses espaços, sobretudo porque o trabalho avulso ou arrendado é associado a um tipo de trabalho mais “pesado”. Como salientou Ester (2020): “[...] eu trabalhava nesse manuseio, porque era mais maneiro, né? Para nós mulher.

Tinha outros serviços mais pesado. Mas aí, era os homens que fazia. Nós ficava (sic) nessa parte mais maneira”.

Cabem aos homens as atividades que requerem maior força física, o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, além das funções de gerenciamento das áreas. À mulher, de um modo geral, compete executar as atividades mais rotineiras, as de caráter mais leve, como por exemplo, fazer a limpeza do local, lavar as frutas para o galpão, colocar as etiquetas nas frutas.

De acordo com Cielo et al (2014, p. 15):

Dois dos paradigmas que predominam e que norteiam as análises associativas em estudos que tratam do trabalho feminino no agronegócio e suas ramificações, sendo eles, o da interdependência e o da divisão subalterna. O primeiro caso é vinculado às sociedades rurais menos capitalizadas e que conservam fundamentalmente seu caráter camponês; além disso, que deixam transparecer a tradicionalidade de seus sistemas produtivos sustentados pela interdependência e complementaridade de trabalhos distintos realizados por mulheres e homens nas unidades. Já o segundo paradigma se baseia na divisão sexualizada do trabalho, interpretada como o controle do homem sobre a capacidade da mulher com o objetivo de perpetuar o desigual acesso aos meios de produção; assim, constituem as relações de dependência do trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem, seja ele cônjuge ou não.

Diante do que o autor aborda e das narrativas das colaboradoras, podemos perceber o controle dos corpos, e os privilégios do gênero masculino. Se para os homens é ofertado trabalhos insalubres, para as mulheres são ofertados trabalhos ainda mais inferiores.

Embora no decorrer das entrevistas apareça uma espécie de gratidão que as mulheres têm por esses espaços de trabalho, como nas falas a seguir de Aurora (2020): “[...] *Foi bom, porque eu tinha meu dinheiro, eu agradeço muito*”. E de Ester (2020): “[...] *hoje em dia, depois do projeto, eu consegui também comprar o que eu tinha vontade. Devido eu tá ganhando bem, ganhando mais, graças a essa oportunidade*”. O que de fato vemos é uma forma de exploração do trabalho nas empresas agrícolas. Um trabalho subalterno, que prejudica os/as trabalhadores/as, aqui mais especificamente às mulheres.

A realidade das mulheres camponesas das localidades estudadas é que não têm muita perspectiva de oportunidades de trabalho. Os únicos postos de trabalhos remunerados que existem nas comunidades, ultimamente, são oferecidos pelas empresas de fruticultura irrigada. Já que as pessoas que trabalham com agricultura e pecuária não contratam pessoas, desenvolvem trabalhos para existência familiar.

Aurora (2020) destaca: “[...] *Eu nunca tinha trabalhado em um outro projeto, esse foi o primeiro*”. É importante frisar que a colaboradora fala da sua primeira experiência de trabalho na empresa, o que evidencia que esse novo campo de trabalho que chegou às comunidades rurais trouxe para as mulheres que não tem experiências de trabalho remunerado, espaços outrora inexistentes. Porém, as condições desse trabalho são precárias. A maioria dessas pessoas são responsáveis pela renda de suas famílias. Para Belissa¹⁷ (2013, p. 41):

Elas ocupam a posição de “chefe da casa” em quase metade dos domicílios brasileiros. Elas trabalham e são as responsáveis pelo sustento dessas famílias. E são essas mesmas mulheres que são alvo de discriminação no mercado de trabalho, recebendo salários mais baixos que os dos homens. Nem é preciso pegar a calculadora para fazer as contas: a desvalorização da mão de obra feminina diz muito sobre a pobreza no Brasil.

Dentro dessa conjuntura de desvalorização da mulher, mais especificamente nos campos de cultura irrigada, ao conversarmos com algumas das mulheres que trabalham nas empresas, percebemos como a construção social de “incapacidades femininas” caminha além desse enquadramento. Não é que as mesmas não saibam fazer o serviço ou não tenham força física para desenvolver: antes mesmo da contratação, é pré-definido que elas não dão conta de fazer, e isso se deve aos traços de nossa cultura que promove a divisão sexual do trabalho alimentando a percepção de atividades específicas para homens e mulheres com base nos critérios da força física e do cuidado, respectivamente (KERGOAT, 2009).

Um fato que nos chamou atenção é que com a pandemia do COVID-19 vários funcionários foram dispensados das empresas, dentre eles a força de trabalho considerada mais “frágil”, as mulheres. Como nos relatou Ester (2020): “[...] *Claudinha, fui dispensada devido a pandemia, né?*” E Aurora (2020): “[...] *eu estava doente, aí começou a pandemia, e disseram que eu não fosse mais*”.

Quando questionada se só ela tinha sido dispensada, Ester (2020) respondeu: “[...] *foram dispensadas a gente, nós mulheres*”. A partir da fala das nossas colaboradoras percebemos que as mulheres foram as mais afetadas, perdendo seus trabalhos. Segundo uma pesquisa feita pela Câmara dos Deputados

¹⁷Disponível em: <http://sinprominas.org.br/noticias/desvalorizacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflete-na-pobreza-do-pais/#:~:text=Elas%20ocupam%20a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20de,baixos%20que%20os%20dos%20homens>. Acesso em: 28 de out de 2020.

(2020) “Há um grande impacto no trabalho feminino porque as mulheres são maioria em um setor fortemente afetado, o de serviços, além de representarem 80% dos trabalhadores informais do país”.

Em decorrência da pandemia, trabalhadores/as informais foram prejudicados, porém, de forma mais incisiva as mulheres, já que nas empresas pesquisadas os homens permaneceram no trabalho. Kergoat (2009, p. 68) salienta que:

Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão.

A partir do que pontua a autora a divisão sexual do trabalho são construções sociais. E nessa constituição foi criada a perspectiva da inferiorização do trabalho feminino, e isso se evidencia a partir do fato de que as nossas colaboradoras foram demitidas, mas que os homens permaneceram em suas funções durante a pandemia.

A implantação das empresas apesar de ser justificada pela “utilidade pública” e pelo interesse do capital e social para a população camponesa, explicita a falta de uma política de seguridade para os/as trabalhadores/as do campo, com a exploração de mão de obra através do serviço terceirizado, com a dispensa de suas funções sem terem direitos, não receberem seguro.

Dentro dessa perspectiva podemos perceber que a precarização do emprego no Brasil se agrava com a exploração da força de trabalho ligando à terceirização e à informalidade. Esses pontos levam a uma desvalorização do trabalho e conseqüentemente a perda de direitos, induzindo o/a trabalhador/a a buscar desenvolver uma maior produção, para melhorar sua renda ocasionando desgaste dos mesmos. Raposo (2017, p. 11) destaca que:

[...] o incremento das formas de superexploração da força de trabalho expressam-se por uma combinação de informalidade e terceirização, e atestam, portanto, a condição dos trabalhadores precarizados no contexto do atual capitalismo brasileiro dependente e periférico, no sentido da expropriação dos direitos ao contrato direto de trabalho e da proteção legal ao trabalho. Este fato denota que a superexploração da força de trabalho segue uma tendência de desvalorização da força de trabalho, que se dá mediante “a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste Psicofísico do trabalho; e do sitiamento de

qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético político, pessoal, social), a empobrecer suas objetivações e ideários, dada a centralidade da luta pela sobrevivência, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho”.

No contexto atual os/as trabalhadores/as enfrentam muitas dificuldades para conseguir um emprego. Essa realidade vem se estendendo ao longo dos anos: de acordo com o site Agencia Brasil (2018), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸ relata que o total de desempregados chegou a 11,76 milhões na média do ano de 2016. Tendo em vista a conjuntura atual do país, essa dificuldade se solidifica e torna-se cada vez mais presente continuando com um alto índice de desemprego, baixos salários, informalidade, maior carga de trabalho, sendo pior para mulheres e pessoas negras.

Isso se agravou com a chegada da indesejada pandemia do novo corona vírus no Brasil. Atualmente, segundo dados do IBGE (2020) as taxas de desemprego chegaram a 13,6%, o que significa dizer que 12,9 milhões de trabalhadores/as estão desempregados. Esses dados demonstram não apenas os efeitos do capitalismo, mas também o descaso do Estado para com a população menos favorecida do nosso país. Para Franklin (2019, p. 05),

O fundamento da economia dependente é a superexploração do trabalho, que corresponde a uma situação na qual os salários pagos aos trabalhadores são inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo que essa classe se reproduza em suas condições normais. No entanto, sua característica essencial é dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias e justas de seguridade trabalhistas para repor o desgaste de sua força de trabalho.

De acordo com o autor supracitado, as classes dominantes se apropriam da força de trabalho das pessoas pobres e menos favorecidas cuja localidades não têm muitas oportunidades de trabalho para obter mais lucro com a superexploração. Como por exemplo os/as trabalhadores/as agrícolas que são submetidos a um processo de exploração, desenvolvendo um trabalho extenuante em troca de baixos salários.

Ao concluirmos esse tópico podemos perceber que nas suas configurações o sistema capitalista se atualiza na exploração/opressão dos/as trabalhadores/as. Mas, também reforça a divisão sexual do trabalho entendendo o gênero feminino

¹⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/numero-de-desempregados-no-brasil-sobe-125-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 04 de nov de 2020.

como inferior e, a partir disso, os modos de exploração das mulheres se radicalizam. Como destacou Esperança (2020): “[...] assim, eu não vou ser hipócrita de dizer que não voltaria, porque pela falta de emprego a gente se assujeita (sic) a tudo, né?” Esse se “sujeitar” está imbricado com a falta de opção de trabalho remunerado na região. Ao mesmo tempo que a colaboradora da pesquisa indica a falta de alternativa, também indica que ela percebe que é explorada.

O sistema capitalista possui, desde a sua constituição, a necessidade de se aproveitar da divisão sexual do trabalho no seu processo de acumulação através da expropriação desigual entre trabalhadores homens e mulheres. [...] as mulheres, além de ocuparem um lugar no qual sua força de trabalho serve ao Capital para a produção de riqueza, servem, também, para a manutenção e reprodução de sua própria força de trabalho, bem como de outros trabalhadores, e esse processo, como já afirmamos acima, ocorre, em grande parte, dentro dos lares, conforme a atual organização da família (MONTINEGRO, 2019, p. 03).

Nesse sentido, se faz necessário observar os variados meios de exploração da força de trabalho, dentre eles, o trabalho das mulheres camponesas. Que as empresas de fruticultura irrigada vêm se aproveitando de forma irregular e insalubre.

Um aspecto que precisa ser discutido é a falta de políticas públicas para o campo que reflete na falta de emprego e na pobreza no meio rural. A ausência de oportunidades leva os sujeitos a buscarem as empresas vinculadas ao agronegócio. Uma matéria disponibilizada no site do Brasil de Fatos (2020)¹⁹ destaca que:

A proposta de orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2021, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, praticamente reduz a zero a verba para a reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, a proposta amplia os recursos voltados a indenização judicial a ruralistas que tiveram suas terras desapropriadas.

Isso mostra que as poucas políticas públicas de assistência às pessoas camponesas estão sendo ainda mais reduzidas. Durante as entrevistas, além das narrativas dos/as nossos/as colaboradores/as sobre a precarização do trabalho das mulheres nos campos de cultura irrigada, também tem relatos sobre a relação entre o trabalho nas empresas de fruticultura irrigada e seus efeitos para a saúde, que será a discussão do próximo tópico.

¹⁹Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/bolsonaro-reduz-verba-para-reforma-agraria-e-aumenta-indenizacoes-a-ruralistas> Acesso em: 04 de nov de 2020

3.2 AGRONEGÓCIO EM EXPANSÃO E A SAÚDE CAMPONESA

A quantidade de alimentos que chega à mesa dos brasileiros contaminados pelos agrotóxicos é bastante significativa. Especialistas alertam sobre os males desse consumo excessivo. Mas, há também aquelas pessoas que tentam silenciar ou justificar o uso em nome da rentabilidade. O Dossiê da ABRASCO²⁰ (CARNEIRO et al., 2015, p. 28) destaca que

Designar os agrotóxicos como defensivos agrícolas é o artifício retórico mais elementar para dissimular a natureza nociva desses produtos. Por um lado, ele sugere que os agrotóxicos supostamente protegem os cultivos; por outro, oculta os efeitos deletérios desses produtos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

O agronegócio é representado e apresentado para sociedade com uma imagem de novo modelo de desenvolvimento da agricultura, sofisticado, eficiente, produtivo, negligenciando outros aspectos que é de suma importância que a população tenha conhecimento. Partimos do pressuposto de que o agronegócio é voltado para atender aos interesses de setores de produção, e não às necessidades alimentares fundamentais da população.

Dentro dessa perspectiva se configura um apelo à “modernização” da agricultura. Porém, a efetivação do agronegócio se dá com a exclusão, tendo em vista que a maioria das terras fica alocada nas mãos daqueles/as que detêm o capital, muitas vezes desapropriando os produtores de baixa renda de suas terras. Tudo isso em defesa do agronegócio como sendo popular, do acesso fácil, o “progresso” como sinônimo da exportação em larga escala. De acordo com Matos e Salazar (2011, p. 02),

Com o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais, ocorre uma reorganização na produção do agronegócio brasileiro um processo acelerado de integração de capitais. Esse processo, conforme deu-se a

²⁰Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) foi criada com o objetivo de atuar como mecanismo de apoio e articulação entre os centros de treinamento, ensino e pesquisa em Saúde Coletiva para fortalecimento mútuo das entidades associadas e para ampliação do diálogo com a comunidade técnico-científica e desta com os serviços de saúde, as organizações governamentais e não governamentais e a sociedade civil. Sua forte participação na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 17 a 21 de março de 1986, estabeleceu sua postura intransigente de defesa da proposta ali consagrada do Sistema Único de Saúde – SUS, aprovada na Constituição de 1988. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/sobreaabrasco/#:~:text=Passados%2040%20anos%2C%20a%20incorpora%C3%A7%C3%A3o,13%20de%20novembro%20de%202011>. Acesso em: 28 de set. 2020.

partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado.

Como podemos perceber esse mercado está sendo ocupado ou gerido pelos grandes latifundiários, ficando as riquezas (no quesito de rentabilidade econômica) com a elite. A agricultura que muitos chamam de moderna pode ser compreendida como sendo a incursão assídua do uso das tecnologias que interferem diretamente na relação capital e exploração do trabalho. Tal tipo de agricultara tem se firmado no Nordeste brasileiro como um modelo da economia da região, com apoio do Estado. De acordo com o site Tribuna do Norte (2019)²¹,

O volume dos valores da exportação de frutas tropicais cresceu cerca de 41,8% no ano de 2019, colocando o Estado em destaque. Saindo de uma produção de 60% em 2018 para 106% em 2019. O Estado exportou 186,7 mil toneladas de melão. Ficando o Rio Grande do Norte como o segundo maior produtor de melão do país. Com um superávit de 225,35 milhões aos cofres públicos.

O que não é visibilizado é que esse superávit ou “modernização” afeta várias pessoas, como por exemplo, produtores que sobrevivem da agricultura tradicional²² de existência, em alguns casos expropriando os/as mesmos/as de suas terras, alterando suas realidades e modos de vida, ficando os/as trabalhadores/as fadados a vender a sua força de trabalho de forma injusta e desigual, além da exposição aos agrotóxicos.

De acordo com Aquino et al., (2017, p. 197), “[...] o estado brasileiro é retardatário na construção de políticas de financiamento à produção agrícola sustentável”. A partir do que destaca o autor supracitado podemos afirmar que esse crescimento assíduo do agronegócio na região se dá pela ausência do Estado em fomentar políticas que possam contribuir e fortalecer as atividades e produções locais em detrimento do agronegócio. Não existe um financiamento por parte do Estado para que as pessoas possam acessar financiamento para a sua produção. Quando existem essas políticas públicas, muitas vezes os/as moradores/as não têm conhecimento e acabam se submetendo ao trabalho precário nos projetos de fruticultura irrigada.

²¹ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/valores-das-exportaa-a-es-do-rn-crescem418em2019/470158#:~:text=O%20volume%20de%20valores%20das,acumulado%20no%20ano%20em%20an%C3%A1lise> Acesso em: 15 de dez de 2020.

²² Ver capítulo 1, pag. 07.

Porém, é importante destacar que não é só a saúde dos/as trabalhadores/as que está em risco, e sim da população como um todo. Segundo Carneiro et al., (2014, p. 13) “Os brasileiros consomem alimentos com resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido e ingerem substâncias tóxicas não autorizadas”.

O jornal EL PAÍS (2017)²³ noticiou: “São Paulo e Brasília destacam quem o Brasil “come veneno” acima do permitido”. O Greenpeace, em matéria para o G1 (2019)²⁴ atestou que “[...] 23% dos alimentos analisados pela Anvisa têm resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido para cultura”; o site UOL (2020)²⁵ em matéria intitulada “Veneno invisível: dá para fugir dos agrotóxicos?”, apontou que “brasileiros consomem 7 litros por ano sem perceber e país lidera o uso.” Esses textos informam o risco do uso dos agrotóxicos nos alimentos e seus malefícios para a saúde humana.

Em diálogo com essas informações sobre o uso abusivo e irresponsável de agrotóxicos no nosso país, durante a pesquisa o nosso primeiro colaborador destacou: “[...] a primeira vez que eu pulverizei [pulverizei], que trouxe para casa as roupas, minha mulher sentiu dor de cabeça. Mas, se acostumou, não sentiu mais, não” (PEDRO, 2020).

Os problemas de saúde não afetam só quem trabalha diretamente nos campos de fruticultura. Afeta as pessoas que estão no entorno: esposas e esposos, filhos/as, mães e pais; parte da família acaba sendo prejudicada já que são responsáveis pela higienização das roupas que usam nos campos além da ingestão dos alimentos contaminados. Para além disso, os sintomas que indicam os efeitos danosos pelo contato com os agrotóxicos, por sumirem em decorrência da continuidade do contato, são desconsiderados pelo trabalhador porque sua esposa se “acostumou”.

São inúmeros produtos utilizados nas plantações, que indicam os efeitos danosos, dentre eles fungicidas, herbicidas²⁶, inseticidas, nematicidas, bactericidas,

²³Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/politica/1509115739_770097.html
Acesso em: 15 out. 2020.

²⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/10/23percent-dos-alimentos-analisados-pela-anvisa-tem-residuos-de-agrotoxicos-acima-do-limite-permitido-ou-proibidos-para-cultura.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

²⁵Disponível em: <https://www.uol/estilo/especiais/veneno-invisivel.htm#brasileiro-precisa-pagar-mais-carro-para-se-livrar-do-veneno>. Acesso em: 15 out. 2020.

²⁶Disponível em: <http://www.giruars.com.br/noticias/brasil-e-2o-maior-comprador-de-agrotoxicos-proibidos-na-europa-que-importa-alimentos-produzidos-com-estes-quimicos/>. Acessado em: 15 de out de 2020.

fertilizantes. Podemos destacar que esse é um fator agravante para as pessoas que têm relação direta e indireta com esses produtos químicos. De acordo com Carneiro et al., (2015, p. 32):

Essa correlação é dupla e se dá de forma direta e indireta: diretamente, pelo aumento dos casos de intoxicação muito embora a maior parte dos efeitos crônicos dos agrotóxicos sobre a saúde de agricultores e consumidores não seja comumente relacionada à exposição e à ingestão de tais produtos; indiretamente, porque o aumento do emprego dos agrotóxicos é um fenômeno intrinsecamente relacionado à expansão dos sistemas agroalimentares globalizados e à correspondente mudança nos hábitos alimentares da população, com o incremento do consumo de comida ultra processada, altamente calórica e portadora de ingredientes químicos maléficos à saúde.

É importante lembrar, como afirmamos no Capítulo 2, que as localidades estudadas estão rodeadas por plantios de fruticultura irrigada. Alguns teóricos, a exemplo de Araújo e Oliveira (2017, p. 25), apontam que os agrotóxicos afetam a saúde dos consumidores de alimentos contaminados, moradores do entorno de áreas de produção agrícola ou de agrotóxicos. É importante destacar que existem outros meios de pulverização além da terrestre, que é a pulverização aérea (ainda não utilizado na região). Esta última é utilizada por grandes empresas. O boletim de custos e desenvolvimento da EMBRAPA (2017) destaca que:

Na busca de maior produtividade e menores custos, a produção agrícola incorpora tecnologias. No caso do sistema de aplicação de agrotóxicos, um sistema que vem sendo adotado é a substituição de tratores por sistemas aéreos. A incorporação desta nova tecnologia tem como justificativas principais: a maior rapidez na realização da pulverização; a execução em condições de solos encharcados, onde a pulverização terrestre se torna crítica ou não praticável e; uma redução de perdas na produção que ocorrem em algumas culturas pelo amassamento provocado pela passagem no caso da pulverização terrestre.

Percebemos que a grande preocupação é não perder a produção, deixando-a excelente para a comercialização. Não se preocupam com a situação da população que estarão recebendo esses venenos. Essa contaminação acaba passando despercebida, pois como disse Pedro (2020), se “acostuma”. Também ocorre que as pessoas têm os sintomas e não associam que possa ser do contato com os agrotóxicos, não tendo a dimensão do dano que possa vir as suas vidas, afinal, as informações sobre os riscos para a saúde não são explicitadas nem divulgadas pela maioria das empresas.

Quando perguntamos se os/as colaboradores/as sentiram algum sintoma que os/as mesmos/as achassem estar relacionado ao uso ou contato com os agrotóxicos relataram que:

Eu sim, já passamos, eu e minha turma de trabalho as meninas. Nós pegamos uma coceira, uma alergia no corpo. Fomos todas para o hospital, algumas meninas precisou (sic) ir para o oxigênio. Eu não precisei, mas outras, sim. Minha família, graças a Deus, nunca teve nada, não (ESPERANÇA, 2020).

[...] os venenos que me fizeram ficar doente, ir para o hospital. Eu senti dor de cabeça, vomitei (AURORA, 2020).

Eu já tive sim, dor de cabeça, enjoo, mas meu patrão nem ficou a par disso. Com uns dois dias eu melhorei. [...] eu não fui ao médico, só tomei analgésico em casa mesmo (ESTER, 2020).

A partir do que narra nossas colaboradoras, podemos identificar que já passaram por alguma situação relacionada a saúde. De acordo com a ABRASCO (2015), entre os anos de 2007 e 2015 houve 341.47 notificações de intoxicação relacionado ao uso dos agrotóxicos. Mesmo sendo uma demanda considerável, precisamos questionar: Quantas notificações não foram feitas? Quantos casos semelhantes ao de Ester (que se auto medicou e seguiu trabalhando) existem? Essas perguntas apontam para a impossibilidade de termos dados exatos sobre os efeitos do uso de agrotóxicos para a vida das pessoas.

Os dados expressos no SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico farmacológicas e Ministério da Saúde/FIOCRUZ), em 2017 registrou 3.379 casos de intoxicação por agrotóxico no Brasil. Bombardi (2011) vem destacar que existem riscos e consequências com a ingestão desses produtos altamente tóxicos. Há dois tipos de efeitos de intoxicação²⁷ (a aguda e a crônica), que acometem pessoas que trabalham e que vivem próximo a campos de cultura irrigada. Rigotto et al (2012, p, 30) “[...] ressaltam que a Organização Mundial da Saúde estima que, para cada caso notificado de intoxicação por agrotóxicos, há 50 outros que não aparecem nas estatísticas”.

Esses dados expressam o risco que estamos correndo com o uso dos agrotóxicos. A partir do que nos mostra os dados relatados acima podemos destacar que não existe uma fiscalização assídua por parte dos setores responsáveis pela

²⁷ “Intoxicações agudas, são aqueles mais visíveis e que aparecem durante ou após o contato da pessoa com o produto. Intoxicações crônicas, podem aparecer semanas, meses, anos, ou até mesmo gerações após o período de uso/contato com o produto” (BOCHNER, 2007, p. 83).

liberação dos insumos, colocando em cheque o ambiente e a saúde. Rigotto (2012, p. 31) ressalta que

Os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde podem ser de dois tipos: efeitos agudos, que são a pós aqueles mais visíveis e que aparecem durante ou após o contato da pessoa com o produto e apresentam características bem marcantes, em geral, acometem mais os trabalhadores agrícolas; e efeitos crônicos, que podem aparecer semanas, meses, anos, ou até mesmo gerações após o período de uso ou contato com o produto contaminado, com efeitos carcinogênicos tanto para moradores do campo como da cidade.

Essas consequências estão condicionadas pelo contexto e modo de produção químico dependente, pelas relações de trabalho, pela toxicidade dos produtos utilizados. Ao perguntarmos aos nossos/as colaboradores/as se os padrões ficaram sabendo que as mesmas haviam adoecido, Esperança relatou: “[...] *sim, eles prestaram socorro de levar a gente ao médico. Mas, comprar medicação, não!*” Aurora destacou: “*Sim, eles ficaram sabendo, foram informados, mas quem pagou meu tratamento foram meus pais*”.

Podemos perceber que as empresas onde trabalhavam nossos entrevistados/as negligenciaram a saúde dos/as trabalhadores/as, mesmo Esperança que trabalhava de carteira assinada. Esse fato nos faz refletir na precariedade dos mecanismos de vigilância e cuidados com a saúde, que deveriam exercer sua função de buscar melhorias para os/as trabalhadores/as, não só os/as assalariados, mas, também aqueles/as que trabalham de forma sazonal e de maneiras insalubres. De acordo com estudos desenvolvidos pela FioCruz (2018), “[...] os impactos diretos e indiretos dos agrotóxicos na saúde, sejam imediatos ou de médio a longo prazo, são preocupações primeiramente da vigilância sanitária de cientistas, profissionais de saúde, ambientalistas e da sociedade em geral”.

Embora essa temática tenha tomado uma grande proporção, ainda é insuficiente para identificar a extensão química e a dimensão dos danos à saúde, decorrentes do uso intensivo dos insumos agrícolas.

A população é abordada com a promessa de oportunidade de trabalho. Todavia, essa “oportunidade” não é apresentada com seus riscos. Alguns dos/as trabalhadores/as que entrevistamos têm noção do risco que correm, porém, assumem que se submetem por ausência de alternativa. Esse processo se dá, entre alguns motivos, pela falta ou ineficiência de políticas públicas que, segundo Gervazio et al (2014, p. 06), são “[...] voltadas para os camponeses e para

agricultura familiar, que tem acesso restrito à terra, aos direitos sociais, a oportunidades de comercialização e a garantia de renda”.

Com isso muitos que resistem e permanecem no campo procuram as empresas de fruticultura e são expostos aos riscos que o trabalho oferece, sendo essa uma das poucas alternativas para aqueles/as que querem permanecer em suas comunidades. Vale frisar que embora exista políticas voltadas para a população rural, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, estas ainda são insuficientes, posto que nem todos têm acesso, ou conhecimento para buscar seus direitos.

Nos espaços rurais as dimensões da gravidade dos efeitos dos agrotóxicos aparecem nos dados já existentes sobre o tema em questão. De acordo com Moura et al (2018, p. 09):

Estudo que revisou evidências epidemiológicas relacionadas à exposição ocupacional a agrotóxicos e à incidência de câncer identificou 19 produtos associados ao aumento do risco de vários tipos de neoplasias malignas (câncer). Dentre eles: os organofosforados relacionados a câncer de pulmão e cólon; os piretroides associados a mieloma múltiplo; e os carbamatos com forte associação ao melanoma. Outras pesquisas relacionaram a presença de agrotóxicos em amostras biológicas, sangue e urina, a um aumento do risco de câncer de mama em mulheres e de leucemia em crianças.

Essas informações não são acessadas pela maioria da população e a narrativa do “desenvolvimento” e da era “moderna do agronegócio” se sobrepõe aos efeitos danosos desse modo produção, a exemplo dos dados sobre a região nordeste, como apontam Moura et al (2018, p. 10):

Para a região Nordeste, a estimativa, em 2014, seria de uma maior incidência de câncer de próstata (27,2%) e estômago (5,9%) nos homens, enquanto nas mulheres haveria maior incidência de câncer de mama (20,4%) e colo de útero (10,4%). Em ambos os sexos, as neoplasias malignas do sistema hematológico ocupariam o 5º lugar na incidência de todos os casos, seguindo o perfil da estimativa para a população total do Brasil.

A partir da pesquisa supracitada, percebemos que homens e mulheres são atingidas/as pelos insumos. Na nossa pesquisa, ao questionarmos Pedro sobre a questão de saúde, se já havia sentido algo em decorrência dos venenos, o mesmo destacou:

Do veneno eu nunca senti nada, não. Mas, já peguei um problema na coluna, né? Até um desvio. [...] Esse ano, eu passei dois meses parado, aí eu me cuidei, né? Tomei remédio até melhorar pra (sic) poder voltar. [...] A

minha sorte é que eu tinha dinheiro, né? Aí eu me cuidei. Mas eles não dão nada, não. Nem água eles dão. O caba [a pessoa] tem que se virar, com remédio, tratamento. Eles não ajuda (sic) em nada, não. Só ganha se trabalhar (CARLOS, 2020).

Os problemas de saúde advindos do trabalho nessas empresas não estão atrelados somente a intoxicação instantânea, como foi o caso de Esperança, ou a longo prazo, como foi o caso de Ester. Existem problemas sérios, cansaço, carregamento pesado, rotina extensa de trabalho, além da negligência com os cuidados da saúde, e com as necessidades básicas como acesso a água potável. De acordo com Britto (1999, p. 66) “[...] a relação entre o trabalho e a saúde é muitas vezes expressa pelos sujeitos de forma inespecífica”.

O descaso quanto a violação de direitos trabalhistas e quanto aos cuidados médicos aparecem nos relatos dos/as nossos/as colaboradores/as. Pelos dados mencionados o uso dos agrotóxicos se tornou problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude das pessoas expostas. Mas, as expectativas de mudar esse cenário não são animadoras. De acordo com Rigotto (2014, p. 01),

O mercado brasileiro de agrotóxicos expandiu rapidamente na última década (190%), num ritmo de crescimento maior que o dobro do apresentado pelo mercado global (93%), o que coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial, desde 2008. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na safra 2010/2011, o consumo foi de 936 mil toneladas, movimentando US\$ 8,5 bilhões entre dez empresas que controlam 75% deste mercado no país.

Os dados mais recentes apontam que tende a crescer:

O Segmento de insumos do agronegócio cresceu 0,23% em junho, acumulando alta de 7,26% no primeiro semestre de 2019. Em junho, os insumos agrícolas avançaram (0,68%), ao passo que os pecuários tiveram baixa (-0,8%), pressionados por uma piora na produção da indústria de rações. Já no acumulado do semestre, os insumos agrícolas e pecuários mantiveram crescimentos, de 9,08% e de 3,32% (CNA²⁸ 2020).

Além disso, durante a pandemia de COVID-19 e o isolamento social, o governo federal aprovou a liberação de mais 118 produtos e mais 216 estão sendo avaliados. Podemos perceber que na avaliação anterior, como mostra Rigotto

²⁸ O Sistema CNA é composto por três entidades: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que representa os produtores rurais brasileiros de pequeno, médio e grande portes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que atua como um instrumento para Formação Profissional Rural e Promoção Social e qualidade de vida de homens e mulheres do campo e o Instituto CNA que desenvolve estudos e pesquisas na área social e no agronegócio. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/>. Acesso em: 08 out de 2020.

(2014), o consumo dos insumos foi de 936 mil toneladas. Durante esses seis anos o consumo aumentou 500 mil toneladas.

A partir do estudo desenvolvido podemos constatar que o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu frequentemente, porém nos anos de 2018 a 2020 aumentou cerca de 700%. Sua utilização é bastante difundida na produção agrícola. O Estado do Rio Grande do Norte, especificamente as comunidades estudadas, têm seguido um modelo de produção relacionado à cultura irrigada de frutas para comercialização local e também para exportação. Essa produção vem ocasionando transformações nas comunidades, como por exemplo no modo de vida das pessoas e na paisagem local. São aspectos que precisam de um olhar reflexivo, questionador e de denúncia.

Podemos dizer que o agronegócio se deriva de uma interligação entre o comércio e a indústria que visa a dinamização da produção e a sua lucratividade. Desrespeitando a natureza e as pessoas inseridas nos locais nos quais se instalam as empresas.

Essa transformação da agricultura configura uma outra dinâmica de relações sociais no campo. Tendo apoio do Estado no financiamento de suas ações, bem como na desregulamentação do trabalho e destruição do meio ambiente. Podemos destacar que esse é mais um “avanço” do capitalismo no campo, porém, esse avanço se direciona na concentração das terras, na extinção dos bens naturais, como por exemplo a biodiversidade.

O aumento dos índices de exploração da natureza resultante desta racionalidade econômica e tecnológica do modelo de desenvolvimento capitalista, que só se viabiliza na medida em que os custos socioambientais são distribuídos desigualmente, com a exploração dos camponeses, prejudicando a integridade ambiental a perda do “potencial produtivo dos recursos naturais e culturais” do seu modo de vida (LEFF, 2008, p. 49 *apud* CARNEIRO et al., 2012, p. 12).

Esse avanço tão propagado está relacionado com a “industrialização” da agricultura, ou seja, a chegada das tecnológicas no campo. Porém, é importante frisar que o crescimento do uso da tecnologia nos últimos anos não reduziu o consumo de agrotóxicos, ao contrário, aumentou.

Barbosa (2006, p. 03) destaca que uma das vantagens para as empresas de fruticultura irrigada se instalarem no Nordeste “[...] refere-se ao bom clima da região, a aridez do clima e as águas do rio São Francisco são as duas principais razões

para explicar o bom desempenho da fruticultura, além das vantagens do solo”. Dialogando com o autor supracitado, a partir da pesquisa desenvolvida destacamos que esse crescimento de empresas se dá também pelo baixo custo da terra, pela falta de políticas públicas que garantam direitos básicos à população.

Como bem destaca Rigotto (2004, p. 16), para além dessas questões está também “[...] A deficiência na organização dos trabalhadores e comunidades atingidas, pela exclusão da educação pública, pela desinformação e contrainformação, pela crise estrutural do emprego”.

Ao concluirmos esse capítulo, percebemos que cada experiência é singular, e está no discurso dos/as nossos/as colaboradores/as narrativas, mesmo as que não foram tão diretas, da insatisfação com o trabalho pesado, a falta de assistência, de direitos e cuidados com a saúde.

Esse estudo nos mostra que é possível produzir conhecimento acerca de um tema tão central para as populações camponesas e que a pesquisa científica também é uma forma de resistência e de luta, capaz de parafrasear com cuidado e compromisso a partir das experiências narradas, os desmandos do sistema cruel capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final dessa jornada, após um percurso que foi cheio de surpresas, mudanças e desafios, nos perguntamos como tecer considerações finais sobre algo que ainda há muito a ser dito.

Um trabalho que experimentou tantas mudanças no trajeto, que precisou ser ressignificado tantas vezes. No período que iríamos desenvolver a pesquisa de campo, fomos surpreendidas com uma pandemia, um vírus denominado COVID-19 que não se sabe de onde veio e nem quando irão encontrar uma cura (desejamos que breve).

As angústias, incertezas, perda de pessoas amadas e o medo de perder outras nos tiraram do prumo, nos fez dançar fora do compasso, ou melhor, tivemos que aprender a dançar outra música, viver de outra forma. Não tivemos o contato físico, o olho no olho com os/as nossos/as colaboradores/as; fomos impedidas de ir ao campo ouvir suas narrativas pessoalmente, nos restando o contato virtual: um método novo, para nós e para eles/as.

Após tantas idas e vindas, escritas e reescritas, noites em claro, estamos aqui para nos despedirmos de um texto cujo processo de construção foi tão desafiador. Ao som de Belchior (ouvindo a música “Todo Sujo de Batom”), uma xícara de café do lado, imersa na nostalgia de reviver as memórias constituídas ao longo do percurso; os afetos construídos, os laços feitos, os desafios ultrapassados, nos fazem pensar sobre nós desprender de algo ao qual estivemos presas por dois anos: é preciso ir (concluir) para agregar a vida de outras pessoas.

As leituras, as entrevistas, a tabulação dos dados, a escrita do texto nos fez perceber que há sempre uma história a ser contada, há sempre alguém a ser ouvido, e isso se coaduna com a pesquisa, posto que há sempre o que pesquisar, o que estudar, há sempre o que se reescrever.

Relacionando com o nosso objeto do estudo, podemos dizer que para algumas pessoas que residem em comunidades rurais o paradigma do “desenvolvimento” está atrelado ao agronegócio e às empresas de fruticultura irrigada presentes na região.

A expansão do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Norte se dá por diversos fatores, uma delas são as condições favoráveis. Como Destaca Gomes (2019, p. 67) essas questões estão relacionadas a “terras e mão de obra a baixo

custo. Além do contexto internacional, que apresenta dificuldades de reposição de produtos alimentícios”. Essa busca incessante pelas terras brasileiras e nordestinas para plantios relacionados a “agricultura moderna” causa sérios impactos.

Embora a economia no país tenha se dinamizado a partir da política do agronegócio, o estudo nos permitiu perceber que as consequências dessa rentabilidade são danosas. Algumas dessas consequências estão atrelados aos impactos ambientais, ao desmatamento, à contaminação do solo, das plantas, da água e do ar. Por isso esse modelo de desenvolvimento não pode ser entendido como gerador de melhoria e de qualidade de vida. O campo brasileiro tem vivenciado transformações significativas em sua estrutura como efeito do modelo capitalista a partir da dinâmica do agronegócio e sua prioridade na busca por lucros.

Tendo em vista o que foi exposto no decorrer do estudo, pode-se perceber que o paradigma do “desenvolvimento” atrelado ao agronegócio induz as transformações territoriais e apresentam graves problemas aos trabalhadores/as e ao meio ambiente, a qual identificamos a partir dos seguintes aspectos: as relações trabalhistas sem garantia de condições de trabalho dignas, como a exposição dos trabalhadores aos agrotóxicos nos campos de plantios, as agressões contra a natureza e a saúde da população.

Buscando responder ao que nos propomos discutir em cada um dos capítulos, podemos destacar as seguintes considerações. No primeiro capítulo, além da discussão acerca dos referenciais teóricos e do percurso metodológico, estudamos as transformações ambientais provocadas pela fruticultura irrigada presente na região. Foi possível perceber que as comunidades rurais onde foi desenvolvido o estudo tem sido atrativo para as empresas de fruticultura irrigada porque essas localidades contém um solo fértil e água abundante, recursos essenciais para o desenvolvimento dessas atividades. Assim, constatamos que entre os anos de 2016 e 2020 seis (6) empresas se instalaram nas comunidades pesquisadas.

A partir da revisão bibliográfica que foi eixo norteador da escrita desse capítulo podemos observar que os estudos de pesquisadores a exemplo de Balsan e Rigotto (dentre outros) foram/são de fundamental importância para compreendermos as transformações ocasionadas pelas empresas de fruticultura irrigada e conseqüentemente do agronegócio no meio rural. A análise desenvolvida

nos permitiu perceber que um dos agravos dessas empresas na região pesquisada tem sido o desmatamento em grande escala da Caatinga, interferindo diretamente no ecossistema e a biodiversidade da região.

Verificou-se que o sistema de fruticultura irrigada promoveu mudanças econômicas na região. Ao mesmo tempo que gerou emprego e renda, ocasionou impactos significativos no meio ambiente. Esses impactos, advindos da “modernização da agricultura”, se estendem também às relações sociais, que vem se transformando nas localidades. Algumas pessoas mudaram a dinâmica de cultivo da terra, outras não trabalham mais com a agricultura de existência pois arrendaram ou venderam suas terras.

Ao finalizar o capítulo foi possível perceber que dentre essas transformações ambientais pode-se destacar como aspectos negativos a alteração na vegetação, paisagem, solo e relações sociais e culturais. Destacamos que esses aspectos impedem o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que a produtividade das empresas de fruticultura irrigada tem um ciclo de duração determinado, no qual se utilizam dos recursos naturais até a escassez e, após o esgotamento dos recursos naturais, as empresas migram para uma próxima região.

A partir do segundo capítulo, cujo objetivo foi investigar o uso da terra e as relações sociais de trabalho estabelecidas em empresas localizadas no meio campestre da região pesquisada, constatamos que as empresas de fruticultura irrigada se instalam na região com a perspectiva do “progresso”, porém o que se apresenta são irregularidades e exploração dos/as trabalhadores/as.

As entrevistas desenvolvidas com nossos/as colaboradores/as nos permitiram perceber que os mesmos desenvolvem trabalhos precários e insalubres, sem uso de equipamento adequado, principalmente no manejo de substâncias tóxicas, como os agrotóxicos. Alguns funcionários trabalham sem carteira assinada, não tendo a seguridade social a qual tem direito, prescrito no artigo 194, da Constituição Federal de 1988, tendo seus direitos negligenciados pelos donos das empresas. Foi averiguado que do público pesquisado apenas um possui carteira assinada e os demais trabalham “na diária”, recebendo apenas pelos dias trabalhados sem benefícios adicionais por parte das empresas. A partir dessa análise fica perceptível que a ótica capitalista se apropria da mão de obra barata e da falta de conhecimento da população para obter lucros.

Outro ponto que foi percebido refere-se ao avanço da fronteira agrícola na região pesquisada, tendo em vista as muitas empresas que já se estabeleceram nesse território advindas de outras localidades. Atualmente essas empresas formam um cordão agrícola que vai avançando e crescendo, utilizando uma vasta área. A partir da visualização das imagens de satélites pode-se notar que essa expansão agrícola vem devastando a natureza deixando o solo comprometido com um amplo alcance de terras desmatadas, interferindo assim, diretamente no ecossistema local.

O terceiro capítulo se destinou a investigar os impactos do uso dos agrotóxicos na saúde das mulheres e homens jovens que trabalham em empresas de fruticultura irrigada. Foi percebido que existe nos campos de cultura irrigada desigualdades referentes às questões de gênero. Primeiramente foi identificado que há uma discrepância significativa entre os trabalhadores homens e mulheres. Estando os homens em maior número e desenvolvendo atividades diferentes as das mulheres. Para elas são destinadas atividades referente ao cuidado, ao trato e a serviços leves. Isso mostra o preconceito que sofrem as mulheres na esfera trabalhista.

As leituras desenvolvidas nos permitiram dialogar sobre os riscos ocasionados pelo uso intensivo de insumos agrícolas afetam diretamente a saúde de pessoas que estão inseridas em regiões próximas aos campos de fruticultura irrigada, seja de imediato ou a longo prazo. As narrativas dos/as nossos/as colaboradores/as nos permitiram identificar que essa realidade não é distante do contexto pesquisado, de 5 pessoas entrevistadas apenas uma relatou que não teve nenhum sintoma relacionado ao trabalho que desenvolve nos campos de cultura irrigada (mas, pessoas da sua família apresentaram sintomas de contaminação).

Ainda destacamos como conclusão do terceiro capítulo que existe uma desqualificação com relação a presença das mulheres na esfera de trabalho nos campos de cultura irrigada. Embora as empresas tenham oferecido para algumas mulheres a “oportunidade” da independência financeira, foi de formas irregulares e preconizadas.

O tema debatido não se esgota aqui, podendo ser expandido para outras discussões, que poderá fomentar futuras pesquisas, como por exemplo analisar a negligencia do Estado ao liberar quantidades significativa de agrotóxicos, em não

informar a população camponesa dos riscos a que é exposta a partir dessas empresas.

Ao finalizar as discussões que nortearam este trabalho podemos destacar que a intensificação tecnológica da agricultura tem permitido retorno econômico em curto prazo. Porém, a que custo? Colocando em risco a vida de milhares de pessoas e prejudicando a natureza. Desde que as empresas se alocaram nas regiões pesquisadas observa-se mudanças significativas, não apenas no campo das relações humanas, mas também do meio físico. A caatinga tem sofrido com as agressões, a fauna já não é mais a mesma. Os campos de macambira já não existem mais, o cenário do sertão com suas árvores majestosas deu lugar a plantações uniformes de frutas. O cheiro da terra molhada, sinal que a chuva estava chegando, se tornou comum. As relações sociais e humanas mudaram. Tem restado o desenvolvimento insustentável do agronegócio.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, et al., **Utilização de imagens do google earth para análise de mudanças no território com a criação do shopping bosque Grão-Pará em Belém-PA**. In. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia e XXVI Expositiva, Rio de Janeiro, 2017 p. 870-872. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uxVj2cFUcRgJ:www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2016.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 02 de out de 2020.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. In. Polis em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. São Paulo, 1986.

ALBERGARIA, Edward Teixeira de, et al., **Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em comunidades rurais localizadas na Unidade de Conservação Tatu-Bola, município de Lagoa Grande, PE – Brasil**. In: Departamento de Bioquímica. Laboratório de Produtos Naturais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2019.

ALBUQUERQUE, Junior Durval Muniz de. O espaço em cinco sentidos: sobre a cultura, poder e representações espaciais. In. _____ **Nos destinos de fronteiras: História espaços e identidade regional**. Recife, Bagaço, 2008.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 379.

ALVES, Lorryne. As principais características das relações de emprego e relações de trabalho. In. *Águia Acadêmica*. Vitória/ES, **Revista Científica dos Discentes da FENORD**. 2015.

ANA, **Articulação Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso: 21 de mai de 2020.

ANDRADE, Daniel Caixeta, ROMEIRO Ademar Ribeiro. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. In: **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, n. 155. Campinas- SP, 2009.

AQUINO, Joacir, et al. **A dinâmica da produção de melão no RN**. Mossoró/RN, 2017. Disponível em: http://www.corecon-rn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Joacir-e-Aldemir-2017_Dinâmica-produção-de-melão-no-RN.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes de, OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe, Roncalli da Costa. Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro. In. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 117-129, 2017.

ARAÚJO, José Carlos Evangelista de. Modernização e conflito: os dilemas colocados pela questão agrária no Brasil. In. **Direito do Trabalho Rural – Homenagem a Irany Ferrari**. São Paulo, 2005.

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. In: Desenvolvimento rural sustentável no Brasil. São Paulo, 2005.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2006.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2007.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. A fruticultura irrigada no Nordeste: estímulo ao desenvolvimento sustentável. In. **ENEGEP**. Fortaleza/CE, v. 26, 2006.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. In. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 175-195, 2018.

BATISTA, Pedro Henrique Alves; DE SOUZA CAMPOS, Marilene. 03) Precariedade e Trabalho Sazonal no Agronegócio: Trabalhadores sob o Contrato de Safra no Município de São Gotardo-MG. In. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, ISSN 2237-3098. São Gotardo/MG, n. 8, p. 44-65, 2013.

BAYLÃO, André Luís da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. In. **Anais do XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende/RJ, 2014.

BELISSA, Thaíne. **Desvalorização da mulher no mercado de trabalho reflete na pobreza do país**. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://sinprominas.org.br/noticias/desvalorizacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflete-na-pobreza-do-pais/>. Acesso em 17 de ago. 2020.

BOCHNER, Rosany. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. In. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 73-89, 2007.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In. **Boletim Data luta**. São Paulo, v. 45, p. 1-21, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In. **Em Tese**. Santa Catarina/RS, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORDIGNON, Lucimar et al. **Desafios do Mundo do Trabalho no Século XXI e a EJA**. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2220-8>. Acesso em: 20 de out de 2020.

BRAIBANTE, Mara Elisa Fortes; ZAPPE, Janessa Aline. A química dos agrotóxicos. In. **Química nova na escola**, São Paulo/SP, v. 34, n. 1, p. 10-15, 2012. Disponível em http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_1/0 acesso em: 28 de fev de 2021.

BRASIL, I. B. G. E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego, trabalho e rendimento**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em 15 outubro 2020

BRASIL, I. B. G. E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/pesquisa/14/10193?tipo=grafico>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRITTO, Jussara Cruz de. Saúde, trabalho e modos sexuais de viver. In. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro, p. 200-200, 1999.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio** - o caso de Cruz Alta/RS. Porto Alegre, 2009.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Os Impactos dos agrotóxicos na saúde, trabalho e ambiente no contexto do agronegócio no Brasil. In. **Texto de Subsídio a IV Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras**. Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. In. **Expressão Popular**, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Sergio Medeiros Paulino de. A importância da superação do paradigma produtivista pelos Sistemas Estaduais de Pesquisa. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 21- 42, 1996.

CASTILHO Denis. **Os Sentidos da Modernização**. Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, 2010. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nLA4Z1X8w9EJ:https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/13802+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 21 Jun 2019.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; et al. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In. **ALICE**, Rio de Janeiro, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** – Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, v. 3, 1998.

CHECHI, Leticia Andrea. Iniciativas do Estado e da articulação nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das PLANAPÓS. In. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 48-64, 2017.

CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel–Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. In. **Revista Capital Científico**. Paraná, v. 12, n. 1, p. 59-77, 2014.

COSTA, Pedro Henrique Ferreira; GODOY, PRT de. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/330.htm> Acesso em: 14 de out de 2020.

DA SILVA, Fernando Carlos Alves. Análise da Agricultura Irrigada no Distrito Federal. In. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 19, n. 2, 2016.

DELGADO, G C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

DENZIN e Y.S. Lincoln, **Estratégias de Pesquisa Qualitativa**. Londres, 1998.

DOSSIÊ, Projeto da Morte: **Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN**. Natal-RN, 2012, p. 39.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. A cidade como sede de sentidos. In. LIMA Filho, Manuel. F., ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau, 2007. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ELIAS, Denise, et al. Agronegócio e Reorganização das Relações de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/516/405>. Acesso em: 02 maio 2019.

FARIAS, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1muWM-eNXkYJ:www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 27 de fev de 2021.

FERNANDES, A.B. Crescendo aproveitando as oportunidades ou como obter uma nova liderança exportadora através do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, n.2. São Paulo, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios: territorialidades, teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FIOCRUZ, Série. Documentos Institucionais, **Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**, 2018.

FIOCRUZ/SINITOX. **Casos Registrados de Intoxicação Humana, de Intoxicação Animal e de Solicitação de Informação por Região e por Centro.** Brasil, 2018. Disponível em: <https://sinitox.ict.fiocruz.br/dados-nacionais>. Acesso em: 07 de set de 2020.

FLEURY, Maria das Graças Prado. **Relações de emprego no campo: as diversas formas de contratação e a reestruturação produtiva.** 266 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Direito) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1494> acesso em: 27 de fev de 2021.

FRANCA-ROCHA, Washington et al. Levantamento da cobertura vegetal e do uso do solo do Bioma Caatinga. In. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.** INPE, Florianópolis, SC, Brazil, p. 2629-2636, 2007.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. What is superexploitation? In. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 689-715, 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Coleção Saúde: Ambiente e Sustentabilidade.** Rio de Janeiro, 2018. ISBN: 978-85-8110-063-0. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/ict/32385/2/02agrotoxicos>. Acesso em: 07 de out de 2020.

GARCIA, Junior Ruiz. Valoração econômico-ecológica dos recursos naturais e dos serviços ambientais. In: **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp.37-55, 2013.

GERVAZIO, Wagner; BATISTA, Eliane; DOS SANTOS CAVALCANTE, Luciano. O Êxodo Da Juventude Camponesa: Campo Ou Cidade? In. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre, Editora da Universidade, 2000.

GOMES, Cecília Siman. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. In. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, Vol, 19, n. 19, 2019

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo, Editora Contexto, 14, ed. p. 23-24, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, Memória e práticas de espaço. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional De História**, v. 23, p. 2019-01, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2001.

JUNIOR, Ronaldo P. D. **O financiamento da agricultura familiar**: a importância do pronaf. 50 f. Monografia (Curso de Bacharel em Ciência e Economia) Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019. disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aQL8h-Gv2GsJ:https://sistemas.unifal-mg.edu.br/app/lib/classes/arquivo.php%3Facao%3Ddownload%26nomePasta%3Dpiepex/discente/arquivosTCP%26nomeArquivo%3Dtcp-pronaf_5d2ba3a7ef409.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br acesso em: 27 de fev de 2021.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, p. 67-75, 2009.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In. **Gênero e saúde**. Porto Alegre, p. 19-28, 1996.

KORTZ, Leonardo Caetano. A habitualidade da hora extra e o desgaste físico e mental do trabalhador. In. **Anais semana acadêmica fadisma entrementes**. Santa Maria-RS, Ed. 1. ISSN, 2446-726, 2014.

LEFF, Enrique. **Qualidade de vida e racionalidade ambiental**. Enrique Leff, Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro. Revista Vozes, p. 42-55, 2008.

LIMA, Hermínia José Moreira, SABINO, Kleber Vasconcelos. **Manual de agricultura orgânica**, Fortaleza-CE, Ed. Instituto agropolo do Ceará, 2010.

LOCATEL, Celso Donizete. Uso do território e agricultura no Rio Grande do Norte: materialidades e estruturas. **Confins**, Revista Franco Brasileira de Geografia, v. 34, 2018.

MARINHO, Paulo Henrique, Et al. **Projeto caatinga potiguar**: cartograma. Natal-RN, Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, 2015.

MARTINS, Éder de Souza Et al. **Ecologia de Paisagem**: conceitos e aplicações potenciais no Brasil. Planaltina-DF Ed. Embrapa Cerrados, 2004.

MATA. M. V. et al. Emissões de CO2 provenientes do uso e mudanças no uso da terra no bioma Caatinga no nordeste brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 8, n. 01, p. 144-155, 2015.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. In: **Geo Uerj**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MELO, Hildete Pereira de, CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? In: **Revista econômica contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 1-21, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 18 ed. 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; DE ARAÚJO, José Newton Garcia; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1-14, 2018.

MONTENEGRO, Ana. **A mulher e a exploração no mercado de trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOURA, Luiza Taciana Rodrigues et al. Caracterização epidemiológica de trabalhadores com câncer em uma região de fruticultura irrigada. In: **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador-BH, 2018.

OLIVEIRA Vanicleide Soares Gomes de. Agricultura familiar e agroecologia: um estudo no município de Apodi-RN. In: **Agropecuária Científica no Semi-Árido**, Campina Grande, v.9, n.1, p.01-05, 2014.

OLIVEIRA, Estevani Pereira de; APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. Sistema Produtivo e Inovativo. In: **O APL da Fruticultura de Melão de Mossoró/Baraúna**, no Rio Grande do Norte, Brasil. 2013. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/11514_SistemaProdutivoeInovativoLocal_APLdaFruticulturadeMel_eodeMossor_aBara_onanoRioGrandedoNorteBrasil.pdf. Acesso em: 04 maio 2019.

PALÁCIOS, MARISA; REGO, SÉRGIO; SCHRAMM, FERMIN ROLAND. A regulamentação brasileira em ética em pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Epidemiologia**. São Paulo, p. 465-477, 2002.

PAULI, Rita Inês Paetzhold. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2013.

PEREIRA, Guilherme Reis. Avaliação de políticas de desenvolvimento rural para o Semiárido: o agronegócio da fruticultura irrigada e a agricultura familiar. **Revista de Geografia** (UFPE), Recife, v. 32, n. 2, 2015.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa; DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: **É veneno ou é remédio: agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, p. 21-41, 2003.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde

nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 65-77, 2012.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, S. **Rincões transformadores**. Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: Uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. **O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar**. Dissertação - (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, p. 112, 2018.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 3213-3222, 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1983-1994, 2009.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. In: **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5.n. 3 set. 2008.

RAFFESTIN, Claude; **Do Poder, Por Uma Geografia**. Tradução Maria Cecília França. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RAPOSO, C. T. M. A precarização do trabalho e a superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo. In: **VII jornada Internacional de Políticas Públicas/UFMA**. Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/,joinpp2017/pdfs/eixo2/aprecarizacaodotrabalhoasuperexploracaodaforcadetrabalhonobrasilcontemporaneo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020

RICHARDSON, R. J. et al. 3 ed. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Editora Atlas, 1999. (Capítulos 5 e 6).

RIGOTTO, R. M. et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1533-1542, 2012.

RIGOTTO, R. M. et al. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: “por que a água chega e a gente tem que sair?”. **PEGADA-A** Revista da Geografia do Trabalho, São Paulo, v. 17, n. 2, 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria. **“O ‘progresso’ chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento”**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2004.

RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na floresta. In: **Conferência Nacional de Saúde Ambiental**. Rio de Janeiro, p. 78-83, 2009.

RIGOTTO, Raquel Maria; VASCONCELOS, Dayse Paixão; ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 1360-1362, 2014.

ROCHA, Mayara Melo; RIGOTTO, Raquel Maria. **Produção de vulnerabilidades em saúde**: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará. In: *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 63-79, 2017.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade. Fronteiras com a ética e a cultura. In LINS, Daniel (org.) **Cultura e Subjetividade**. Saberes Nômades. Campinas, 1997, disponível em: <http://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos1/artigos1b.htm> acesso em: 05 de nov de 2020.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. In: **Instituto de Pesquisa Aplicada-IPEA**, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. **Espaço e território**: breves considerações. João Pessoa/PB, *Boletim Da Taluta*. n. 108, ISSN 2177-4463. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Paraná, v. 5, n. 1, 2010.

SILVA, Camilla de Almeida; MENEZES, Marilda Aparecida de; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Às margens do desenvolvimento: o trabalho das mulheres e a luta por direitos no polo de fruticultura de Petrolina/PE. **Cadernos Pagu**, Juazeiro/BA n. 52, 2018.

SILVA, José Francisco Graziano da. Nova dinâmica da agricultura brasileira. Universidade Estadual de Campinas. In: **Instituto de Economia/UNICAMP-IE**, São Paulo, 1996.

SOUSA, Joelma Pinto de. **Patrimônio Cultural Imaterial Indígena: Os Tapuia Paiacu do município de Apodi/RN**. TCC (Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo) Centro de Ciências Sociais e Humanas aplicadas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA. Mossoró-RN, P. 70, 2019.

SOUZA, Daniel Moreira de Oliveira. Et al. Soluções Ambientais. **Curso Agroecologia e Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará**. Revisada ampliada, Fortaleza, 2017.

TESSARI, Cláudia Alessandra. **Braços para colheita: sazonalidade e permanência no trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas/SP, 2010.

TOLFO, Suzana da rosa, BAHRY, Carla Patricia. Os significados do trabalho e do emprego para profissionais bancários. In: **Anais do I Encontro de Gestão de Pessoas e Relação de Trabalho**, Natal-RN, 2007.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VIANA, Sarah Santos. Agroecologia como ciência, prática e movimento dentro e fora da universidade: a experiência do núcleo de agroecologia Apêê Caapuã - UFSCAR Sorocaba. In: **Ensaio nas Ciências Agrárias e Ambientais**, Belo Horizonte-MG, 2019.

VIDAL, Maria de Fátima; XIMENES, Luciano JF. Comportamento recente da fruticultura nordestina: área, valor da produção e comercialização. **Caderno Setorial ETENE**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 18-26, 2016.

APÊNDICE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES - PPGCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa **“NO OÁSIS DO SERTÃO AS PROMESSAS DA NOVA ERA: IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO NA REGIÃO DE APODI-RN (2016-2019)** de responsabilidade de **Ana Claudia de Andrade Costa**. Este estudo faz parte do curso de Pós-Graduação em Cognição Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido sob orientação da **Professora Doutora Kyara Maria de Almeida Vieira**.

Essa pesquisa pretende analisar a expansão do agronegócio no Oeste Potiguar e suas implicações para as populações do campo localizadas no município de Apodi-RN (2016 a 2019). E como objetivos específicos: (I) Identificar o número de empresas e áreas ocupadas pelo cultivo da fruticultura irrigada nas comunidades rurais da chapada do Apodi-RN; (II) Analisar a relações de trabalho das mulheres e jovens que trabalham nas empresas de fruticultura irrigada na região de Apodi-RN; (III) Investigar os impactos do uso dos agrotóxicos na saúde das mulheres e jovens que trabalham em empresas de fruticultura irrigada.

Essa pesquisa segue as recomendações do comitê de ética de acordo com a resolução 510.2016 do CNS sobre o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum dano. Você receberá todos os esclarecimentos necessários

antes, durante e após a finalização da pesquisa. Asseguramos que seu nome só será divulgado se o/a senhor/a nos der permissão, caso contrário todas as informações serão mantidas em sigilo.

Os **Procedimentos** aos quais os/as participantes serão submetidos, é a entrevista semiestruturada com roteiro de perguntas semiabertas que facilitará o diálogo com os/as possíveis colaboradores/as da pesquisa buscando coletar todas as informações necessárias para a escrita do trabalho.

O **risco mínimo** ocasionado a/ao participante poderá sentir algum incômodo ao compartilhar relatos de natureza confidencial. Algum questionamento poderá remeter a experiências que acarretem certo desconforto. Mas, caso isso ocorra, o/a participante não é obrigado/a a compartilhar informações/dados que lhe causem incômodo.

Esses riscos serão reduzidos com a garantia do sigilo e do anonimato na publicação dos dados da pesquisa, porque só as pesquisadoras terão acesso as entrevistas.

Quanto aos **benefícios**, a/o participante não terá benefícios diretos, mas em termos de produção de conhecimento científico a pesquisa é muito importante, tendo em vista que ainda não há estudos sobre a temática na região a ser estudada; além disso, a partir desse estudo outros projetos poderão se desenvolver na região.

Destacamos ainda que não haverá ressarcimento ou indenização financeira para aqueles/as que aceirarem participar do estudo.

Os dados da pesquisa ficarão sobre a responsabilidade da orientadora Profa. Dra. **Kyara Maria de Almeida Vieira** e discente **Ana Claudia de Andrade Costa**. As informações serão armazenadas em pastas e protegidos por senha no computador da pesquisadora responsável, pelo tempo de cinco anos, com o intuito de certificar a segurança das informações disponibilizadas.

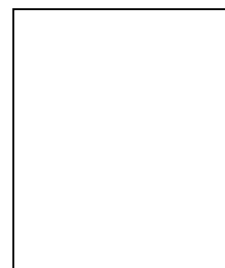
Após esse prazo, as informações serão destruídas, considerando-se que a pesquisa já terá sido socializada no meio acadêmico, seguindo os procedimentos precisos para a proteção do anonimato dos/as colaboradores/as da pesquisa. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode entrar contato conosco através dos e-mails kyara.almeida@ufersa.edu.br e telefone (83) 99902-3310 e annacosta0305@gmail.com e telefone (84) 99921-0818.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que entendi o que foi explicado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa **“NO OÁSIS DO SERTÃO AS PROMESSAS DA NOVA ERA: IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO NA REGIÃO DE APODI-RN (2016-2019).**

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante



Cidade, ____/____/____.

Ana Cláudia de Andrade Costa (Aluna – Pesquisadora) – discente do programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA/Campus Central. Comunidade Rural de Poço de Tilon nº 20, município de Apodi-RN. (84) 999210818. E-mail: annacosta0305@gmail.com. **Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira** (Orientadora da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA/Campus Central. Rua: Francisco Mota, 572 - Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN, CEP: 59625-900, tel: (83) 99023310. E-mail: kyara.almeida@ufersa.edu.br.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN). Endereço: Faculdade de Ciência da Saúde-UERN. Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n, Bairro: Aeroporto. CEP: 59.607-360. UF: RN. Município; Mossoró. Telefone: (84)3312-7032. E-mail: cep@uern.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES - PPGCTI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO E FOTO

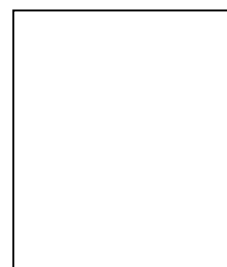
Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da gravação de áudio produzido por mim, e do registro fotográfico especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras **Kyara Maria de Almeida Vieira e Ana Claudia de Andrade Costa** da pesquisa intitulado **“NO OÁSIS DO SERTÃO AS PROMESSAS DA NOVA ERA: IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO NA REGIÃO DE APODI-RN (2016-2019)”**, a realizar captação de áudios e o registro em fotos que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes áudios e fotos (suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Mossoró - RN, ___ de ___ de 2019

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante



Cidade, ____/____/____.

QUESTIONÁRIO

Gênero: _____ **Idade** _____ **Sítio**
 _____ **Estado civil** _____

1. Trabalhou ou trabalha em projetos de fruticultura irrigada?

Sim () Não () se sim onde? _____

2. Alguém da família trabalha com projetos de fruticultura irrigada?

Sim () Não (), se sim quem _____

3. Qual atividade desenvolve? _____

4. Utiliza agrotóxicos para manejo?

Sim () Não ()

5. Se sim, com que frequência?

Sempre () Vez ou outra () Nunca ()

6. Recebe orientação técnica para administrar os agrotóxicos?

Sim () Não ()

7. Utiliza roupas adequadas para aplicação do produto?

Sim () Não ()

8. Já sofreu algum tipo de intoxicação por agrotóxicos?

Sim () Não (), Se sim, qual? _____

9. Alguém da família já sentiu sintomas de intoxicação por agrotóxicos?

Sim () Não (), Se sim, qual? _____

10. Você ou alguém da família já necessitou de cuidados médicos por conta de sintomas de intoxicação por agrotóxicos?

Sim () Não ()

Se sim, quais os sintomas?

Já ficou internado/a devido os sintomas provocados pelos agrotóxicos?

Sim () Não ()

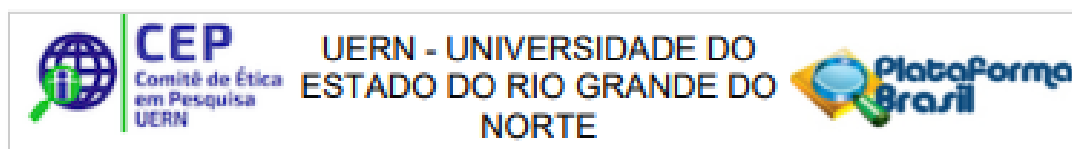
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Gênero: _____ **Idade** _____ **Sítio**
 _____ **Estado civil** _____

1. Trabalha ou já trabalhou em projetos de fruticultura irrigada?
2. Por quanto tempo trabalhou/a nos projetos?
3. Como você ficou sabendo da vaga de trabalho?
4. Em quantos projetos já trabalhou? Já trabalhou em mais de um projeto? Se sim, quantos?
5. Como é a sua relação de trabalho com a empresa? Trabalha arrendado, de carteira assinada, ou outra forma de relação?
6. Qual o valor da diária paga pelos projetos?
7. Qual função você desenvolve ou desenvolveu no projeto?
8. Antes de trabalhar nos projetos em que trabalhava?
9. Como é a dinâmica de trabalho?
10. Recebe hora extra?
11. Desenvolve alguma outra atividade fora dos projetos para contribuir com a renda?
12. Quais frutas são produzidas nos projetos?
13. Como se dá o cultivo ou o preparo da terra para iniciar a plantação?
14. Você sabe onde é comercializada a produção?
15. Vocês recebem ou recebiam materiais adequados para desenvolver o trabalho?

16. Em média quantos trabalhadores/as têm no projeto que você trabalha?
17. Você ou alguém da família já necessitou de cuidados médicos por conta de sintomas de intoxicação por agrotóxicos?
18. Você acha que os projetos trouxeram mudanças para a comunidade?
19. Como era sua vida antes e depois da chegada dos projetos na região?
20. Se tivesse outras opções, você trabalharia nos projetos?

ANEXO



Continuação do Parecer: 4.006/484

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto não apresenta óbices éticos e está de acordo com a resolução 466/2012.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV-2, novo Coronavírus);

Considerando a forma de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual;

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1483608.pdf	17/04/2020 16:08:00		Aceito
Outros	CARTARESPOSTAAOCEP.pdf	17/04/2020 16:05:08	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_alterado.pdf	17/04/2020 16:03:25	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.pdf	17/04/2020 16:02:49	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista.pdf	02/12/2019 21:31:33	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Outros	questionario.pdf	02/12/2019 21:31:09	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Outros	anuencia_ufersa.pdf	02/12/2019 21:30:43	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Outros	TERMO_IMAGEM.pdf	02/12/2019	ANA CLAUDIA DE	Aceito

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 4.009.464

Outros	TERMO_IMAGEM.pdf	21:29:57	ANDRADE COSTA	Aceito
Outros	TERMO_DEAUTORIZACAO_DE_AUDI O.pdf	02/12/2019 21:29:33	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_comprometimento.pdf	02/12/2019 21:28:44	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/12/2019 21:28:13	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/12/2019 21:27:32	ANA CLAUDIA DE ANDRADE COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MOSSORO, 05 de Maio de 2020

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôres
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
 Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
 UF: RN Município: MOSSORO
 Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uem.br